

ANDRÉ JOSÉ DUARTE BAPTISTA

**O LUGAR COMO SIMBIOSE
CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS**

Orientadora: Doutora Margarida de La Féria Valla

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2013

ANDRÉ JOSÉ DUARTE BAPTISTA

**O LUGAR COMO SIMBIOSE
CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada na
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Doutora Margarida de La Féria Valla

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2013

DEDICATÓRIA

À Marta e ao Tomás;

Aos meus pais e avós.

AGRADECIMENTOS

À Marta, pela generosidade, compreensão e apoio incondicional.

Ao Tomás, pela inspiração e coragem.

Aos meus pais e avós que são a base da minha educação.

À minha família e amigos, pelo apoio e compreensão.

Aos meus amigos e colegas de curso, Pedro Santos, Levi Maria, Filipe Oliveira e Luís Martins, pela solidariedade e companheirismo.

Aos técnicos da Câmara Municipal de Torres Vedras, nomeadamente ao Vereador Arq. Bruno Ferreira, ao Arq. Jorge Martins, ao Dr. Nuno Patrício, ao Prof. Dr. Carlos Guardado da Silva, à Dra. Paula Correia da Silva, à Dra. Isabel de Luna e ao Sr. Carlos Anunciação pelo apoio e sobretudo pela generosidade na transmissão do conhecimento, fruto das suas preciosas investigações.

A todas as pessoas que têm despendido parte das suas vidas a estudar e a valorizar o património e a identidade de Torres Vedras.

Um agradecimento especial aos meus amigos e ‘mestres’ Arq. Bruno Ferreira e Arq. Carlos Tomás, por terem acreditado em mim e pelo exemplo de ética e profissionalismo.

Um agradecimento especial ao grupo da coordenação do curso de arquitectura da Universidade Lusófona.

Aos médicos e terapeutas que me acompanham há quase uma década, aos quais devo a possibilidade de continuar a cultivar a melhor de todas as simbioses: o desenho e a escrita.

Aos professores Bernardo Vaz Pinto e Carlos Faria, pelo novo olhar sobre a arquitectura.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer, à Professora Doutora Margarida Valla, por aceitar ser minha orientadora e acima de tudo, pela sua dedicação, generosidade e profissionalismo.

RESUMO

A presente dissertação tem como principal objectivo a análise morfológica do centro histórico de Torres Vedras. Após um rigoroso estudo do seu plano estratégico de reabilitação urbana, verifica-se a ausência de um documento complementar que permita conhecer sua identidade. A informação existente é bastante planimétrica, pouco esclarecedora da qualidade espacial do Lugar. Devido à escassa cartografia existente, julgou-se essencial desenvolver a reconstituição urbanística da cidade, permitindo dissipar algumas memórias artificiais, fomentadas pelo 'neo-romantismo' do Estado Novo, mas que ainda hoje se fazem sentir na memória colectiva dos torrienses.

O estudo da génese fundacional do Lugar e do seu enquadramento histórico é fundamental para o entendimento do valor patrimonial enquanto conceito subjacente às políticas de reabilitação dos centros históricos. O estudo da evolução urbana de Torres Vedras desde a vila medieval, até à cidade do séc. XXI, dando a conhecer os polos de atracção do crescimento periurbano, e a sua relação com o centro histórico, permitiu um conhecimento mais aprofundado sobre os elementos essenciais que caracterizam a sua Identidade.

Verifica-se que a matriz urbana fundacional, ainda hoje perceptível, provém da ocupação romana, materializada pelos dois principais eixos reguladores: *cardus* e *decumanus*. A leitura do passado, alicerçada sobre a historiografia e arqueologia, pretende apenas mostrar que os núcleos urbanos antigos foram sempre elementos dinâmicos, capazes de se adaptarem às circunstâncias de cada época, garantindo a sua permanência e importância até ao início do séc. XX. A abordagem feita ao centro histórico pretende demonstrar a sua potencialidade para se tornar num elemento activo da cidade de Torres Vedras, capaz de se adaptar às necessidades da sociedade do séc. XXI, sem perder a sua identidade.

Palavras-chave: Centro Histórico; Identidade; Lugar; Morfologia Urbana; Reabilitação; Torres Vedras.

ABSTRACT

The present dissertation has as main target the morphological analyses of the historical centre of Torres Vedras. After a thorough study of its strategic plan of urban rehabilitation, is verified the absence of a complementary document that allows to know its identity. The existence of information is quite planimetric, not very clarifying of the spatial quality of the Place. Due to the limited existing cartography, it was deemed necessary to develop the urban reconstitution of the city, allowing to dispel some artificial memories, encouraged by the 'neo-romanticism' of Estado Novo, however that memories are still inhabitants minds.

The study of the foundational genesis of the Place and its historical context is fundamental to understand the heritage value as a underlying concept to the rehabilitation politics of historical centres. Torres Vedras's urban evolution study since a medieval village, until the XXI century city, make known the attraction poles of periurban growth, and its relationship with the historical centre, allowed a deeper knowledge about the essential elements that mark its Identity.

It verifies that the foundational urban structure, still noticeable, comes from the roman occupation, materialized by the two main regulative axes: *cardus* and *decumanus*. The over view of the past, based on historiography and archeology, intends to show that the antique urban centres has always been dynamic elements, capable to adjust to the circumstance of each time, assuring its permanence and importance until the beginning of the XX century. The approach made to the historical centre intends to show its potentiality to become an active element of Torres Vedras city, capable to adapt to the needs of the XXI century society, without losing its identity.

Keywords: Historical Centre; Identity; Place; Urban Morphology; Rehabilitation; Torres Vedras.

INDÍCE

INTRODUÇÃO	15
I. PATRIMÓNIO	21
1.1. A Evolução de um Conceito.....	21
1.2. Reabilitação dos Centros Históricos.....	29
1.2.1. A Cidade e o Centro Histórico.....	29
1.2.2. Políticas e Práticas de Reabilitação.....	34
1.3. Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras.....	41
II. A GÉNESE DO LUGAR	47
2.1. O Lugar como conceito.....	47
2.2. A Fundação do Lugar: Torres Vedras.....	51
2.2.1. Os Montes e o Rio Sizandro: A Génese da Urbe.....	52
2.2.2. Dos Romanos à Reconquista Cristã.....	55
III. LEITURA DA CIDADE: Arquitectura e Urbanismo	63
3.1. Evolução urbana de Torres Vedras.....	63
3.1.1. Vila Medieval.....	64
3.1.2. Séc. XVI: Mudança de Paradigma.....	71
3.1.3. Séc. XIX: Das Linhas de Defesa às Linhas do Progresso.....	76
3.1.4. Séc. XX: De Vila, a Cidade.....	83
3.2. Morfologia Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras do séc. XXI.....	88
3.2.1. Matriz Urbana: O Centro e a Cidade.....	89
3.2.2. Limites: Uma reflexão Crítica.....	90
3.2.3. Elementos Desaparecidos.....	91
3.2.4. Espaço Público.....	92
3.3. A Imagem do Lugar: Um Outro Olhar.....	93
CONCLUSÃO	95
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	103
1. Mapa de Portugal e da Zona Oeste.....	104
2. Planta de Localização do Centro Histórico de Torres Vedras.....	105
3. Planta de Enquadramento.....	106
4. Ortofotomapa do Centro Histórico de Torres Vedras.....	107
5. Ficha-tipo do edificado – PPRCHTV.....	108
6. Excerto da <i>Planta da villa de Torres Vedras e terreno adjacente</i> , 1809.....	109
7. Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha, 1810.....	110

8. Excerto do Mapa dos Fortes, junto à Vila, 1818.....	111
9. Mapa das Linhas defensivas de Lisboa.....	112
10. Planta do Forte de S. Vicente	113
11. Esboço topográfico da Vila Medieval – Séc. XIV	114
12. Reconstituição da Vila Medieval (Atlas das Vilas Medievais)	115
13. Reconstituição da Vila Medieval desenvolvida por Júlio Vieira	116
14. ‘Largo’ da Graça.....	117
15. Estudo de Urbanização da Vila – Arq. Miguel Jacobetty, 1941	118
16. Estudo de Urbanização da Vila – Arq. Miguel Jacobetty, 1942.....	119
17. Plano de Urbanização da Vila – Arq. Miguel Jacobetty, 1947.....	120
18. Fotografia aérea da Vila, 1948.....	121
19. Reconstituição da Vila Medieval intramuralhas, da autoria do Arq. Jorge Martins (C.M.T.V.) e Dra. Isabel de Luna. (M.M.L.T.). (2013)	122
20. O Estilo Manuelino no Centro Histórico.....	123
21. A Desaparecida Praça Mouzinho de Albuquerque (início do séc. XX)	124
22. Planta de 1788 - Casas do Patim (Antigo Paço dos Alarcões).....	125
APÊNDICES	126
I. Elementos Religiosos.....	127
II. Planta da Vila (anterior à ampliação do séc. XIV)	128
III. Planta da Vila do séc. XIV	129
IV. Planta da Vila (séc. XVI-XVIII)	130
V. Planta da Vila – Início da expansão periurbana (séc. XIX)	131
VI. Planta da Vila – O centro e o Forte de S. Vicente (séc. XIX)	132
VII. Planta da Vila – 1ª metade do séc. XX.....	133
VIII. De Vila, a Cidade – 2ª Metade do séc. XX.....	134
IX. Centro Histórico do séc. XXI.....	135
X. Evolução Urbana.....	136
XI. Tectónica - Azulejos.....	137
XII. Tectónica – Castelo e Igreja de Santa Maria do Castelo.....	138
XIII. Tectónica - Pormenores.....	139
XIV. Tectónica – Vãos (I)	140
XV. Tectónica – Vãos (II)	141
XVI. Tectónica – Coberturas.....	142
XVII. O Castelo: Ponto Focal.....	143
XVIII. Chafariz dos Canos.....	144
XIX. Esquissos Analíticos.....	145

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1- Ilustração de Piranesi. A ruína como património. Séc. XVII. (2005). Obtido em Dez. 2012, de Foro Xerbar: http://www.foroxerbar.com/viewtopic.php?t=12821	22
Figura 2- Basílica de S. Pedro, séc. IV. (Fev. de 2013). Obtido em Dez. 2012, de Cores vivas: http://cores-vivas.blogspot.pt/2013/02/basilica-de-s-pedro.html	23
Figura 3- Basílica de S. Pedro, séc. XVIII. (Fev. 2013), Obtido em Dez. 2012, de Cores vivas: http://cores-vivas.blogspot.pt/2013/02/basilica-de-s-pedro.html	23
Figura 4- Londres, séc. XIX: Revolução Industrial. (s/d), Obtido em Dez. 2012, de Brasil Escola: http://www.brasilecola.com/historiag/revolucao-industrial.html	25
Figura 5- Londres, início do séc. XX: Caos urbano. (s/d), Obtido em Dez. 2012, de História do Design: http://www.estagiodeartista.pro.br/artedu/histodesign/3_arqui.html	25
Figura 6 - Rua 9 de Abril. (Autor, 2012).....	33
Figura 7 - Praça 25 de Abril. (Autor, 2012).....	33
Figura 8- Centro Histórico de Bolonha. (Set.2010) Obtido em Dez. 2012, de As Viajantes: http://asviajantes.com/viagem/bolonha-e-parma-onde-a-vida-nao-e-light	36
Figura 9- Centro Histórico do Porto.(2012) Obtido em Jan. 2013, de portodosmuseus: http://www.pportodosmuseus.pt/wp-content/uploads/2012/12/porto_geral.jpg	36
Figura 10- Centro histórico de Évora. (2013) Obtido em Mar. 2013, de casa.sapo.pt: http://casa.sapo.pt/Noticias/?ID=20581	37
Figura 11- Castelo de Óbidos. (Jul. 2013), de Diário de Leiria: http://www.diarioleiria.pt/noticias/mercado-medieval-recria-ceias-do-seculo-xiv	37
Figura 12- Praga, Ponte Imperador Carlos.(Autor, 2012).....	38
Figura 13- Praga. Comércio tradicional. (Autor, 2012).....	38
Figura 14- Largo do Intendente. (Jun. 2013) Obtido em Ago. 2013, de 8ª Colina: http://oitavacolina.escs.ipl.pt/um-bairro-dois-intendentes/	39
Figura 15- Fotografia aérea da Vila, 1948. (IGP, 2012).....	41
Figura 16- 1886, chega o comboio a Torres Vedras. (BMTV, 2012).....	41
Figura 17- Rua Conde Tarouca. Bairro construído na década de 1940. (Autor, 2013).....	41
Figura 18 - Rua da Paz, junto à Porta do Castelo. (Autor,2013).....	42
Figura 19 - Rua Dr. Aleixo Ferreira. (Autor,2013).....	42
Figura 20 – Mercado Municipal. (Autor, 2013).....	43
Figura 21 – Mercado Municipal – Átrio interior. (Autor, 2013).....	43
Figura 22 (Esq.) - Largo Infante D. Henrique e obras de conservação do Chafariz dos Canos. (Autor, 2013).....	43
Figura 23 - Esplanada de Café na Travessa de S. Pedro. (Autor,2013).....	43
Figura 24 - Antigo Comércio tradicional: Venda a retalho. (BMTV, 2013).....	43
Figura 25 - Antigo Comércio Tradicional - Largo de S. Pedro. (BMTV, 2013).....	43
Figura 26 – Esplanada – Rua Serpa Pinto. (Autor,2013).....	44
Figura 27 - Oficina de Sapateiro, Largo Wellington. (Autor,2013).....	44
Figura 28 - Reconstrução de Edifício – Travessa de S. Pedro (Autor,2013).....	44

Figura 29 - <i>Espaço Transforma</i> – Largo de Santo António. (Autor,2013).....	44
Figura 30 - Chafariz dos Canos. Concerto musical. (Ago. 2013), Obtido em Set. de 2013, de Torres Vedras Web: http://torresvedrasweb.com	45
Figura 31 - Feira Rural de Torres Vedras – Rua Miguel Bombarda. (Autor,2013).....	45
Figura 32 - <i>Serviço Porta-a-Porta</i> . (Mar. 2013), Obtido em Jun. de 2013, de Metronews: http://www.metronews.com.pt/	45
Figura 33 – ‘Agostinhas’. Estacionamento, junto à Rua Serpa Pinto. (Autor, 2103).....	45
Figura 34 - Rua de S. Miguel. (Autor,2013).....	46
Figura 35 - Rua de Trás do Açougue. (Autor,2013).....	46
Figura 36 - 2 Moradias reabilitadas - Largo Coronel Morais Sarmiento, junto à porta do Castelo. (Autor,2013).....	46
Figura 37 (Dir.)- Moradia reabilitada na Rua do Quebra Costas. (Autor,2013).....	46
Figura 38 - Esquisso - Travessa de S. Miguel. (Autor,2012).....	47
Figura 39 - Esquisso – Travessa do Castelo, junto à porta do Castelo. (Autor,2012).....	47
Figura 40 - Esquisso - Rua de Stº António, sentido poente-nascente. (Autor,2012).....	48
Figura 41 - Esquisso - Rua de Stº António, sentido nascente-poente. (Autor,2012).....	48
Figura 42 - Ilustração do livro <i>A Nossa Casa</i> de Raul Lino (1879-1974). (Set. 2007). Obtido em Fev. de 2013, de Blog da Rua Nove: http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/202385.html	49
Figura 43 - Castelo - zona nordeste da Vila, finais do séc. XIX, (BMTV, 2012).....	50
Figura 44 - Actual fachada nascente do Castelo. (Autor, 2013).....	50
Figura 45 - Esboço topográfico da Vila Medieval.(Clemente,1974 in: Rodrigues, 1996, p.51).....	50
Figura 46 - Reconstituição da Vila Medieval de Torres Vedras. (Marques, Oliveira, Gonçalves, Andrade e Aguiar in Rodrigues <i>et al</i> , 1990, p. 89).....	50
Figura 47 - Vista geral da Vila de Torres Vedras. Início do séc. XX. (BMTV, 2012).....	52
Figura 48 - Termas dos Cucos, séc. XIX. (BMTV, 2012).....	52
Figura 49 - Antigas instalações da fábrica <i>Moagens Clemente</i> , junto à Igreja de S. Tiago. (Autor,2013).....	52
Figura 50 – Localização de Torres Vedras. (Luna e Amaro, 2009).....	52
Figura 51 - Início do séc. XX. Castelo e o rio Sizandro: Uma relação secular. (BMTV,2012).....	52
Figura 52 - Mapa da Navegabilidade do rio Sizandro, durante o Calcolítico. (MMLT, 2012).....	53
Figura 53 - Maqueta do Castro do Zambujal. (MMLT, 2012).....	53
Figura 54 - Castro do Zambujal: Barbacã e seteiras. (Autor, 2012).....	53
Figura 55 – Vista geral do vale, (outrora navegável). Autor,2012).....	53
Figura 56 - Azenha da Boiaca, Séc. XIX. (BMTV,2012).....	54
Figura 57 - Ponte da Mentira, Séc. XIX. (BMTV,2012).....	54
Figura 58 - Cheias de 1983. (BMTV,2012).....	54
Figura 59 – Mapa do Estudo de obras de melhoramento e reconfiguração do Rio Sizandro, 1882. (CMTV,2013).....	54
Figura 60 – Esquisso do Castelo e Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo – encosta poente. (Autor,2012).....	54
Figura 61 - Localização das antigas villae romanas: S. Gião e Portuqueira. (Mantas, 2002, p.141)....	56

Figura 62 - Rua Cavaleiros da Espora Dourada, antigo <i>Cardus</i> romano, através de uma das seteiras (sul) do castelo. (Autor,2013).....	57
Figura 63 - Rua Cavaleiros da Espora Dourada, sentido sul-norte. (Autor,2013).....	57
Figura 64 - Rua Cavaleiros da Espora Dourada, final do séc. XIX, junto à antiga Porta da Várzea. (BMTV,2013).....	57
Figura 65 - Rua Cândido dos Reis (antiga Corredoura), junto ao Chafariz dos Canos e antiga Porta da Corredoura. (Autor,2013)	57
Figura 66 - Largo frontal ao antigo Paço Régio, conhecido por Paço da Rainha D. Brites. (Autor, 2013).....	57
Figura 67 - Rua Maria Barreto Bastos. (Autor, 2013).....	57
Figura 68 - Reconstituição da matriz romana e muralha Medieval, sobre planta da actual cidade. (Autor,2013).....	58
Figura 69 - Troço da muralha medieval. Alicerces compostos por blocos em cutelo. Técnica semelhante à utilizada pelos romanos. Escavações arqueológicas junto à Rua da Corredoura, 2001. (Cardoso e Luna, (no prelo). 2009, p.91).....	58
Figura 70 - Planta actual, com indicação das descobertas arqueológicas que comprovam a presença árabe. A indicação da <i>hisn</i> (povoação fortificada) e da <i>Qarya</i> (aldeia), é meramente hipotética. (Autor,2013).....	61
Figura 71 - Esquisso. Igreja matriz de Santa Maria do Castelo, séc. XII/XIII. (Autor,2012).....	61
Figura 72 - Igreja de Sta. Maria do Castelo, início do séc. XX. (BMTV, 2012)	65
Figura 73 - Igreja de S. Pedro, 1ª metade do séc. XX. (BMTV, 2012)	65
Figura 74 - Igreja de S. Tiago, início do séc. XX. (BMTV,2012)	65
Figura 75 - Vista geral da vila, a partir da Várzea, início do séc. XX. (BMTV,2012)	65
Figura 76 - Esquisso da Moradia que substituiu o antigo Paço Real, junto à Porta do Castelo. (Autor,2013)	67
Figura 77 - Reconstituição da Vila Medieval intramuralhas, da autoria do Arq. Jorge Martins (C.M.T.V.) e Dra. Isabel de Luna.(M.M.L.T.). (Cardoso e Luna,(no prelo) p. 11.....	68
Figura 78 - Reconstituição hipotética da Porta da Corredoura, da autoria de José Pedro Sobreiro. Fonte: (Cardoso e Luna, 2009, p.91).....	68
Figura 79 - Ruína de uma muralha, junto ao Castelo. (Autor,2013).....	69
Figura 80 - Ruína de uma muralha, Largo do Alfazema. (Autor,2013).....	69
Figura 81 - Reconstituição da Vila Medieval, séc. XIV-séc.XV. (Autor,2013).....	69
Figura 82 - Implantação da ruína parcial da antiga porta da corredoura. (Cardoso e Luna, 2009, p. 100).....	70
Figura 83 - Travessa do Quebra Costas. (Autor,2013).....	70
Figura 84 - Reconstituição da Vila Medieval, anterior à provável Ampliação do séc. XIV. (Autor,2013).....	71
Figura 85 - Porta do Castelo de estilo manuelino, com arco gótico, 2 esferas armilares e o escudo real. (Autor,2013).....	72
Figura 86 - Ruínas do antigo Paço do Alcaide, no interior do castelo. (Autor,2013).....	72

Figura 87 - Representação do Pórtico Principal da Igreja matriz de S. Pedro (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.131).....	72
Figura 88 - Representação do Pórtico Principal da Igreja matriz de S. Tiago (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.135).....	72
Figura 89 - Aqueduto de Torres Vedras. (BMTV,2012).....	73
Figura 90 - Chafariz dos Canos, início do séc. XX. (BMTV,2012)	73
Figura 91 - Representação do Convento de Nossa Senhora da Graça. (BMTV,2013).....	74
Figura 92 - Esquisso. Claustro do Convento, séc. XXI. (Autor,2013).....	74
Figura 93 - Reconstituição da Vila – Obras de Referência - séc. XVI-XVIII, (Autor,2013).....	75
Figura 94 - Paços do Concelho, final do séc. XIX. (BMTV, 2012).....	76
Figura 95 - Paços do Concelho, séc. XXI. (Autor,2013).....	76
Figura 96 - Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha (1810). (Amado,s/d, in Rodrigues, et al, 1996, p. 219).....	76
Figura 97 - Antigo Largo da Graça, séc. XX. (BMTV,2012).....	76
Figura 98 - Mapa das Linhas defensivas de Lisboa.(MMLT, 2012).....	77
Figura 99 - Excerto do Mapa dos Fortes, junto à Vila, 1818. (MMLT, 2012).....	77
Figura 100 - Forte e Capela de S. Vicente. (Autor, 2012).....	77
Figura 101 - Forte de S. Vicente, do lado nascente (Choupal). (BMTV,2012).....	77
Figura 102 - Castelo, a partir do Forte de S. Vicente. (Autor, 2013).....	77
Figura 103 - Forte de S. Vicente, a partir do Castelo. (Autor,2013).....	77
Figura 104 - Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha (1810). (Amado,s/d, in Rodrigues, et al, 1996, p.219).....	78
Figura 105 - Representação da entrada sul da vila, vindo de Lisboa, zona tardoz do Convento da Graça, séc. XIX. (MMLT,2012).....	78
Figura 106 - Excerto da <i>Planta da villa de Torres Vedras e terreno adjacente</i> , 1809 (GEAEM/DIE, 2669-3-34-47, s/d, in: Cardoso e Luna, (no prelo), p. 10).....	78
Figura 107 - Representação da entrada norte da vila, vindo da Lourinhã, próximo do antigo Matadouro Municipal, séc. XIX. (MMLT,2012).....	78
Figura 108 - Vista geral da zona sul da vila e a relação entre castelo e Forte de S. Vicente. (BMTV,2012).....	79
Figura 109 - Edifício onde terá falecido Mouzinho de Albuquerque, actual café <i>A Brasileira</i> , Largo de S. Pedro. (BMTV, 2012).....	79
Figura 110 - Actual café <i>A Brasileira</i> , junto ao Largo de S. Pedro. (Autor, 2013).....	79
Figura 111 - Suporte publicitário de empresa de transportes, finais do séc. XIX. (BMTV, 2012).....	79
Figura 112 - Feira do Gado, finais do séc. XIX – Várzea. (Jun. 2010), Obtido em Abr. de 2013, de vedrografias: http://vedrografias2.blogspot.pt/2010_06_01_archive.html	79
Figura 113 - Mapa dos traçados do Larmanjat.(s/d). Obtido em Abr. de 2013, de VIALIVRE.ORG: (http://www.vialivre.org/comboios/historia/larmanjat003.html	80
Figura 114 - Representação do Larmanjat. (s/d). Obtido em Abr. de 2013, de jfvfrosario.no.sapo: http://jfvfrosario.no.sapo.pt/Larmanjat/Larmanjat.htm	80

Figura 115 - Recolha do Larmanjat. (BMTV,2012).....	80
Figura 116 - Entrada sul da vila, ao lado da igreja da Graça. (BMTV,2013).....	80
Figura 117 - Inauguração da Estação do Caminho-de-ferro da vila. (BMTV, 2012).....	81
Figura 118 - Antigo Largo da República- início do séc. XX. (BMTV, 2012).....	81
Figura 119 - Habitação dos funcionários do Caminho-de-ferro. (BMTV, 2012).....	81
Figura 120 - Antiga Av. Casal Ribeiro (Av. 5 de Outubro), direcção ao antigo Largo D. Carlos I (Praça 25 de Abril) (BMTV, 2013).....	81
Figura 121 - Zona de armazéns, a nascente do Castelo. Início do séc. XX. (BMTV, 2012).....	81
Figura 122 - Reconstituição do crescimento urbano da vila, durante o séc. XIX. (Autor, 2013).....	82
Figura 123 - Antigo Mercado do Peixe, junto à Igreja de S. Pedro – séc. XIX-XX. (BMTV, 2012).....	82
Figura 124 - Parque do Choupal – início do séc. XX. (BMTV, 2012)	
Figura 125 - Vista parcial da vila, início do séc. XX, destacando-se as igrejas e Convento da Graça. (BMTV, 2012).....	83
Figura 126 - Turistas, junto ao Chafariz dos Canos. (BMTV, 2012).....	83
Figura 127 - Transportes de aluguer: Ruy da Costa Lopes: Torres Vedras – Santa Cruz. Largo da Graça, séc. XX. (BMTV, 2012).....	83
Figura 128 - Av. Casal Ribeiro (BMTV, 2012).....	84
Figura 129 - Av. Casal Ribeiro, com o desaparecido Hotel Central (Esq.) e o actual edifício dos Paços do Concelho (Dir.). (BMTV, 2012).....	84
Figura 130 - Av. Tenente Valadim, aqui já ligada à Av. Casal Ribeiro. (BMTV, 2012).....	84
Figura 131 - Carnaval de Torres Vedras, junto ao Largo da Graça e Hotel Império. (BMTV, 2012).....	84
Figura 132 - Armazéns <i>Abel Pereira da Fonseca</i> - Av. Tenente Valadim. (BMTV, 2012).....	84
Figura 133 - Loja da Casa Hipólito. (BMTV, 2012).....	84
Figura 134 - Quarteirão ocupado pelas instalações da Casa Hipólito, Lda. (Autor, 2013).....	84
Figura 135 - Local das antigas instalações da desaparecida <i>Casa Hipólito</i> . (Autor, 2013).....	85
Figura 136 - Estacionamento junto à Igreja de S. Tiago (local da antiga <i>Casa Hipólito</i>). (Autor, 2013).....	85
Figura 137 - Vista privilegiada sob o Castelo (local da antiga <i>Casa Hipólito</i>). (Autor, 2013).....	85
Figura 138 - Bombeiros Voluntários, nos antigos Paços do Concelho. (BMT, 2013).....	85
Figura 139 - Teatro-Cine, Av. Tenente Valadim. (BMTV, 2013).....	85
Figura 140 - Mercado Municipal. (BMT, 2013).....	85
Figura 141 - Anteprojecto para o Largo da Graça (Jacobetty,1934) (DGOTDU, 2012).....	86
Figura 142 - Plano de Urbanização de Torres Vedras (Jacobetty,1947). (DGOTDU, 2012).....	86
Figura 143 - Planta, 1ª metade do séc. XX. (Autor, 2013).....	87
Figura 144 - Planta, 2ª metade do séc. XX (até 1979) (Autor, 2013).....	87
Figura 145 - Planta da cidade, séc. XXI (Autor, 2013).....	89
Figura 146 - Evolução urbana do centro histórico de Torres Vedras e sua relação com a restante cidade. (Autor, 2013).....	89

Figura 147- Planta da cidade, séc. XXI (Autor, 2013).....	90
Figura 148- Esquisso da Igreja do Convento de N ^a Sr. ^a da Graça (Autor, 2013)	90
Figura 149- Esquisso do Hotel Império – Ligação entre Praças: República e 25 de Abril (Graça). (Autor, 2013)	90
Figura 150- Vista geral da vila, sentido poente-nascente, início do séc. XX. (BMTV, 2013).....	90
Figura 151- Planta da cidade, séc. XXI. (Autor,2013).....	91
Figura 152- Antigo mercado do Peixe, a tardoz da Igreja de S. Pedro (Largo Wellington). (BMTV,2013).....	91
Figura 153- Antigo Mercado Municipal, construído em 1933. (BMTV,2013).....	91
Figura 154 - Praça da República, início do séc. XX. (BMTV,2013).....	91
Figura 155 - Localização: Espaço Público (Autor, 2013)	92
Figura 156 (1) – Jardim do Castelo. (Autor,2013).....	92
Figura 157 (2) - Largo Cor. Morais Sarmiento. (Autor,2013)	92
Figura 158 (3) - Largo de Santo António. (Autor,2013)	92
Figura 159 (4) - Largo Frei Eugénio Trigueiros. (Autor,2013)	92
Figura 160 (5) - Praça do Município. (Autor,2013)	92
Figura 161 (6) - Largo de S. Pedro. (Autor,2013)	92
Figura 162 (7) - Largo Wellington. (Autor,2013)	92
Figura 163 (8) - Largo Infante D. Henrique. (Autor,2013)	92
Figura 164 (9) - Praça Machado dos Santos. (Autor,2013)	93
Figura 165 (10) - Praça da República. (Autor,2013).....	93
Figura 166 (11) - Praça da República e Rua Paiva de Andrade (antiga Rua da Olaria). (Autor,2013).....	93
Figura 167 (12) – Praça 25 de Abril. (Autor,2013)	93
Figura 168 (13) – Rua 9 de Abril. (Autor,2013)	93
Figura 169 (14) – Mercado Municipal. (Autor,2013)	93
Figura 170 – Esquisso – Igreja de Santa Maria do Castelo. (Autor,2012)	94
Figura 171 – Esquisso – Largo Mouzinho de Albuquerque. (Autor,2012).....	94
Figura 172 – Esquisso – Igreja de S. Pedro (Autor,2013)	94
Figura 173 – Esquisso – Igreja de S. Pedro e Largo Wellington. (Autor,2013).	94
Figura 174 – Esquisso – Igreja de S. Tiago e Praça Machado dos Santos. (Autor,2013).....	95
Figura 175 – Esquisso – Rua José Eduardo César. (Autor,2013)	95
Figura 176 – Esquisso – Início da Rua 9 de Abril. (Autor,2013)	95
Figura 177 – Esquisso – Paços do Concelho (Autor,2013)	95
Figura 178 – Esquisso – Chafariz dos Canos e Largo Infante D. Henrique. (Autor,2013).....	95

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

BMTV – Biblioteca Municipal de Torres Vedras

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CMTV – Câmara Municipal de Torres Vedras

CRUARB- Comissariado para a Reabilitação Urbana da Área de Ribeira/Barredo

DGOTDU- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGU – Divisão de Gestão Urbanística

GTL – Gabinete Técnico Locais

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGP – Instituto Geográfico Português

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (Brasil)

JESSICA – Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas

MMLT – Museu Municipal Leonel Trindade

PDM – Plano Director Municipal

POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades

PPRCHTV – Plano de Pormenor do Centro Histórico de Torres Vedras

RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Nota: A presente dissertação não foi redigida, segundo o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

O tema da presente dissertação é a análise da morfologia urbana do Centro Histórico de Torres Vedras, alicerçada sobre a interpretação da sua evolução urbanística. A escolha do tema deve-se, essencialmente, ao forte interesse pelos centros históricos e à forma dinâmica como se conseguiram adaptar às circunstâncias de cada época.

Importa referir que os grandes debates sobre a valorização do património estiveram, como estão hoje, ligados a profundas transformações sociais. Numa altura em que Portugal atravessa uma gravíssima crise económica, a reabilitação urbana deveria abandonar as curvas sinuosas da demagogia e passar a trilhar os caminhos da prática, tornando-se, efectivamente, uma janela de oportunidades, tanto para os profissionais envolvidos em tal processo, como para toda a sociedade urbana do séc. XXI.

As cidades são fruto da simbiose entre morfologia urbana e sociedade, logo são portadoras de um legado histórico, representativo da identidade das mesmas, onde os centros históricos pertencem, na maioria dos casos, ao capítulo da sua génese. A maior riqueza desse legado será, certamente, a complexidade que foi adquirindo ao longo do tempo, fruto das constantes reconfigurações, definidas pelas circunstâncias de cada época. As urbes não são estáticas, mesmo os núcleos antigos, agora denominados de centros históricos foram, na sua maioria espaços dinâmicos, capazes de se adaptarem às novas exigências da sociedade.

No centro histórico de Torres Vedras, apesar das obras de melhoramento do espaço público realizadas pela autarquia, constata-se que ao nível da habitação e comércio, os resultados não têm sido os esperados, verificando-se até, um retrocesso ao nível do comércio, o que é normal, tendo em conta a conjuntura económica vivenciada e o impacto inevitável provocado pelas obras, que são sempre complexas e controversas. Quanto à habitação, os resultados não são melhores, tanto na procura, como na oferta, seja para alugar ou vender. Não deixa de ser curioso, a escassez de imóveis à venda. Para além das razões sobejamente conhecidas, como a falta de estacionamento, dimensões ou adequabilidade à legislação em vigor, estamos acima de tudo perante um problema cultural. Porém, julga-se que a actual sociedade encontra-se num processo de reconfiguração, desperta para um novo modelo de vida, seja por opção ou por obrigação e certamente encarará os centros históricos como uma oportunidade do presente e do futuro, e não como zonas decadentes, pertencentes a um passado longínquo. Afinal, a reabilitação/revitalização só se consegue, através do estabelecimento de espaços de comércio, cultura, restauração, serviços ou turismo, mas acima de tudo pela habitação. Afinal, o uso é a melhor forma de conservar o património.

O Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras é um documento composto por peças desenhadas e escritas, cujo conteúdo está orientado, essencialmente, para a interpretação de índices urbanísticos, estrutura fundiária e perfis, não permitindo uma leitura concisa da morfologia urbana, questão *'sine qua non'* para a afirmação da Identidade do Lugar. A abordagem ao plano foi feita sobretudo no âmbito da leitura e percepção do conteúdo. No entanto, percebe-se que as premissas do plano de reabilitação resultam do estudo sociológico da sua população: moradores e comerciantes.

O património material e imaterial da cidade torriense tem despertado o interesse de vários investigadores, de várias disciplinas, desde a arqueologia, sociologia, geografia ou história. No entanto, no que diz respeito ao desenvolvimento urbanístico, não existe qualquer documento que se conheça. A primeira ocupação do Lugar remonta à Idade do Ferro (séc. II a.C.), mas foram os romanos, muçulmanos e castelhanos, que terão estado na génese da matriz urbana do povoado, mais tarde consolidada com a *Reconquista Cristã*, dando origem à vila medieval. Apesar da presente dissertação centrar-se na análise morfológica do centro histórico, não se pretende o alheamento à dinâmica da restante cidade. Para tal, foi fundamental entender a sua evolução urbanística, através de um processo de reconstituição dessa evolução ao longo dos séculos, até ao séc. XXI.

Estrutura e Metodologia:

Esta dissertação teve em conta conceitos tão antigos como contraditórios no debate público: arquitectura e urbanismo; contexto; tectónica; público e privado; forma e função; estrutura fundiária, logradouro, lote e quarteirão; vizinhança; conservação, reabilitação e património, entre outros.

Apesar de toda a riqueza histórica, a cartografia mais antiga do caso de estudo, data do séc. XIX, resultante da necessidade de reconhecimento militar, para a construção das *Linhas de Torres*. Os estudos existentes sobre aspectos urbanos centram-se, essencialmente, na ocupação romana, mas sobretudo na Idade Média, devido à primeira descrição da vila do séc. XIV, redigida pelo cronista Fernão Lopes nos primeiros anos do séc. XV. No entanto, apesar do seu precioso contributo, são investigações desenvolvidas na sua maioria, por historiadores e arqueólogos, onde a caracterização urbana é feita através de descrições ou interpretações de documentos ou descobertas arqueológicas. A ausência de um estudo que permita fazer uma leitura gráfica e coerente do crescimento urbano da cidade foi confirmada pela própria autarquia, reforçando a pertinência desta investigação. Perante este cenário, foi necessária uma leitura selectiva e objectiva dos documentos existentes, retirando de cada um, os aspectos relacionados com o desenvolvimento urbano e ao mesmo tempo, confrontar os variados pontos de vista. A informação analisada

mostrou-se complexa e por vezes contraditória, mas fundamental para a presente dissertação.

A Câmara Municipal facultou-nos, em formato digital, duas plantas existentes da cidade: uma de 1979 e outra de 2000. Estas plantas conferiram rigor aos estudos desenvolvidos, permitindo que as propostas apresentadas tivessem sempre a mesma base, e a sua utilização em futuras investigações. Os resultados apresentados são fruto de uma abordagem crítica à bibliografia consultada, seguida de uma leitura morfológica, através de fotografias e esboços, que exprimem a percepção directa da Identidade do Lugar. Numa terceira fase foram elaborados vários estudos do desenvolvimento urbano, transpostos para o formato digital, alguns deles, fruto da troca de impressões com os técnicos da autarquia. O resultado dessa investigação apresenta-se de forma clara e contínua, através da simbiose entre imagem e escrita.

Este trabalho desenvolve-se em três capítulos, sendo que o primeiro apresenta-nos o enquadramento teórico do património, enquanto conceito subjacente às políticas de reabilitação dos centros históricos, passando pela legislação e políticas de intervenção e culminando na análise do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras. O segundo capítulo preconiza o estudo da génese fundacional do Lugar e do seu enquadramento histórico, desde a Idade do Ferro até à denominada *Reconquista Cristã*. O último capítulo desenvolve-se através de duas abordagens distintas. Num primeiro momento é feita a reconstituição urbanística, desde a vila medieval até ao processo de urbanização do séc. XX, dando a conhecer os polos de atracção do crescimento periurbano, e a dialéctica entre cidade e centro histórico. A segunda abordagem permite dar a conhecer a morfologia e identidade do Lugar do séc. XXI, através de uma reflexão crítica representada por desenhos e fotografias, na óptica do arquitecto.

Estado da Arte:

Para entender o *Estado da Arte*, inicia-se com uma abordagem aos conceitos de património e centro histórico, seguindo-se o estudo sobre urbanismo e sua evolução, permitindo a construção de um raciocínio sobre o desenvolvimento urbano do caso de estudo. Para o enquadramento histórico da cidade de Torres Vedras, desde a sua génese até ao séc. XXI, apresentam-se alguns livros de referência, seguidos pelos textos fundamentais sobre o conceito de Lugar e a sua importância na leitura e percepção da morfologia urbana.

Françoise Choay (2001), na sua obra *As Questões do Património: Antologia Para um Combate*, desenvolve uma análise crítica a vários documentos e teorias em torno do conceito de património, desde as obras de ampliação da abadia de Saint-Denis dirigidas

pelo abade Suger (1081-1151), até às políticas ‘fachadistas’ do ministro da cultura francês André Marlaux (1901-1976). A estrutura do livro permite-nos entender a evolução histórica da reabilitação e conservação do património arquitectónico, e a sua visão crítica, positiva ou negativa sobre as teorias de Ruskin, Viollet-le-Duc, Victor Hugo, entre outros pensadores que construíram ao longo da história ocidental, o conceito de património.

Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos de Monumentos Históricos (1964) redige um dos documentos fundamentais na valorização do património, a denominada *Carta de Veneza*, onde se encontram um conjunto de princípios/orientações em clara oposição à *Carta de Atenas* de 1933 e como complemento à *Carta de Atenas* de 1931. Um dos principais objectivos seria a preservação das obras monumentais, como testemunhos da história e da memória colectiva de cada país, garantindo a transição do legado histórico às gerações vindouras. Um dos aspectos inovadores terá sido a inclusão do conceito de conjuntos arquitectónicos e a atribuição de uma função aos edifícios.

Conselho Europeu (1975) adopta a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, para assinalar esse ano como o *Ano Europeu do Património Arquitectónico*, cujo principal objectivo seria sensibilizar toda a Europa para a necessidade de defesa dos monumentos e conjuntos arquitectónicos. Este documento introduz um aspecto inovador, que seria a defesa não só dos monumentos, mas também das construções vernaculares, tanto urbanas, como rurais, desde que tenham sido construídas pela humanidade e que sejam reveladoras da sua história e identidade.

Assembleia-Geral do ICOMOS (1987) recorre às políticas de intervenção defendidas na Carta de Veneza para elencar um conjunto de princípios dos quais resultaria na *Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Apresenta um carácter generalista, destinada a uma sociedade global, vítima do planeamento ‘pós-industrial’. Por essa razão, as suas directizes focam, fundamentalmente, a salvaguarda dos núcleos urbanos antigos, independentemente da sua escala, como cidades, vilas, ou bairros, desde que reúnam um valor histórico reconhecido como tradicional.

Manuel C. Teixeira e Margarida Valla (1999) na obra *O Urbanismo Português: Séc. XIII - XVIII Portugal – Brasil*, demonstram a influência dos habitantes de cada povoação na organização do território e a forma como esse território se vai reajustando à história e às necessidades do ser humano. As imagens apresentadas permitem-nos conhecer as estratégias de planeamento urbano nacional, desde o séc. XIII até ao séc. XVIII. Para a presente dissertação, destaca-se a abordagem ao urbanismo medieval, entre o séc. XIII e XIV, através dos exemplos de Nisa e Viana do Castelo.

José Ressano Gracia Lamas (2010) no seu livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* permite-nos, através do diálogo claro e objectivo entre texto e desenhos, entender a história do urbanismo, com a vantagem de referir muitos exemplos portugueses.

Jean-Louis Harouel (2004) em *História do Urbanismo* aborda o urbanismo ocidental, segundo uma sequência temporal, desde a antiguidade greco-romana até ao séc. XX. No entanto, importa salientar a abordagem realizada ao urbanismo, já que a matriz fundacional do caso de estudo, assenta nos princípios romanos, cuja influência, ainda hoje se verifica. Destaca-se ainda, a análise ao urbanismo medieval e à mudança de paradigma provocada pelo *Renascimento*.

Eugénio Andrade dos Santos e Nuno Andrade dos Santos (2003) desenvolvem um trabalho conjunto que resultaria na *Leitura Sociológica do Centro Histórico de Torres Vedras*, tornando-se num dos documentos estratégicos do Plano de Reabilitação do Centro Histórico em análise. Esta investigação divide-se em quatro fases distintas: Estudo Prévio, Resultados Estatísticos, Estudo e Plano Estratégico de Reabilitação Social. Este documento é essencial para compreender o tecido social do caso de estudo.

Agostinho Madeira Torres (1988) em *Descrição Historica e Economica da Villa e Termo de Torres-Vedras* dá-nos a conhecer a sua análise pessoal da história de Torres Vedras, recorrendo à sua memória ou à tradição popular, mas sobretudo à análise de documentos antigos, permitindo a reconstituição física da então vila torriana, através da sua capacidade descritiva do espaço urbano.

Influenciado pelo documento anterior, Júlio Vieira (2011) escreve a sua obra *Torres Vedras Antiga e Moderna* onde aborda a história da vila, cujo método se assemelha ao utilizado pelo pároco Madeira Torres, apesar da diferença de mais de um século: Madeira Torres em 1819 e Vieira em 1926. Contudo, Júlio Vieira aproveita para proceder a algumas correcções à anterior obra, que se mostraram fundamentais para o presente trabalho. A 2ª edição (2011) conta com as correcções introduzidas pelo Prof. Carlos Guardado da Silva.

Ana Maria Rodrigues (1995) no seu livro *Torres Vedras: A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média* apresenta-nos um retrato impressionante de Torres Vedras Medieval, incidindo nas diferenças entre a vida urbana e rural. Permite-nos uma reconstituição histórica de uma época fundamental na afirmação da vila, desde a primeira carta de foral, de 1250 (D. Afonso III), passando pela presença assídua de reis e rainhas, até pelos efeitos nefastos das pestes e das guerras, reflectidos no espaço urbano. O seu conteúdo permite-nos perceber o espaço urbano, através do *'modus vivendi'* da sociedade.

Carlos Guardado da Silva (2008) em *Torres Vedras Antiga e Medieval*, dá-nos a conhecer um conjunto de textos, fruto das suas profícuas investigações, que têm permitido

um maior conhecimento da vila medieval, contribuindo para a valorização da identidade torriense. A forma clara e objectiva como o historiador descreve alguns episódios da história local, permite-nos conhecer a génese identitária do espaço urbano. Primeiramente, leva-nos à descoberta dos povos que terão ocupado o território, desde o Paleolítico Inferior, passando pelo Castro do Zambujal e ainda, as influências das culturas romana e moçárabe. Destaca-se, no entanto, os textos sobre a *Reconquista Cristã* e da influência das quatro igrejas paroquiais na organização urbana e administrativa.

Aldo Rossi (2001), no seu livro *Arquitectura da Cidade*, mais precisamente no capítulo I – *Estrutura dos Factos Urbanos*, (págs. 43-75), apresenta-nos uma metodologia singular de investigação sobre morfologia urbana, interpretando a cidade como arquitectura de estética e tectónica. Para o autor, a morfologia urbana só pode ser analisada, tendo em conta a sua evolução e complexidade. No entanto, opõe-se à ruptura entre cidade histórica e cidade moderna, privilegiando antes o colectivo e os factos urbanos, sem os quais, “ (...) acabaremos por construir teorias tão artificiais quanto inúteis.” (Rossi, 2011, p. 32).

Léon Krier (1999) em *Arquitectura: Escolha ou Fatalidade*, à semelhança de Rossi, apresenta-nos as suas inquietações enquanto arquitecto, começando por uma análise crítica ao urbanismo e arquitectura do séc. XX. O autor aborda temas centrais que tiveram influência directa no actual estado de degradação dos centros históricos: periferias; modernismo; cidades policêntricas; cidade pós-industrial. Porém, destaca-se a forma como representa a evolução urbana de várias cidades, através de esquemas analíticos, fruto da sua investigação.

Gordon Cullen (2008) na sua obra *Paisagem Urbana*, dá-nos a conhecer uma das muitas formas de análise e percepção da paisagem urbana, através de um diálogo directo entre observador e caso de estudo, cuja percepção é materializada por fotografias e principalmente por esboços analíticos, capazes de transmitir a singularidade e Identidade de cada Lugar, segundo o ponto de vista do arquitecto.

Fernando Távora (2006) no seu livro *Da organização do Espaço* defende que o arquitecto deve ser um observador, conhecedor e respeitador do Lugar, tanto na análise, como na intervenção, não deixando porém, de alertar que não basta a conservação do património, é necessária uma ruptura contida e ponderada que devolva a razão de ser e que garanta a sua continuidade, sem que para isso, tenha de perder a sua Identidade.

Hélder Carita (1990) em *Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*, desenvolve uma reconstrução histórica e urbanística sobre o Bairro Alto, dando a conhecer a sua morfologia e acima de tudo a sua Identidade. A sua metodologia assumiu-se como uma referência conceptual, alicerçada sobre a relação dialética entre desenho e escrita, arquitectura e urbanismo, passado e presente, observador e Lugar.

I. PATRIMÓNIO

O património edificado tem-se afirmado como um tema complexo e controverso, no debate da arquitectura do séc. XXI, mas o facto de ser cada vez mais debatido, tem permitido dissipar algumas ideias preconcebidas. As teorias sobre o património, exigem um estudo metuculoso e sério, para não cairmos em afirmações banais e genéricas, principalmente quando se pretende transformar a teoria em prática.

A Europa teve um papel determinante na ‘propagação’ de uma cultura universal, mas é nos Estados Unidos da América onde se dão as grandes descobertas e as grandes inovações, através das cidades dos ‘arranha-céus’, que mudaram radicalmente o ‘*modus vivendi*’ do ser humano. Desde a antiguidade clássica que o homem desafia a sua capacidade intelectual, mas são os humanistas do *Renascimento* que começam a testar as primeiras máquinas, culminando na *Revolução Industrial*, onde o homem, aliado à máquina, consegue quebrar barreiras, alcançando feitos inimagináveis, mas ao mesmo tempo, deixando de se preocupar com as consequências das suas descobertas. O domínio sobre a natureza e a máquina, deixa a humanidade alienada da realidade e aos poucos torna-se vítima das suas próprias conquistas. A película cómica *Tempos Modernos* de 1936, com Charlie Chaplin, descreve bem esta relação de dependência, amor e ódio, entre o homem e a máquina.

Todas as crises socioeconómicas levam o ser humano a uma reflexão, resultando muitas vezes, no cultivo de ideologias antagónicas: *Revivalismo* ou *Futurismo*. O *Revivalismo* enquadra-se nas teorias de defesa dos paradigmas do passado, no regresso a um passado, hipoteticamente perfeito. Os futuristas são todos os que pretendem fazer tábua rasa do passado, da história, da própria Identidade, procurando um novo modelo, uma verdadeira ruptura com o passado. Independentemente das ideologias é impossível libertarmo-nos do passado, afinal, a sociedade assenta sobre um quadro genético, onde a memória tem uma importância fundamental e como tal, todo o ser humano, desde que nasce vai assimilando tudo o que o rodeia e isso vai-se repercutir nas suas ações, logo no espaço que o envolve diariamente. Como tal, julga-se fundamental o equilíbrio entre passado e futuro: valorizar o passado, projectando o futuro. Porém, a valorização do passado apenas fará sentido, se servir para reflectir sobre o presente e prever/melhorar o futuro, tendo o património um enorme potencial, enquanto elemento activo no combate à desertificação dos Centro Históricos e na valorização da História e Identidade da sociedade.

1.1. A evolução de um conceito

A génese da palavra património está associada à família e à sociedade em geral, tanto nos aspectos económicos como nos jurídicos, que se reflectiam na organização

territorial e civilizacional. Durante vários séculos fomentou a discórdia, associada à defesa de algo: bens móveis e imóveis. O conceito de património está fortemente ligado à ideia de herança, onde existe o transmissor e o receptor. Por outro lado, foi ganhando novos significados, como património cultural, cuja génese assenta sobre o conceito de monumento, que em latim (*monumentum*) está associado a palavras como lembrar ou advertir. É em Roma, no *Quattrocento* (1420), com o *Renascimento* e *Humanismo*, que nasce o conceito de monumento, com a revalorização das obras clássicas, que passam a tema central da arquitectura. Inicia-se assim, a consolidação do conceito de património.



Figura 1- Ilustração de Piranesi. A ruína como património. Séc. XVIII.
(Foro Xerbar, 2005)

Passados três séculos, a divulgação do património ganha uma nova dimensão com as ilustrações de Piranesi (1720-1778) que contribuíram para a consciência de ruína e da perda de valores arquitectónicos do passado. O italiano iniciava um novo culto: a ruína como património [Fig. 1]. Já no séc. XIX, surge o movimento cultural denominado por *Romantismo*, como reacção aos efeitos nefastos da Revolução Industrial e às transformações a ela associadas: sociais, ambientais e territoriais. A cidade de Londres é o exemplo máximo desta época. Arquitectos ingleses como Pugin e Ruskin ou o francês Viollet-le-Duc deram um contributo importantíssimo para o desenvolvimento do conceito de património arquitectónico, alicerçados sobre os princípios defendidos pelos pensadores do séc. XIX: socialismo, historicismo e a arqueologia. A conjugação e até a contradição de pensamentos resultaram, no que se designou de *Romantismo Inglês* e *Francês*. Apesar da sua visão revivalista, o *Romantismo* teve um papel fundamental para a valorização do património arquitectónico e para a consolidação de um novo conceito: Monumento Histórico.

Durante algum tempo não se distinguia a diferença entre *monumento* e *monumento histórico*. Esta diferença só começa a afirmar-se em 1903, com o *Projecto de Legislação dos Monumentos Históricos*, encomendado pelo Estado austríaco ao Historiador de Arte Aloïs Riegl (1858-1902). Este documento definia que os monumentos seriam todos os elementos ou artefactos transmitidos e representativos da identidade de uma determinada comunidade, desde a majestosa catedral, ao mais simples fontanário. O património era caracterizado segundo a função identitária, cuja materialidade tinha um papel activo na memória colectiva. Durante séculos, a sociedade teve uma atitude destrutiva em relação aos edifícios, incluindo os eruditos. Quando os edifícios tornavam-se pequenos ou desajustados para as suas funções, eram demolidos, dando lugar a novas edificações. Veja-se o exemplo da Basílica

de São Pedro de Roma, construída no séc. IV, financiada por Constantino [Fig. 2] e as transformações que a mesma teve ao longo dos séculos, desde a sua demolição e reconstrução no séc. XVI, com projecto de Bramante [Fig. 3]. O objectivo seria a construção de um edifício que se adaptasse funcionalmente aos novos rituais da cristandade.

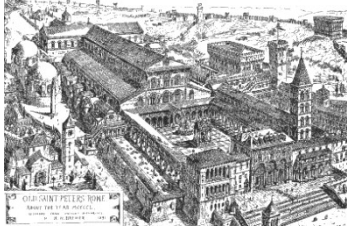


Figura 2- Basílica de S. Pedro, séc. IV. (Cores Vivas, 2013)



Figura 3 - Basílica de S. Pedro, séc. XVIII. (Cores Vivas, 2013)

Esta intervenção é um bom exemplo da perda de identidade imposta por consecutivas intervenções, que defendiam a afirmação de um ‘novo estilo’, uma nova arquitectura que destrói a pré-existência, já que não havia qualquer intenção de continuidade e transmissão do legado herdado. Afinal, “(...) *há duas coisas num edifício, o seu uso e a sua beleza. O seu uso pertence ao proprietário, a sua beleza a toda a gente; está, portanto, para além do seu direito de destruir.*” (Choay, 2011, p. 147)

Todas as sociedades possuem o mais variado tipo de património, no entanto, o séc. XV assume-se como um ponto de viragem no conceito de património arquitectónico na Europa Ocidental: o aparecimento da imprensa mecânica. A partir daqui começam a criar-se e a reproduzir-se as denominadas ‘memórias artificiais’, por vezes muito criativas e perigosas, já que rapidamente deixavam de ser pessoais, para pertencer à memória colectiva. Esta deturpação da realidade reacende-se, embora de forma mais sofisticada, com o *Romantismo* dos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX. A sofisticação residia no facto de terem abandonado a demolição total das preexistências, optando por demolições parciais que permitiam uma reconstrução à ‘imagem e semelhança’ dos ideais de cada arquitecto/promotor das obras ditas de conservação. Além disso refugiavam-se na defesa e recuperação do ‘estilo original’, como se tal fosse possível.

Num centro histórico, onde o património vale acima de tudo pelo conjunto, importa realçar num primeiro momento, os monumentos que são os edifícios que se destacam a nível estético ou histórico, no meio do conjunto. O conceito de monumento conhece, pelo menos duas fases marcantes, associadas a “(...) *duas revoluções culturais*” (Choay, 2011, p. 19) e momentos de profunda transformação social. É em Itália, no séc. XV, com o *Quattrocento*, que se dá a primeira: *Renascimento* e *Humanismo*. O *Renascimento* provoca uma mudança de paradigma, tanto na epistemologia, como nas artes visuais, tendo como berço uma Itália que começa a dar menos importância ao ‘Deus Criador’ para valorizar o ‘Homem criador’: o *Humanismo*. Os pintores e os arquitectos ganham o estatuto de criadores, nascendo o prazer estético, onde as ‘antiguidades’ têm lugar de destaque.

Para a conservação do património, os papas tiveram um papel activo, ao gerir e conservar as antiguidades ligadas à Igreja. Já no séc. XII, o abade Suger (1081-1151), com a ampliação da abadia de Saint-Denis, redige dois documentos fundamentais: *De Consecratione e De Administratione*. Referiam-se, essencialmente, à conservação e ampliação da abadia e à administração financeira da mesma, tornando-a uma das mais ricas de França. Começa a definir-se o conceito de ‘monumento memorial’ muito antes da ‘antiguidade’ (séc. XV) e do ‘monumento histórico’ (séc. XVIII). O *Renascimento* influenciou muitos artistas por toda a Europa, mas o processo demora pelo menos cem anos, e em Portugal, a sua afirmação dá-se a partir das intervenções de D. Manuel (1469-1521), dando origem ao *Estilo Manuelino*. Para além das grandes obras feitas de raiz, como o Mosteiro dos Jerónimos (1501), a maioria foi de melhoramento de pré-existências, sendo muitas delas, continuadas pelo seu filho, D. João III (1502-1557). Em 1531, dá-se um grande terramoto na zona de Lisboa, mas sentido em várias cidades, levando o monarca a melhorar ou a reconstruir muitas fortificações e edifícios por todo o país.

No século XVI, Itália torna-se o primeiro país de ‘turismo’ cultural, atraindo artistas de toda a Europa para estudar as suas antiguidades – os chamados antiquários, na sua maioria de origem inglesa. Só a partir da 2ª metade do séc. XVI é que estes investigadores se dedicam ao estudo das antiguidades dos seus próprios países, iniciando-se um processo de inventariação que se estende até às primeiras décadas do séc. XIX. O leque de investigadores torna-se cada vez mais abrangente: arquitectos, pintores, escultores, desenhadores, médicos, políticos ou membros do clero. Portugal teve como principal investigador dessa época, Francisco de Holanda (1517-1584), que terá estudado em Itália entre 1538-1547, a pedido de D. João III, trazendo para Portugal as influências italianas sobre o estudo do património. Em 1571 escreve *Da Fábrica que falece da Cidade de Lisboa*, onde aponta o estado de decadência das cidades portuguesas e acima de tudo as obras de raiz que as mesmas necessitavam, para que um dia pudessem alcançar a qualidade que o pintor conheceu em Itália. Francisco de Holanda foi um dos precursores na defesa do esquisso como ideia da forma e como forma de transmissão da identidade do Lugar.

A 2ª revolução cultural inicia-se nos finais do séc. XVIII, em Inglaterra com a *Revolução Industrial*: tecnicismo e maquinismo. Este fenómeno permitiu o desenvolvimento e crescimento industrial, levando a uma maior capacidade de aquisição e exportação de produtos: consumismo e capitalismo. As cidades com portos tornam-se o centro das atenções, já que permitiam a exportação de produtos por via marítima. Porém, era necessário transportar os produtos até às grandes cidades e aí o transporte ferroviário teve um papel determinante, contribuindo igualmente para o êxodo rural e para a alteração do ‘*modus vivendi*’ tradicional. As cidades crescem de forma inimaginável para a época, criando

vários problemas sociais e ambientais [Fig. 4], realçando-se a falta de habitação para os operários que viviam em condições desumanas. Os homens são dominados pela máquina [Fig. 5], e aos poucos, também eles tornam-se verdadeiras máquinas de produção, alienados da realidade.

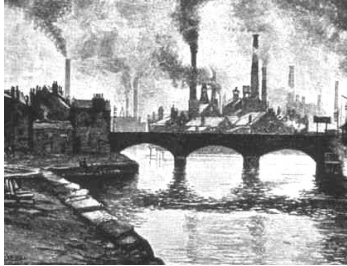


Figura 4 - Londres, séc. XIX: Revolução Industrial.
(Brasil Escola, s/d)



Figura 5 - Londres, início do séc. XX:
Caos urbano.
(História do Design, s/d)

O rápido e desordenado crescimento das cidades destrói grande parte das suas 'antiguidades'. Esta constatação levou os humanistas a cultivar o sentimento de nostalgia, alertando os responsáveis políticos para a necessidade de conservação do património. Inicia-se assim, um processo de inventariação e consequente classificação dos edifícios e as antiguidades passam a ser denominadas de monumentos históricos, portadores de uma identidade e memória colectiva, representativa da história de cada país. O séc. XIX fica marcado pela valorização da História e do chamado 'nacionalismo'. Na sequência da maturação do conhecimento científico, nascem assim no início do séc. XIX, três ciências distintas e autónomas: etnografia, arqueologia e história de arte. É nesta base que surge o *Romantismo*, associado à nostalgia e à relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, levando os artistas ao revivalismo das antiguidades da idade média em geral e do gótico em particular. Este novo movimento cultural, apresenta-se como que um manifesto contra os efeitos da *Revolução Industrial*.

Numa 1ª fase, o valor histórico das antiguidades sobrepunha-se ao valor estético, o que se inverte no decorrer do séc. XIX, devido ao prazer da contemplação da arte. Ainda no séc. XIX, surge a fotografia, que viria a ter um papel importante para a representação factual dos monumentos históricos, contribuindo assim para a sua divulgação e consequente valorização. A fotografia, aliada à tipografia possibilitou a criação dos primeiros 'guias turísticos', que se dedicavam essencialmente à divulgação dos museus e dos monumentos. Karl Baedeker (1801-1859) é apontado por muitos, como o pai desta nova forma de transmissão cultural, contribuindo para o crescimento do 'turismo cultural'.

Em Inglaterra, o património histórico, é gerido desde 1895 pelo *National Trust*, que possui um conjunto de regras muito semelhantes aos restantes países da Europa. Porém, a legislação mais inovadora terá nascido em Itália, desenvolvida pelo engenheiro, arquitecto e historiador Camillo Boito (1836-1914): *Sulla conservazione di monumenti e degli ogetti*

d'arte, 1902. Inicialmente, o interesse pelo património arquitectónico e pela conservação centrava-se, essencialmente nos edifícios mais nobres, dito eruditos, como as catedrais, igrejas, palácios, castelos, todos eles anteriores ao séc. XIX.

A mudança de paradigma dá-se com as investigações realizadas por Ruskin (1819-1900), quando alerta para a necessidade de preservação da arquitectura vernacular e doméstica, já que teriam sido as mesmas, a principal premissa para o desenho das cidades ou lugares antigos. A combinação entre as suas referências começa a despertar-lhe o interesse pelo *Gótico*, levando-o a escrever *The Seven Lamps of Architecture* em 1849, que surge como que um manifesto contra a nova tendência de intervenção nos edifícios antigos, principalmente a aplicação do ferro, material cada vez mais utilizado após o processo de industrialização, mesmo na conservadora Inglaterra. Para o historiador e arquitecto inglês, esse material não seria do domínio da arquitectura, mas sim da engenharia. As suas preocupações não se centraram apenas na degradação da arquitectura, mas de toda a sociedade, desencadeada pela *Revolução Industrial*. Ruskin defendia que as obras antigas originais, não deveriam ser falseadas e era contra os 'pastiches', reconstruções ou imitações, alegando que a história é irrepetível, única e dinâmica, onde a ruína só poderia ser evitada pela via da manutenção regular e artesanal, com materiais originais que respeitassem a essência da arquitectura. Entre 1851-53, escreve o famoso livro *The Stones of Venice*, fruto da sua viagem a Itália em 1835, onde dedicou grande parte do seu tempo a observar e a desenhar edifícios antigos e a conhecer a história da cidade. Dedicou-se, essencialmente à arquitectura doméstica, já que a sua grande preocupação seria a qualidade de vida das pessoas em geral e dos pobres em particular. Imputava à *Revolução Industrial*, as causas da desumanização da sociedade, brutalmente dividida em duas classes sociais: ricos e pobres, divididos pelo trabalho e pelas condições de vida. Surgia assim a nostalgia por uma sociedade equilibrada, entre si e com a natureza. Para os românticos ingleses, esse 'momento ideal' terá acontecido na Idade Média, fortemente influenciados pela obra *The Present Revival Christian Architecture* (Pugin, 1843).

O *Iluminismo* e o *Neoclassicismo* assumiram-se como estilos de valores universais, já o *Romantismo* exortava ao nacionalismo e à importância da história de cada país, pois "(...) *as grandes nações escrevem a sua Historia em três manuscritos: o livro dos seus feitos, o livro das suas palavras e o livro da sua arte.*" (John Ruskin, s/d). Começa-se assim a cultivar a valorização da memória colectiva. *Paralelamente, em França, no ano de 1854, Viollet-le-Duc (1814-1879) era nomeado para restaurar Notre-Dame de Paris. O arquitecto francês ficou conhecido pelo seu autoritarismo e revivalismo, chegando a afirmar que "(...) restaurar um edifício, não é manutenção, reparar ou refazer, é restabelece-lo num estado completo que pode nunca ter existido a dado momento". (Viollet-le-Duc, 1845). As*

obras escritas dedicadas à conservação, nomeadamente *Dictionnaire raisonné de l'architecture française* (1854-1868) e as *Entretiens sur l'architecture* (1863-1872), tiveram grande impacto na fomentação de ideologias que visavam a defesa do património. Porém, a sua posição mais radical e controversa deveu-se, ao ataque dirigido às políticas de conservação em França, que segundo o arquitecto, seriam nulas, permitindo a destruição de muitos monumentos. A introdução do ferro nas suas obras, assume-se como um dos aspectos mais revolucionários, deixando a estrutura metálica à vista, afinal, "(...) *toda a forma cuja razão não possa ser explicada não pode ser bela*" (Viollet-le-Duc, 1863). Ao contrário de Ruskin que defendia que o belo era tudo aquilo que não se conseguia compreender, tudo aquilo que nos transcende. Com a introdução de novos materiais, como o ferro e o vidro, ele procurava por um lado valorizar o património e a identidade, mas por outro, a criação de uma arquitectura mais moderna e nacionalista: uma nova identidade.

Durante as últimas décadas do séc. XIX e as primeiras do séc. XX, assistiu-se à confrontação de duas visões distintas e radicais do património, uma inglesa e outra francesa. O inglês Ruskin, conservador por convicção, considerava os monumentos intocáveis no que diz respeito ao 'estilo original' e que a sua conservação dependia da sua cuidada e continuada manutenção, através de intervenções discretas e imperceptíveis, recorrendo aos materiais nobres, como a madeira e a pedra. Contrariamente insurgia-se a visão progressista do francês Viollet-le-Duc, que defendia o restauro integral e de forma inovadora, podendo o objecto assumir formas que na realidade nunca tivera. Ambos contribuíram de forma incomparável para o conceito moderno de restauro e desenvolveram um conjunto de princípios e métodos de intervenção que se tornaram numa referência mundial, apesar das críticas que foram alvo na altura. A materialidade e os estilos defendidos foram os aspectos que mais dividiram estes dois pensadores do património arquitectónico. Apesar das diferenças, ambos contribuíram para a defesa de um bem comum: a cultura europeia ocidental.

Actualmente, estas duas visões aparentemente antagónicas, ainda são motivo de discussão por parte dos especialistas, mas ao mesmo tempo, os alicerces dos conceitos sobre Reabilitação. O que importa reter da visão de cada um, é que não deve haver uma regra geral para todos os edifícios, mas sim, a flexibilidade que Aloïs Riegl tanto defendeu e que viria a influenciar a legislação italiana para conservação do património.

Já no séc. XX, serão de novo os ingleses a marcar uma nova mudança: valorização e classificação do património industrial. Por outro lado, Itália torna-se o primeiro país europeu a classificar como monumentos históricos, não só edifícios, mas um conjunto de edifícios e até mesmo lugares, bairros ou cidades inteiras, desde que tivessem valor histórico. Esta posição foi tomada após a destruição provocada pela 1ª Guerra Mundial

(1914-18). O culto pelo monumento histórico vai-se enraizando no ocidente, até que em 1931, realiza-se em Atenas a primeira conferência internacional – conservação artística e histórica dos monumentos. Em 1963, é executado o Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Bolonha, tornando-se no primeiro grande sucesso, fruto das teorias de restauro e conservação, desenvolvidas na década de 1930, por Giovannoni, que conseguiu, através da sua visão progressista, fazer entender que a melhor forma de preservar o património seria inseri-lo na vida quotidiana de cada época, adaptando-se às novas necessidades, mas sem perder a sua identidade, porque a melhor forma de conservação é o seu uso.

No ano de 1964, realizou-se a *Conferência Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, organizada pela UNESCO, onde o monumento histórico continua no epicentro da discussão. Porém, a junção dos dois termos (*património e cultural*), foi introduzida pela primeira vez em França no ano de 1959, pelo então ministro da cultura André Malraux (1901-76), para quem não haveria cultura sem prazer. Dá-se assim, o início da cultura de consumo e o aparecimento dos denominados '*animadores culturais*'. Em 1964, ano da *Carta de Veneza*, foi igualmente aprovada e aplicada a denominada *Lei Malraux*, que terá provocado a estagnação dos centros históricos, obrigando-os a manterem-se tal como eram na sua origem. Com a multiplicação de legislação de protecção sob o património, criou-se uma cultura de 'museificação' dos edifícios e dos lugares, onde o centro histórico de Torres Vedras se inclui, já que o anterior plano de salvaguarda bebia desta influência: manutenção integral. No sentido oposto, caminhavam os países com soluções mais equilibradas, como Inglaterra e Itália, onde conseguiram que o património fosse utilizado, fazendo parte da vida urbana, adaptando-se às novas circunstâncias.

Apesar de aparentemente contraditórias, a maioria das teorias opunham-se a um estilo universal e à generalização de soluções. Cada cultura, cada sociedade, tem necessidades diferentes, exigindo soluções diferentes: identidade, única e irrepetível. Quanto à forma de intervenção, julga-se fundamental a capacidade de inovar sem ter de comprometer a singularidade/identidade, seja de um edifício ou de um lugar, a isso se chama "(...) a *competência de edificar*" (Choay, 2011, p.50). Para tal é necessário ter consciência dos problemas, mas acima de tudo, ter a coragem de combatê-los, definindo estratégias concertadas por forma a salvaguardar as riquezas de todas as culturas. Mas esta 'batalha' só será ganha através da educação, formação e pela "(...) *utilização ética das nossas heranças edificadas (...)*" ou pela "(...) *participação colectiva na produção de um património vivo (...)*" (Choay, 2011, p.51).

1.2. Reabilitação dos Centros Históricos

1.2.1. A Cidade e o Centro Histórico

As políticas de ordenamento do território aliadas ao crescimento do poder de compra, por parte dos portugueses, levaram ao actual estado de decadência do parque habitacional mais antigo. A partir da década de 1980, com a aprovação dos primeiros Planos Directores Municipais, dá-se a grande expansão das cidades para as periferias, e ao mesmo tempo, a sociedade portuguesa começa a perder os hábitos de conservação dos edifícios privados. Na década de 1990, Portugal registava um elevado índice de construções devolutas e muito degradadas, porque perderam-se hábitos seculares: Manutenção, Restauro e Conservação. Esta perda irreparável reflecte-se, igualmente, nas construções mais recentes, já que muitas delas precisam de maior atenção do que as de construção dita tradicional. A falta de manutenção ou conservação evidencia-se no facto de várias profissões estarem em vias de extinção: ‘limpa chaminés’, ‘limpa telhados’ ou marceneiros. Estes sinais deveriam obrigar as entidades públicas, técnicos e proprietários a reflectirem sobre a verdadeira sustentabilidade das edificações: Vida útil do edifício. Ao longo de três décadas, a procura pelo lucro fácil e rápido, permitiu passar a mensagem de que seria mais fácil construir de novo do que reabilitar, o que não deixa de ser verdade, tendo em conta o estado de degradação a que muitos edifícios chegaram. Muitas das obras são denominadas de reabilitação, apenas por enquadramento legal ou para salvaguarda de direitos. Com astúcia ou ignorância, a deturpação de conceitos foi colhendo os seus frutos, ou seja, mais parque habitacional periurbano, maior abandono dos centros, sejam eles históricos ou não.

“ Entre 2001 e 2011 registou-se uma diminuição de 36,0% no número de edifícios muito degradados e de 40,4% no número de edifícios com necessidade de grandes reparações (...) evidenciando uma redução do edificado em mau estado de conservação, também devido ao aumento de 12,2% do número de edifícios clássicos.” (INE, 2013)

Segundo os dados estatísticos do INE, nas zonas da Grande Lisboa, Tâmega e Algarve, o número de edifícios muito degradados reduziu significativamente: 36%. Este sinal positivo estará certamente relacionado com os programas de apoio financeiro para a Reabilitação, tanto nacionais, como europeus: JESSICA, RECRIA, RECRIPH ou REHABITA. Por outro lado, surge uma nova figura no panorama da reabilitação, cujo principal objectivo é a promoção e orientação das obras: Sociedade de Reabilitação Urbana.

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) é uma entidade que se encontra sob a tutela do Governo, cujo objectivo é garantir a aplicabilidade das políticas de reabilitação urbana, destinada a habitação. É através do IHRU que os promotores se candidatam aos apoios nacionais ou estrangeiros, para a execução das obras.

Reabilitar contém vários significados, mas no que diz respeito ao património, destaca-se a *revitalização* e a restituição da *estima pública*. Revitalização, porque é esse o principal objetivo: dar uma nova vida, uma nova razão de ser. A sua continuidade só faz sentido se for fruto de uma vontade colectiva e para tal é necessária a *estima pública*, que justifica e garante a sua continuidade. Os centros históricos não devem ser museus que se conservam ou restauram, conforme a força das circunstâncias, devem antes, ser integrados na cidade como elementos geradores de vida colectiva, apropriados pela sociedade. Para iniciar um processo de reabilitação urbana, será necessário um bom diagnóstico dos problemas e ter uma boa sustentação teórica e prática, que permitam perceber os factores que levaram ao declínio dos centros históricos, com início na 2ª metade do séc. XIX, pelo menos nas grandes cidades, que cresceram de forma nunca antes vista, devido às indústrias e ao êxodo rural. As pessoas procuravam emprego, poder de compra e melhor qualidade de vida. Muitos desses objectivos, não passaram de utopia. Estas cidades tornaram-se em espaços sobrelotados, insalubres, poluídos e demolidores dos núcleos antigos. Londres é um bom exemplo deste processo. A expansão para a periferia tornou-se inevitável e a, até aqui conhecida matriz urbana original, começa a perder-se, devido à introdução de novos modelos urbanísticos, ou à ausência dos mesmos, dado a rapidez com que as cidades foram-se transfigurando. As cidades passam de milhares de habitantes a milhões, em poucas dezenas de anos.

A reconfiguração das cidades deu-se, igualmente, na primeira metade do séc. XX, com o desenvolvimento das periferias. As zonas rurais em torno das grandes cidades foram urbanizadas, os espaços vazios entre localidades mais próximas foram desaparecendo e deram lugar a novas cidades, geralmente na periferia das capitais, como é o caso de Lisboa. Surgem novos centros, novos polos de atracção que vão ofuscando o núcleo antigo das urbes, que vão perdendo uma das suas principais características urbanísticas tradicionais: crescimento radial. Definir limites e até o seu próprio centro, torna-se uma tarefa quase impossível, tal é a sua descaracterização e aleatoriedade. Com este processo de crescimento, os centros vão perdendo o carácter habitacional, tornando-se essencialmente em zonas comerciais, cujos estabelecimentos se mantiveram no piso térreo dos edifícios e as habitações começam a ser transformadas em serviços. Isto no caso dos edifícios ditos eruditos, já que nos vernaculares, devido à sua morfologia e acessibilidade, o que se verificou na maioria dos casos foi a degradação e abandono das habitações. Os novos polos de atracção das cidades passam a ser as vias de transporte e os novos bairros. Assim começa a expansão periurbana da maioria das grandes cidades, com 'cidades dentro de cidades', que nunca estão acabadas, mas sim em permanente transformação, não fossem elas fruto de uma sociedade permanentemente insatisfeita. Aos poucos, o modo de vida

tradicional vai sendo absorvido por este novo mundo moderno, da máquina que transformara radicalmente o *'modus vivendi'* da sociedade e assim, o "(...) *homem deixa de ver a vida como um todo, mas como a soma de partes, atitude resultante da predominância do espírito analítico sobre o espírito sintético.*" (Távora, 1962, p. 32 e 33).

A cidade assume-se como o símbolo máximo da descontinuidade do espaço/mundo contemporâneo, colocando o cidadão perante problemas nunca antes vistos: densidade, volumetria e rapidez de transformação. Afinal, ela "(...) *crece, cresce sempre, porque para a cidade, parar é morrer (...) enormes extensões da cidade sofrem um processo de delapidação e o que hoje era espaço vivo pode ser amanhã espaço morto, o que ainda hoje era ordem pode amanhã ser desordem*" (Távora, 1962, p. 35). A sociedade urbana vai perdendo cada vez mais o contacto com natureza. No planeamento tradicional, as estradas e caminhos seguiam princípios de orografia, de relações entre aldeias e vilas, que respeitavam as linhas sinuosas do passado, mas a partir da cidade moderna, surgem as vias rápidas e as autoestradas, que têm um único objetivo: chegar a um determinado ponto, o mais rápido possível, arrasando o que for preciso para o efeito. Porém, nem todas as cidades agiam como um 'monstro' destruidor do passado e da harmonia da sociedade, já que algumas conseguiram manter o equilíbrio durante e após o processo de crescimento. Os países nórdicos da Europa são um bom exemplo de crescimento sustentável.

A identidade tão debatida no séc. XXI começa a perder-se essencialmente na 2ª metade do séc. XX, no chamado 'pós-guerra', mas é na década de 1970, com a modernização dos meios de transporte, que se verificam as maiores transformações sociais e urbanas: maior distância entre local de trabalho e habitação; novos modelos urbanísticos; novas indústrias; novos empregos e emancipação das mulheres. Assim nascia a cidade/sociedade 'pós-industrial', que abandona e maltrata os centros históricos, cuja manutenção era encarada como acto de obrigatoriedade administrativa e não como uma mais-valia para a sustentabilidade da cidade. O uso cada vez mais banalizado do automóvel permitia um maior distanciamento dos núcleos urbanos mais antigos, que não conseguiram assimilar esta nova realidade, pelas mais variadas razões: dimensão reduzida das ruas; falta de estacionamento; difícil introdução de novas infraestruturas; difícil adequabilidade das tipologias ao novo modelo socioeconómico. Mesmo os centros históricos com um traçado urbano mais generoso viram-se, de um momento para o outro, completamente descaracterizados pela introdução dos novos meios de transporte: elétricos; automóveis; autocarros; metro. Assim, os núcleos urbanos das grandes cidades, vão ficando cada vez mais estrangulados por toda esta densidade de tráfego, levando à destruição de muito património arquitectónico, tudo a favor do chamado 'progresso'. Este novo panorama urbano inicia o processo de decadência dos centros históricos, começando por destruir os seus

principais usos: a habitação e o comércio tradicional. Nas cidades de menor dimensão, os problemas são semelhantes, porém, mais tardios e com menor impacto. A rua, os largos, a loja, a mercearia, ou o cinema, são substituídos pelas grandes superfícies comerciais, que devido às suas dimensões e necessidades de abastecimento, são instaladas sobretudo nas zonas periféricas. A sociedade de consumo sobrepõe-se à sociedade dos afectos, da vizinhança e da proximidade, muito devido à ausência de espaço público de qualidade.

Sendo as cidades, o produto materializado pelas sociedades que as desenharam ao longo dos séculos, logo são elas o melhor documento histórico da evolução da humanidade. Muitas das cidades actuais, começaram desde a antiguidade, como pequenos lugares estratégicos, militares ou de trocas comerciais, tendo-se transformado em vilas, cidades e nalguns casos em verdadeiras metrópoles. Estas cidades são também o melhor documento das vicissitudes militares, cívicas, económicas e principalmente sociais. Os núcleos antigos transformaram-se numa herança do passado, um verdadeiro património social e cultural, deixado pelos antepassados às gerações vindouras e cabe às gerações contemporâneas, garantir a sua transição, e salvaguardar a sua identidade.

A distinção secular entre vida urbana e vida rural está, fundamentalmente, na relação social colectiva: habitação, comércio, serviços administrativos, religiosos e militares. Toda a vida urbana tinha como local de encontro de excelência, o centro, actualmente denominado por centro histórico, mas com forte influência na dinâmica urbana circundante. Assim sendo, reconhecer ou delimitar o centro histórico de uma cidade, pode afirmar-se como uma tarefa demasiado complexa, principalmente nas grandes cidades que foram sofrendo várias reconstruções no seu interior, antes de terem crescido para as periferias. Este exercício torna-se ligeiramente mais simples nas cidades de menor dimensão, que cresceram para as periferias, antes de alterarem significativamente o seu núcleo urbano, mantendo parcialmente intacta a sua matriz urbana, nalguns casos até à actualidade. Não significa que não tenham sofrido alterações, mas a sua reconfiguração foi mais demorada, mantendo a sua identidade, como terá acontecido em Torres Vedras. Apesar da reduzida dimensão, a sua delimitação não deixa de ser controversa e alvo de uma reflexão crítica. Observe-se a Rua 9 de Abril [Fig. 6], uma das principais ruas comerciais do centro da cidade, actualmente pedonal, foi outrora, parte da Estrada Nacional, substituindo em 1910, a designação de Estrada Real nº 61, que ligava Lisboa a Lourinhã, Peniche, Óbidos, e Caldas da Rainha. Pelo menos, desde a Idade Média, que se trata de um eixo fundamental do desenho da urbe. A reconfiguração ao longo dos séculos garantiu-lhe, a sua continuidade e importância, sem perder o seu poder atractivo e a sua identidade. Encontra-se hoje (séc. XXI), inserida no centro histórico da cidade e é ainda, um dos seus principais polos comerciais. Porém, torna-se quase impossível, dissociar esta antiga entrada da vila, de

outro elemento fundamental da sua estrutura urbana: Praça 25 de Abril [Fig. 7], frontal à Igreja da Graça e Museu Municipal (antigo Convento da Graça). Apesar da ligação física com a Praça da República (início da Rua 9 de Abril) e da sua importância na memória colectiva, encontra-se fora dos limites do centro histórico.



Figura 6 - Rua 9 de Abril.
(Autor)



Figura 7 – Praça 25 de Abril.
(Autor)

Os centros históricos são, por norma, núcleos urbanos centrais, que ainda no séc. XXI, tendem a ser polos de atracção de vida social, seja por motivos comerciais, turísticos ou habitacionais. São hoje conhecidos como as zonas antigas das cidades e independentemente do seu estado de conservação, o seu valor está no simbolismo imagético e histórico, associado ao turismo cultural e à identidade do Lugar. Para serem classificados, têm de ser reconhecidas características distintas: antiguidade secular de edifícios elementares; homogeneidade urbanística e arquitectónica; simbolismo cultural; Identidade e memória colectiva. Património físico, por um lado e imaterial por outro, são a representação máxima da memória colectiva, servindo de plataforma de estabilidade e equilíbrio para encarar as reconfigurações urbanas e sociais que cada sociedade sofreu e sofrerá, não deixando no entanto, de criar discordâncias quanto à sua delimitação. No entanto, a sua singularidade é o garante para a manutenção da individualidade de cada cidade/sociedade, contrariando a tendência da globalização/universalidade e até a homogeneidade das sociedades contemporâneas. A sociedade portuguesa do séc. XXI, volta a debater estes temas, em busca de uma solução para o actual estado da arquitectura e urbanismo, provocado pelo crescimento 'neo-liberal' das cidades e pelo actual estado de degradação dos centros históricos, tendo como principais factores, o crescimento das periferias, as novas exigências de habitabilidade e mobilidade, e a rigidez dos planos de salvaguarda.

Na verdade, entende-se que a reabilitação dos centros históricos é essencial para a revitalização das cidades do séc. XXI, mas desde que sejam parte integrante das mesmas e que contribuam para o seu desenvolvimento, através da sua apropriação e não da sua 'museificação'. No entanto, 'estancar' a construção desenfreada e reabilitar as pré-existências são afirmações cada vez mais banalizadas nos diversos campos científicos, no entanto na maioria dos casos, são apenas demagogia, sem qualquer tipo de conteúdo, fruto de um conhecimento superficial e acrítico da realidade. Aí, uma vez mais, o arquitecto tem

um papel fundamental, mas para tal, tem de ganhar consciência que intervir nos centros históricos, não pode ser fruto de ideias genéricas e préconcebidas, mas sim de muita dedicação, muita pesquisa, e acima de tudo, apoiado por uma equipa multidisciplinar, com um profundo conhecimento do Lugar: sociedade, história, tectónica, economia.....

1.2.2. Políticas e Práticas de Reabilitação

Perante os problemas provocados pelo 'urbanismo industrial', alguns arquitectos, deram início na década de 1960, a um processo de reflexão crítica ao estado de descaracterização das cidades, dando origem a documentos fundamentais, cuja inquietação incide sob a salvaguarda do património, da identidade e da memória colectiva.

A *Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, conhecida por *Carta de Veneza*, resulta do 2º Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos de Monumentos Históricos, de 1964, considerada por muitos uma reacção à *Carta de Atenas* de 1933, que se dedicava acima de tudo ao urbanismo e ao 'novo', enquanto, que a *Carta de Veneza*, apelava à conservação do 'antigo'. O principal objectivo seria a preservação das obras monumentais como testemunhos da história e da memória colectiva de cada país. É o tomar de consciência da humanidade, que tem a obrigação de passar o testemunho da história às gerações vindouras: sustentabilidade. Destaca-se a introdução do conjunto arquitectónico e a consciência da necessidade de uma equipa multidisciplinar nas intervenções a realizar. O monumento deixa de ser visto, apreciado e valorizado, não apenas como obra de arte, mas como uma peça de valor histórico. Além disso, defende ainda, que não basta haver legislação para a salvaguarda dos monumentos, é fundamental a sua manutenção. Importa referir ainda, a defesa de uma função que garanta a sustentabilidade do edifício por um lado, mas que seja compatível com a sua arquitectura, por outro. Verifica-se também, uma tentativa de combate às intervenções de restauro, feitas sobre uma ideologia romântica, com princípios revivalistas, produtoras de 'pastiches' e resultantes de 'memórias artificiais'.

O conceito de património vai-se enraizando no debate público, até que em 1975, é redigida em Estrasburgo, a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, para assinalar esse ano como o *Ano Europeu do Património Arquitectónico*, cuja finalidade seria sensibilizar os países europeus para a necessidade de um projecto comum, ou seja, a preservação de monumentos e conjuntos arquitectónicos, sob pena de uma perda irreparável de um património, que deveria ser transmitido às gerações futuras: sustentabilidade e memória colectiva. Afinal, "(...) o *património arquitectónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais*

inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem.” (Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975). Configurava-se assim, o início da valorização da arquitectura não erudita, ou seja, a arquitectura dita vernacular, desde que estivesse em harmonia com o conjunto representativo da identidade do Lugar.

Após 12 anos de estudos, é redigida a *Carta de Washington*, aprovada em 1987, na 8ª Assembleia-Geral do ICOMOS, em Washington, D.C. (E.U.A.), que alertava para o impacto do planeamento ‘pós-industrial’ nas sociedades dos vários países, daí o seu carácter generalista. As suas directizes incidem fundamentalmente, sobre a necessidade de salvaguarda das cidades históricas. Afinal, as urbes são o reflexo da evolução de uma sociedade na História, afirmando-se como pedra basilar da sua identidade. Por essa razão, esta carta centrou-se nos conjuntos urbanizados, independentemente da sua escala: cidades, vilas, centros ou bairros. Porém, todos têm de reunir um valor histórico reconhecido como tradicional, cuja morfologia seja representativa da história urbana. Este documento surge como uma reacção ao cenário de destruição destes conjuntos urbanos, que segundo os autores seria provocado pelo urbanismo liberal da cidade ‘pós-industrial’. A grande inovação encontra-se na valorização do Lugar, ou seja, do construído e do natural, do ‘cheio e do vazio’, desde que tenha características singulares para que se torne num documento que permita a transmissão da História ao longo de várias gerações.

Perante um cenário de destruição destes documentos históricos (Lugares), o ICOMOS decidiu elencar um conjunto de princípios, como que um complemento à *Carta de Veneza* de 1964, introduzindo um conjunto de soluções para salvaguarda destes núcleos urbanos, de maneira a garantir a preservação da memória colectiva. Outro aspecto inovador é a defesa da estrutura fundiária, desde a forma dos quarteirões, aos próprios lotes. A matriz urbana começa a ser por si só, património histórico, revelador da evolução da sociedade ao longo dos séculos, contribuindo para a valorização e salvaguarda da morfologia urbana. Para além dos planos serem fruto de um trabalho colectivo, com técnicos de várias áreas, agora a população passa a ter um papel activo nestes projectos, acompanhando e participando nas soluções adoptadas. Ainda hoje, esta medida tem leituras bastante controversas. Assim, os planos de salvaguarda deveriam resultar dos documentos elaborados pelos técnicos, tendo em conta os aspectos socioeconómicos. As peças desenhadas continham a inventariação dos edifícios a conservar integralmente ou parcialmente e aqueles que deveriam ser demolidos (desde que melhorassem a qualidade do conjunto). Quanto aos métodos de conservação, remete-nos para a *Carta de Veneza* de 1964. Conscientes das exigências de uma nova sociedade de consumo, os autores admitem a necessidade de integração de novas infraestruturas, permitindo uma melhor funcionalidade e conseqüente utilização. No campo da tectónica, passou a ser permitida a

introdução de elementos contemporâneos, desde que os mesmos não comprometessem a morfologia inicial, bem como a harmonia do conjunto.

Além das cartas anteriormente referidas, destaca-se ainda, a *Recomendação de Nairobi* de 1976, uma tentativa de pressionar os governos, administração local e os próprios cidadãos, a preservar aquilo que os seus autores definem como património universal, único e irrepetível, que deve ser salvaguardado e integrado na cidade/sociedade contemporânea. Para reforçar esta linha de pensamento, em 1992, foi aprovada a *Agenda 21*, na *Cimeira do Rio e Janeiro* (Brasil), que defende a preservação da Memória e Identidade, seja ela nacional, regional ou local, urbana ou rural.

A reabilitação do centro histórico de Bolonha, na década de 1970 [Fig.8], tornou-se numa referência internacional, não só pela escala, mas também pelo sucesso das políticas inovadoras implementadas: início da gestão/reabilitação integrada. De facto, o seu sucesso terá influenciado o conteúdo da *Declaração de Amesterdão de 1975*, onde são descritos os princípios orientadores da conservação integrada:

- O património, como bem comum, deve ser conservado por toda a sociedade, por isso, a sua conservação, deve assumir-se como principal premissa das políticas urbanas;
- A legislação deve ser clara, objectiva e dinâmica;
- Apesar de a responsabilidade ser de toda a sociedade, a coordenação da conservação deve ser assegurada pelas autarquias;
- O património deve ser encarado como elo de união entre o passado e o futuro;
- Todos os edifícios, ou conjunto de edifícios com reconhecimento histórico, compõe o património arquitectónico, seja ele antigo ou moderno;
- As intervenções realizadas devem ter em conta o *'modus vivendi'* da população local, para evitar as segregações sociais;
- Devem ser criados apoios da administração central ou internacional, canalizados para as autarquias e utilizados nas obras de conservação;
- Permitir e incentivar a participação de organizações não-governamentais no processo de reabilitação;
- Promover políticas pedagógicas de conservação.



Figura 8 - Centro Histórico de Bolonha.
(As Viajantes, 2010)



Figura 9 - Centro Histórico do Porto.
(portodosmuseus, 2012)

No âmbito nacional, como exemplo de gestão integrada, importa referir o plano de reabilitação do centro histórico da cidade do Porto [Fig. 9], desenvolvido entre 1974 e 2003, cujos princípios urbanísticos seguiam as directivas da *Carta de Veneza*. Este núcleo urbano encontra-se desde 1996, classificado pela UNESCO como património da Humanidade. A gestão das obras ficou, inicialmente, a cargo da CRUARB, mas actualmente, são da responsabilidade de uma nova figura da reabilitação urbana: *Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo*. Estas sociedades fazem a análise das carências construtivas e socioeconómicas e só depois é que definem estratégias e objectivos para as suas intervenções, prevendo parcerias público-privadas, como se verificou na obra de requalificação da Praça das Cardosas. Trata-se de uma estratégia de valorização do passado a pensar essencialmente na introdução de novas tipologias que permitam uma reabilitação sustentável, atraindo novos moradores, logo novas dinâmicas socioeconómicas. Mas na verdade, devido ao congelamento do financiamento do Estado, poucas foram as obras efectuadas, tendo-se verificado um acentuar de desertificação do centro histórico. Entre 2001-2011, esta zona da cidade terá perdido cerca de 26.000 habitantes.

Ainda no âmbito nacional e no enquadramento da gestão integrada do património, temos o exemplo de Évora [Fig. 10]. Tendo em conta as várias teses em torno do acesso do automóvel aos centros históricos, julga-se pertinente analisar neste caso, o debate que se tem desenvolvido em torno desta temática: restrição integral ou parcial??. Évora presenciou, recentemente, à restrição quase absoluta, ao acesso automóvel. Resultado: menos turistas, menos actividade comercial, maior despovoamento, o que demonstra que medidas demasiado rígidas e repentinas, por vezes podem ser fatais, principalmente se não forem alicerçadas numa plataforma de medidas equilibradas.



Figura 10 - Centro histórico de Évora.
(casa.sapo.pt, 2012)



Figura 11- Castelo de Óbidos.
(Diário de Leiria, 2013)

A Vila de Óbidos [Fig. 11] é talvez, o exemplo máximo nacional da política de manutenção e restauro, financiadas pelo turismo cultural, tendo como principal premissa a sobrevalorização do passado. Multiplicam-se os eventos desenvolvidos no interior da vila amuralhada: *Festival Internacional de Chocolate; Mercado Medieval; Vila Literária; Festival de Ópera*. Este espaço assume-se, cada vez mais como centro interpretativo, onde as políticas urbanísticas da autarquia vão quase sempre no sentido da valorização do passado

e da restituição do 'estilo medieval'. Apesar da cada vez maior afluência de turistas, importa referir que o processo de repovoamento da vila não alcançou os resultados desejados.



Figura 12- Praga, Ponte Imperador Carlos. (Autor, 2012)



Figura 13- Praga. Comércio tradicional. (Autor, 2012)

A nível internacional, e a outra escala, apresenta-se Praga, capital da República Checa, que se assume como o exemplo paradigmático do turismo cultural, tendo como principal polo de atracção, o seu centro histórico, um dos maiores da Europa, que desde 1992 se encontra classificado como Património Cultural Mundial da UNESCO. Com uma área aproximada de 866 hectares e com mais de dez séculos de história, são inúmeros os edifícios antigos, dos mais variados estilos arquitectónicos. Na verdade, um dos aspectos mais interessantes desta cidade é a manutenção desse ecletismo cultural: Religião, arquitectura, pintura ou ideologias políticas. Aqui, mais do que em qualquer outro local da Europa, verifica-se o Lugar como simbiose cultural, arquitectónica e temporal. Uma verdadeira riqueza, que apesar da sua complexidade, não deixa de transparecer alguma harmonia e uniformidade, mesmo na relação entre as duas margens do rio *Vltava*. Também as pontes são determinantes nesta simbiose funcional e formal: Beleza, percurso, ligação, comércio e lazer [Fig.12]. Os espaços públicos, assim como o comércio tradicional [Fig.13], permitem o convívio entre a população local, os artistas e os milhares de turistas que ali passam diariamente. A apropriação do espaço público é sem dúvida, uma das 'imagens de marca' deste centro histórico, onde os turistas fazem parte da sua própria identidade.

A especulação imobiliária também teve, e tem, um peso determinante no despovoamento dos centros urbanos. Ainda recentemente, Guimarães, *Capital Europeia da Cultura – 2012*, viu o seu centro histórico a sofrer um novo aumento de despovoamento, devido à sobrevalorização dada aos imóveis, desencadeada pelo evento e pelas obras de reabilitação a ele associadas.

Para um planeamento e gestão integrada, na reabilitação dos núcleos históricos, pressupõe-se um conjunto de princípios de inclusão ou de exclusão. A inclusão serve, para seleccionar um determinado edifício, conjunto de edifícios, ou quarteirões, que verifiquem um valor histórico e que apresentem características morfológicas, que se destaquem da restante cidade e que fundamentem a sua delimitação e consequente classificação. A exclusão vai no sentido inverso: remover dessa delimitação os elementos que não se

encontrem em harmonia com o conjunto histórico. Esta metodologia configura-se como positiva, no entanto não deixa de ser alvo de críticas, nomeadamente, quanto à subjectividade na demarcação dos limites das áreas a intervir e suas diferenciações. Na verdade, cada centro histórico deve ser analisado como único, com carências específicas, que necessitam de soluções distintas. Existem casos onde são eles próprios a razão da sua decadência, pondo em causa a harmonia da própria cidade. O caso do Intendente em Lisboa é um bom exemplo de declínio provocado pelas circunstâncias do próprio Bairro: Prostituição e toxicodependência. Porém, recentemente tem-se assumido como caso de estudo contemporâneo, devido à reconfiguração urbanística e social de pequena escala: 'Acupuntura Urbana' e 'gentrification'. Este processo beneficiou com as obras de melhoramento do espaço público [Fig. 14]. No entanto, nos últimos anos esta zona da cidade já vinha a ser procurada por novas classes sociais, que encontraram aqui a oportunidade de mudar o seu modo de vida e ao mesmo tempo, residir no centro da cidade sem ter de pagar valores muito elevados, pela habitação e pelos transportes.



Figura 14- Largo do Intendente.
(8ª Colina, 2013)

Por outro lado, existem casos, em que os centros históricos são vítimas das periferias, que se foram desenvolvendo sem qualquer tipo de ordenamento ou que não conseguiram 'coser' o novo urbanismo à matriz urbana tradicional. O fenómeno da 'gentrification' e a actual mudança de paradigma, provocada pela crise económica, podem ser uma boa oportunidade, para que os centros históricos deixem de ser 'museus a céu aberto' e passem a ser parte integrante e dinamizadora das cidades do séc. XXI.

Ao longo das últimas décadas foram várias as autarquias que elaboraram planos estratégicos com o objectivo de revitalizarem os seus centros históricos, assentes em diferentes teorias ou políticas. Independentemente das diferenças estratégicas ou do grau de sucesso das mesmas, a verdade é que este fenómeno reforçou e enriqueceu o debate sobre a reabilitação urbana e o seu papel no combate à desertificação das cidades. Para o sucesso das intervenções, urge um equilíbrio nas soluções adoptadas e uma nova visão de intervenção urbanística: inovação e criatividade, apoiadas pela coesão social. Para haver criatividade é necessário que haja competitividade nas trocas internas e externas, ou seja, na relação entre o centro histórico e a restante cidade. Só assim será possível gerar riqueza. É nas cidades que se fazem as grandes revoluções e quanto maior for o conhecimento concentrado, maior será o crescimento sustentável das mesmas. A 'cidade criativa' pode ser

o motor da revolução do séc. XXI, que passa essencialmente pelo design, tecnologia e indústria. As cidades são ecossistemas favoráveis a esta trilogia, mas deve ser fruto de uma vontade espontânea da sociedade, ainda que apoiada pelas entidades competentes. Por outro lado, a solução não pode passar pela desordem ou pela vontade individual, assentes na ignorância, mas sim de um conhecimento pormenorizado e objectivo.

Para que as intervenções, efectuadas pelas autarquias possam ter sucesso, é necessário combater o ‘urbanismo liberal’, que muitas vezes resume-se nas intervenções individuais, na regulação exclusiva dos espaços públicos e nas preocupações ‘fachadistas’. Deve ser regulado o que se passa no interior dos edifícios já que para a manutenção da identidade, não basta manter uma fachada, é necessário ter em conta o seu conteúdo e a relação com a envolvente. Muitos dos planos existentes, foram planeados e aprovados antes da actual crise económica, que tem provocado profundas transformações sociais, dando origem a uma ‘nova sociedade’. Apesar da importância social na reabilitação urbana, o grande motor são as intervenções físicas, tanto no espaço público, como no espaço privado. Muitas dessas obras obrigam a intervenção no património arquitectónico e urbanístico. Palavras como ‘fachadismo’ romantismo, pitoresco, lugar, simbiose, habitação, comércio ou turismo, são utilizadas pelos mais variados actores do planeamento urbano. No fundo, exprimem o grande desafio dos arquitectos e urbanistas que intervêm no património edificado: decidir no presente a relação entre o passado e o futuro; simbiose ou ruptura. Intervir nos centros históricos é intervir no património cultural, que representa a memória colectiva e identidade de uma determinada população, logo a sua reabilitação, só fará sentido, se conseguir suportar a transmissão do legado histórico, adaptando-o às necessidades das gerações actuais e futuras.

Consciente da dificuldade de aplicabilidade dos planos de reabilitação e da necessidade dos mesmos se tornarem mais flexíveis, é alterado o *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana* (Lei nº 32/2012 de 14 de Agosto). Para além da flexibilização dos planos, destacam-se os seguintes objectivos: simplificação processual para criação de áreas de reabilitação urbana e controlo prévio das obras; possibilidade de execução de obras em fracções ou edifícios fora do perímetro das áreas urbanas de reabilitação urbana, desde que tenham 30 ou mais anos de idade e que necessitem melhorar as suas capacidades funcionais e/ou de segurança. O Governo reconhece assim, a necessidade de implementar medidas que possam contrariar a estagnação verificada no sector. Por outro lado, as autarquias passam a ter mais responsabilidade, já que as delimitações das *Áreas de Reabilitação Urbana* passam a ser propostas pelos executivos camarários, mas aprovadas em assembleia municipal. Esta medida irá reflectir-se nos impostos a pagar pelos proprietários de prédios urbanos situados nestas áreas delimitadas. No fundo, esta

legislação nasce da consciência de que as intervenções no espaço público não foram suficientes para incentivar os proprietários do sector privado a investir na reabilitação urbana.

A generalidade da legislação desenvolvida ao longo do século XX e já no séc. XXI gravita em torno dos seguintes problemas: falta de habitantes; recessão do comércio tradicional; especulação imobiliária; problemas de acessibilidades; condições de habitabilidade; identidade e memória colectiva. Apesar do progresso verificado em Portugal, ainda existe um longo caminho por percorrer, para que os projectos de reabilitação passem da teoria à prática. Um dos principais problemas é sem dúvida, a demora na aprovação dos planos e da sua desarticulação com a realidade do momento em que são postos em prática.

1.2.3. Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras

Durante as últimas décadas, devido à urbanização da sua periferia, a cidade de Torres Vedras presenciou a um aumento do seu parque habitacional, bastante acentuado, que não se reflectiu necessariamente no crescimento demográfico. O que aconteceu foi o gradual abandono do centro. A década de 1980 assume-se como um marco no urbanismo desta jovem cidade que tinha sido vila até 1979. Para além da entrada de Portugal na C.E.E. e do aumento do poder de compra dos portugueses em geral e dos torrienses em particular, em 1985 é iniciado o primeiro PDM do concelho. Recorde-se que a execução dos PDM, foi uma de muitas condições impostas a Portugal, para que pudesse integrar a C.E.E.



Figura 15- Fotografia aérea da Vila, 1948. (IGP, 2012). Legenda: **1**- Estação do caminho-de-ferro, 1886; **2**- Novo Bairro, a sul (Arq. Jacobetty).

Figura 16- 1886, chega o comboio a Torres Vedras. (BMTV, 2012)



Figura 17- Rua Conde Tarouca. Bairro construído na década de 1940. (Autor, 2013)



O processo de crescimento da cidade [Fig.15] foi muito semelhante à maioria das cidades portuguesas, de pequena ou média dimensão: abandono do centro urbano. A inauguração do caminho-de-ferro em 1886 [Figs.15 e 16], na zona nascente da vila, assim como a construção na década de 1940 dos novos bairros a sul [Figs.15 e 17], estão na génese do processo de crescimento da então Vila de Torres Vedras. Na fotografia aérea de

1948 [Fig. 15], percebem-se quais os principais polos de atracção para o crescimento da vila, que inicialmente ainda se interligam, mas com o tempo vão-se desarticulando, devido à ausência de locais públicos de excelência que promovessem a vida social colectiva, característica da cidade tradicional.

Gradualmente, a cidade presencia uma nova realidade: espaço urbano polinucleado; perda de ligação entre periferia e o centro; ausência de espaços públicos nos bairros periféricos; perda de identidade. No final do séc. XX, esta consciência acentua-se com a percepção do elevado despovoamento do centro e a sua consequente degradação, tendo resultado na criação, em 1987, do *Gabinete Técnico Local* que desenvolveu o *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Torres Vedras*, em vigor entre 1992 e 2010, o qual se revelou bastante rígido e restritivo, contudo um contributo à valorização do património, já que nesses anos ocorreram vários estudos arqueológicos e sociais que reforçaram a valorização da identidade e memória colectiva local. A sua rigidez e os seus quase 20 anos de existência impediram a concretização de muitas propostas de reabilitação. O culto pelo hoje denominado ‘fachadismo’ impediu a introdução de novas condições de habitabilidade, levando ao abandono e degradação de muitas construções, que ainda hoje, lamentavelmente permanecem decadentes [Figs.18 e 19].



Figura 18 - Rua da Paz, junto à Porta do Castelo. (Autor, 2013)



Figura 19 - Rua Dr. Aleixo Ferreira. (Autor, 2013)

Na passagem do milénio, com o evoluir do despovoamento e da degradação, a sociedade local começa a reclamar a sua reabilitação efectiva e o seu envolvimento neste processo de reconfiguração urbana. Partilhando desta preocupação, a autarquia classifica o seu centro histórico, como *Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística*, em vigor até 2010, sendo substituída pelo actual *Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras*, alicerçado por um estudo sociológico, realizado pelo Dr. Andrade dos Santos: *Leitura Sociológica do Centro Histórico e as Análises Sociológicas a Residentes e a Comerciantes*. O núcleo antigo da cidade ganhava assim, um novo ânimo na recuperação da sua dignidade social e patrimonial. Consciente da importância do sucesso deste processo de reabilitação, a autarquia candidata-se ao programa *Polis XXI Parcerias para a Regeneração Urbana*, mais especificamente ao Programa Operacional Regional do Centro ‘*Mais Centro*’. Nasce assim, o *Programa de Ação Torres ao Centro - Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras*. Com o objectivo de implementar novas

políticas de reabilitação, a edilidade desenvolve um Protocolo de Parceria Local com seis importantes instituições da cidade: Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região Oeste; Atlético Clube Torriense; Centro Social e Paroquial; Cooperativa de Comunicação e Cultura; Fórum de Associações Culturais de Torres Vedras; Transforma. O objectivo deste programa seria tornar o centro histórico num elemento estratégico no futuro da cidade, através da melhoria urbanística e ambiental, permitindo a revitalização cultural e socioeconómica. Iniciava-se assim, um processo de reabilitação urbana assente sobre princípios de planeamento e gestão integrada. Desta parceria, resultam quinze projectos, enquadrados nas seguintes dimensões: Urbana; Económica; Social e Cultural. Destacam-se o Mercado Municipal [Figs.20 e 21], inaugurado em 2010, a instalação de associações locais em edifícios reabilitados e o melhoramento do espaço público [Figs.22 e 23]. Apesar de se implantar fora do perímetro classificado, a Câmara Municipal entendeu que a reconstrução do Mercado Municipal seria um factor determinante para o processo de reabilitação.



Figura 20 - Mercado Municipal.
(Autor,2013)



Figura 21 - Mercado Municipal
Átrio interior.
(Autor,2013)



Figura 22 - Largo Infante D.
Henrique, obras de conservação
do Chafariz dos Canos.
(Autor, 2013)



Figura 23 - Esplanada de Café na
Travessa de S. Pedro.
(Autor,2013)



Figura 24 - Antigo Comércio
tradicional: Venda a retalho.
(BMTV, 2013)



Figura 25 - Antigo Comércio
Tradicional - Largo de S. Pedro.
(Autor,2013)

No entanto, o comércio tradicional [Figs. 24 e 25] começa a ser substituído pelas grandes superfícies implantadas na periferia. Os problemas do comércio agravaram-se com o prolongar das obras de melhoramento dos arruamentos, financeiramente dependentes do Estado. Muitas dessas obras estiveram paradas à espera de financiamento, tendo desencadeado a insatisfação de alguns comerciantes e o desespero de outros, que

acabaram por encerrar os estabelecimentos. Porém, existem alguns que contrariam esta tendência [Fig. 27]. Além disso, vão surgindo conceitos alternativos, como o aluguer partilhado de escritórios ou espaços 'Low Cost', mas onde os reflexos positivos são mais notórios, é sem dúvida, nos cafés e pastelarias, que passaram a contar com esplanadas no espaço público, conferindo uma nova vida urbana [Fig.26].



Figura 26- Esplanada – Rua Serpa Pinto.
(Autor, 2013)



Figura 27 - Oficina de Sapateiro,
Largo Wellington.
(Autor,2013)

Por outro lado, as intervenções concisas e depuradas demonstram que a autarquia está decidida, não na afirmação de uma reabilitação monumental, mas sim no melhoramento da qualidade do espaço público: paisagem urbana, mobilidade e acessibilidades. Para tal, foram utilizadas soluções discretas e contidas em harmonia com as preexistências. Estas obras, aliadas ao encerramento de algumas ruas ao automóvel, permitiram uma maior permeabilidade entre espaço público e privado, ou seja, a recuperação das mais antigas simbioses urbanas.



Figura 28 - Reconstrução de Edifício.
Travessa de S. Pedro.
(Autor,2013)



Figura 29 - Espaço Transforma.
Largo de S. António.
(Autor,2013)

Apesar da persistência, por parte dos proprietários em manter apenas as fachadas dos edifícios [Fig.28], julga-se que tem havido uma preocupação crescente com as soluções adoptadas e uma tentativa de combate aos 'pastiches' e ao 'fachadismo', através da manutenção dos elementos nobres das preexistências aliados à introdução de novos materiais contemporâneos [Fig.29]. A Câmara Municipal tem tido um importante papel pedagógico na mudança de postura por parte dos particulares. Por outro lado, sendo o centro histórico composto, na sua maioria, por tipologias de reduzidas dimensões, foi necessária a mudança também por parte das entidades licenciadoras, admitindo a necessidade de maior flexibilidade na implementação e correlação da complexa legislação em vigor. Se não fosse este rompimento com ideologias restritivas e conservadoras sobre o património, não seria possível a mudança de paradigma: *Voltar ao Centro*.

Alguns edifícios destinados às associações parceiras neste processo de regeneração urbana encontram-se, actualmente, em fase de reabilitação. Porém, a autarquia enquanto entidade gestora, decidiu investir igualmente, em políticas sociais, culturais e de mobilidade. Assim sendo, em Setembro de 2012, nasce o projecto cultural *Largo Co(n)vida* [Fig. 30]: Noite de fados, concertos musicais e desfiles de moda, abertos à população. Estes eventos vieram associar-se a outra iniciativa implementada há já alguns anos e que tem vindo a afirmar-se como elemento identitário da cidade: *Feira Rural* [Fig. 31]. Esta feira realiza-se nas ruas do centro histórico, contribuindo assim para a promoção da rua como espaço público de excelência.



Figura 30 - Chafariz dos Canos.
Concerto musical.
(Torres Vedras Web, 2013)

Figura 31 - Feira Rural de Torres
Vedras- Rua Miguel Bombarda.
(Autor, 2013)



Figura 32 - Serviço *Porta-a-Porta*.
(metronews, 2013)

Figura 33 - 'Agostinhas'.
Estacionamento junto à Rua
Serpa Pinto.
(Autor, 2013)



Desde março de 2013, que os residentes no centro passaram a contar com o serviço *Porta-a-Porta* [Fig. 32], através de um miniautocarro que garante o transporte público a pessoas com mobilidade física condicionada. Tendo em conta que a maioria dos residentes são idosos, trata-se de uma medida muito importante, não só para a mobilidade, mas principalmente na promoção da inclusão social. No seguimento das políticas de melhoria da mobilidade, sustentabilidade ambiental e saúde pública, foi inaugurado no dia 21 de Junho de 2013, um novo meio de transporte ecológico: '*Agostinhas*' [Fig. 33] - Serviço público de aluguer de bicicletas urbanas.

Consciente do impacto da crise económica no processo de reabilitação do centro histórico da cidade, o executivo camarário avança com a sua *Área de Reabilitação Urbana* (ARU), ao abrigo da 1ª alteração ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Agosto de 2012), assumindo a gestão integrada deste projecto, onde estão previstos privilégios fiscais para os particulares ou empresas que realizem obras de reabilitação. Por outro lado, os proprietários de prédios ou fracções que não executem essas obras serão penalizados. Dos incentivos, destacam-se os seguintes: Isenção de Taxas Municipais no âmbito do

licenciamento das obras; redução de 20% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios ou fracções arrendadas; Isenção do IMI para edifícios reabilitados num período mínimo de 5 anos. Por outro lado, as penalizações fiscais farão sentir-se, sobretudo na duplicação da taxa de IMI para os edifícios devolutos. Este documento, fruto de uma análise do edificado, contém uma lista de edifícios ou fracções devolutos ou degradados: 46 devolutos e 74 degradados [Fig.34 e 35]. No entanto, estas medidas só se farão sentir em 2014.

Apesar da relutância inicial, já se verificam algumas intervenções de iniciativa privada [Figs.36 e 37] e timidamente, o centro histórico começa a ganhar uma nova vida. Importa referir que nos censos de 2011, a densidade populacional da cidade era de 24.600 habitantes, mas o centro histórico contava apenas com 1.010 moradores a residir em 777 habitações distribuídas por 388 edifícios.



Figura 34 - Rua de S. Miguel.
(Autor,2013)



Figura 35 - Rua de Trás do Açougue.
(Autor,2013)



Figura 36 - 2 Moradias reabilitadas.
Largo Coronel Morais Sarmento,
junto à porta do Castelo.
(Autor,2013)

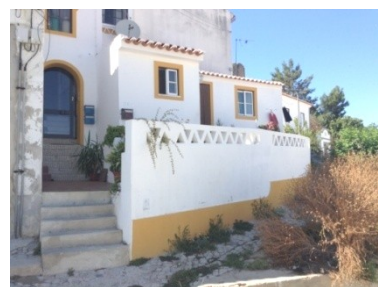


Figura 37 - Moradia reabilitada na
Rua do Quebra Costas.
(Autor,2013)

Assim sendo, considera-se que o programa *Torres ao Centro* vai de encontro às políticas de reabilitação integrada, onde a autarquia assume o 'projecto-piloto', assente sobre princípios culturais e socioeconómicos. A melhoria dos espaços públicos e das condições de mobilidade, aliados à instalação de associações culturais, tem permitido atrair novas dinâmicas sociais que ajudarão a reabilitar o centro histórico, cujo sucesso depende da recuperação de tipologias de comércio e habitação, apoiadas pelo turismo cultural. Voltar ao centro deve, assim ser, fruto de uma vontade da própria sociedade, senão de nada servirão os incentivos ou penalizações aplicadas aos proprietários para reabilitarem o edificado. O seu garante está, acima de tudo, na sua reutilização e manutenção, tornando o núcleo antigo numa célula viva, pertencente a este grande corpo que é a cidade.

II. A GÉNESE DO LUGAR

2.1. O Lugar como conceito

Na década de 1960, surge um novo conceito no debate da arquitectura: *Fenomenologia*. Este conceito nasce no seio de um grupo de arquitectos contemporâneos ao *Movimento Moderno* e resulta da articulação entre arquitectura e filosofia, como reacção às intervenções modernistas e à sua posição perante o Lugar: Indiferença e desrespeito pela Identidade. Estes arquitectos acusavam o *Modernismo* de querer impor uma arquitectura e um urbanismo de ruptura com a cidade tradicional, logo de ruptura com a história de cada sociedade. A *fenomenologia* despertou a reflexão dos arquitectos sobre a relação entre o ser humano com a arquitectura, através dos sentidos. Esta tentativa de percepção da arquitectura, só é possível, se a entendermos não só pela sua forma, mas por tudo o que a rodeia e transforma. O seu maior valor será provavelmente, a capacidade de nos transmitir a sua singularidade, [Figs.38 e 39], muito além da forma e da função.



Figura 38- Esquisso - Travessa de S. Miguel. (Autor,2012)

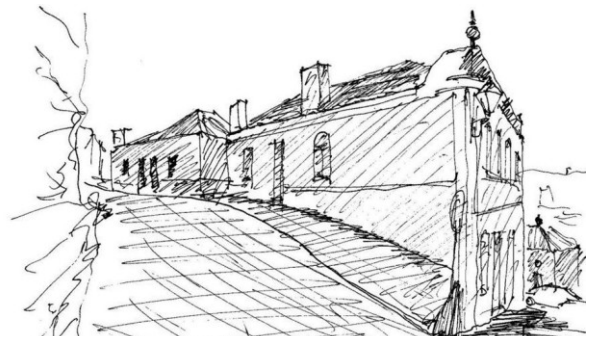


Figura 39- Esquisso - Largo Coronel Morais Sarmiento, junto à porta do Castelo. (Autor,2012)

A arquitectura assume-se como o elo de ligação entre o Homem e o Lugar e só através dela é que se consegue compreender a verdadeira essência, ou seja, o '*genius loci*', a "*vocação do lugar*" (Schulz, 1976, in: Nesbit, 2006). O conceito '*genius loci*' foi recuperado por Norberg-Schulz da mitologia romana, defendendo que cada lugar tinha a sua espiritualidade, a sua alma. Este pensamento reflectia-se no urbanismo e na arquitectura das urbes romanas: a relação com o contexto, topografia, localização, qualidade do solo e orientação das ruas e dos edifícios. Porém, é injusto atribuir aos romanos a génese do conceito de Lugar. Afinal, os romanos apenas copiaram as teses defendidas pelos filósofos gregos da antiguidade clássica: Hipócrates, Platão ou Aristóteles. Mas, foram os romanos, através do seu enorme império, que alteraram grande parte do território que conhecemos hoje como Europa Ocidental. Um dos responsáveis pela 'universalidade' dos princípios urbanísticos romanos foi Vitruvius, arquitecto e engenheiro do imperador que viveu em Roma,

no séc. I a.C, tendo deixado a obra *De Architectura*, considerado pelos especialistas, o primeiro tratado de arquitectura.

Com a modernidade e as facilidades proporcionadas pelo trabalho mecânico, o homem deixa de lado a relação harmoniosa e secular que tinha com o Lugar onde trabalhava ou vivia. É sobre estes princípios que estudiosos das mais variadas áreas de investigação, começam a reflectir e a combater o estado de alienação da sociedade na relação com o espaço vivenciado. Um dos filósofos a despertar-nos para esta problemática foi Heidegger (1889-1976), apontando a falta de capacidade do homem moderno de reflectir sobre a sua própria existência.

Em Portugal, os arquitectos Francisco Keil do Amaral e Francisco Huertas Lobo, tiveram um papel determinante na valorização do Lugar e da arquitectura vernacular, ao apresentarem uma proposta de *Inquérito à arquitectura regional portuguesa*, publicada em 1947, na revista *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*. Em 1955, é concedido o apoio financeiro por parte do Ministério das Obras Públicas, com o objectivo de valorização da identidade nacional, defendida pelo Estado Novo. Para tal, o País foi 'dividido' em seis zonas, onde participaram vários arquitectos da época, destacando-se Fernando Távora, que ficou com a zona 1: Minho. Em 1961, o Sindicato Nacional dos Arquitectos, publica em dois volumes, alguma da muita informação recolhida, compilada na obra denominada *Arquitectura Portuguesa Popular*. Para além da valorização da arquitectura não erudita, inicia-se um processo de valorização do contexto, da essência de cada Lugar [Figs.40 e 41] através da percepção das pré-existências vernaculares.

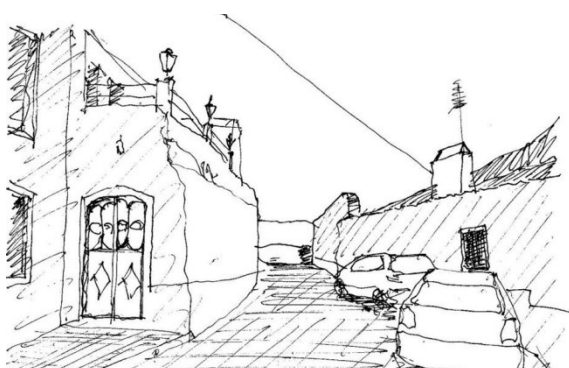


Figura 40- Esquisso - Rua de Stº António, sentido poente-nascente. (Autor,2012)



Figura 41- Esquisso - Rua de Stº António, sentido nascente-poente. (Autor,2012)

A *Escola do Porto* foi determinante para a investigação da relação da arquitectura com o contexto, tendo como principais representantes Fernando Távora, Siza Vieira ou Souto Moura. Siza Vieira defende que a ideia do projecto não está apenas na cabeça do arquitecto, mas sim no local de intervenção. Apesar de fenderem que o vernacular não é a solução, admitem a importância que essa arquitectura deve ter na investigação diária do arquitecto. Por outro lado, existem arquitectos que contariam esta visão, afirmando que o

tempo encarrega-se de alterar e transformar o Lugar, independentemente das intervenções dos arquitectos, daí a sua defesa pela ruptura com as pré-existências. Não será coincidência que ainda hoje o ensino da arquitectura gravite em torno destas duas visões: *arquitectura de contexto* e *arquitectura objectual*.

A passagem de testemunho do património ao longo dos séculos foi criando 'memórias artificiais', fruto do respeito acrítico pela tradição. Como em Portugal, todos os 'estilos/movimentos' tardaram a vingar, o *Romantismo* não foi excepção. No início do séc. XX, quando a Europa dava os primeiros passos para o movimento *Moderno*, a arquitectura nacional continuava 'amarrada' às formas tradicionais. É nesta altura que começa o culto pelo passado, com a reprodução de modelos, denominados por 'neos': *neo-gótico*, *neo-manuelino* ou *neo-romantismo*.

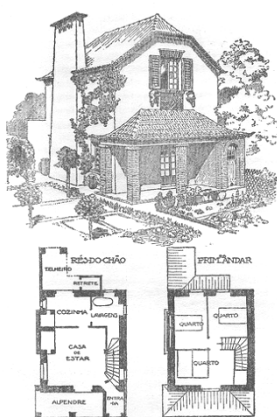


Figura 42- Ilustração do livro *A Nossa Casa* de Raul Lino (1879-1974). (Blog da Rua 9, 2007)

Esta ideologia não se reflectiu apenas nas construções de raiz, onde se destacam as obras de Raúl Lino [Fig.42] ou Norton Júnior. Pelo contrário, este revivalismo fez-se sentir igualmente nas obras de conservação do património, nomeadamente nas grandes obras deixadas pelos nossos antepassados: castelos, igrejas ou catedrais. A valorização do passado ia de encontro às inquietações do Estado Novo: tradição e nacionalismo.

Inicia-se assim, um processo de revalorização do património Medieval. No campo da conservação do património, estas medidas foram aplicadas através da *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Muitas das intervenções realizadas pelo Estado Novo, foram em busca do 'estilo original'. O Castelo de Torres Vedras foi 'vítima' desta ideologia romântica, com a intervenção efectuada na década de 1940, por iniciativa do então Presidente da Câmara Municipal, Figueiroa Rego, um grande entusiasta da história e do património. Porém, não resistiu à tentação de reconstruir o castelo segundo a sua visão romântica [Fig. 44]. O estado de degradação do Castelo [Fig. 43] tinha perdurado até às primeiras obras na década de 1940, estando o paramento norte praticamente todo destruído. Apesar da evolução do conhecimento sobre a cidade, fruto de profícuas investigações históricas, arqueológicas ou sociais, a visão romântica da vila medieval, de ruas estreitas com traçado radial, desenvolvida em torno do castelo, composta por casas altas e estreitas que formam quarteirões orgânicos, permanece ainda hoje bem enraizada na memória colectiva da sociedade torriense, apesar da própria morfologia urbana contrariar este modelo conceptual.

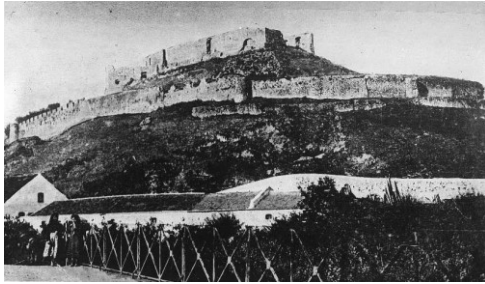


Figura 43- Castelo - zona nordeste da Vila de Torres Vedras, finais do séc. XIX, início do Séc. XX. (BMTV, 2012)



Figura 44- Actual fachada sul do Castelo. (Autor, 2013)

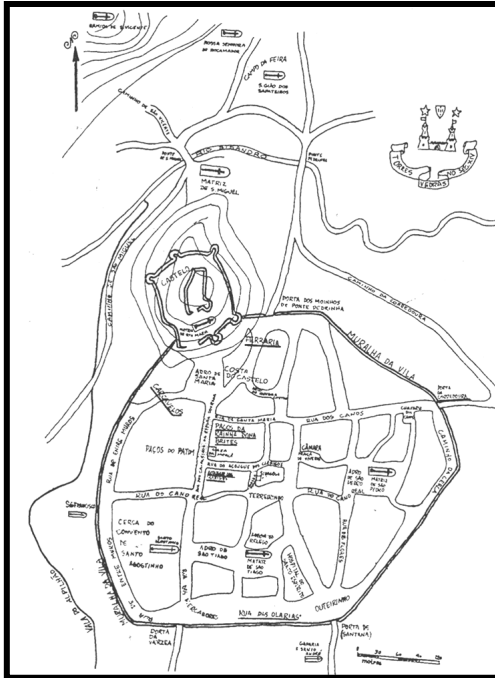


Figura 45- Esboço topográfico da Vila Medieval. (Clemente, 1974 in: Rodrigues, 1996, p. 51)

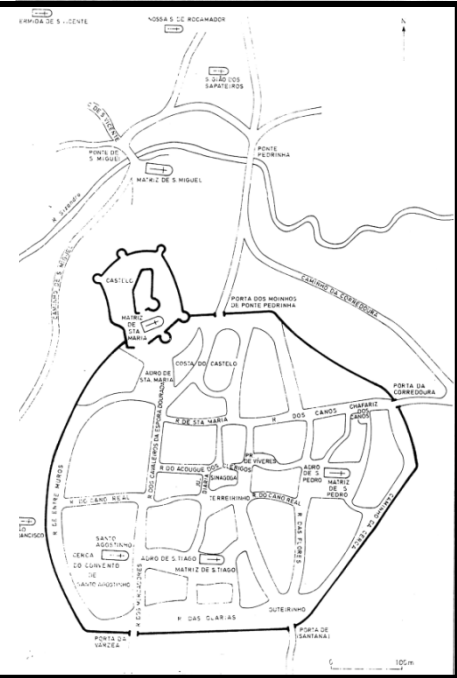


Figura 46- Reconstituição da Vila Medieval de Torres Vedras. (Marques, Oliveira, Gonçalves, Andrade e Aguiar in Rodrigues et al, 1990, p. 89)

No alinhamento das abordagens mais ‘românticas’, foi desenvolvido por Manuel Clemente, em 1974, um desenho com uma tentativa de reconstituição da Vila Medieval no séc. XIV [Fig. 45], alicerçado numa carta militar do séc. XIX [anexo 6] e na obra literária *Torres Vedras Antiga e Moderna* (Vieira, 2011). Este modelo foi reproduzido no *Atlas das Vilas Medievais Portuguesas: Séculos XII-XV* [Fig.46] (Marques, Gonçalves e Andrade, 1990) e ainda por Ana Maria Rodrigues, em *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste: Estudos Sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia. (1996). Verifica-se assim, que a ideia da vila medieval, orgânica, com ruas e quarteirões de formas triangulares ou arredondadas, terá percorrido todo o séc. XX, apesar da cartografia e das investigações desenvolvidas. Esta forma de valorização do passado resultou na criação de ‘memórias artificiais’, e na consequente reprodução de soluções que cristalizaram com o tempo e que por vezes, obstaculizam uma análise mais factual e objectiva, afinal, as teses não devem ser estáticas, porque as mesmas só têm valor se forem questionadas e se permitirem catapultar as novas

investigações para um novo patamar do conhecimento. Como tal, todas as investigações efectuadas, todas as soluções defendidas, contribuiram para o debate da valorização do património torriense e para a preservação da memória colectiva. Ao longo das últimas décadas, tem-se verificado uma crescente preocupação, tanto da autarquia, como da sociedade civil, em valorizar a sua História, a sua Identidade, através de um olhar mais crítico, valorizando mais os factos e não tanto a tradição. Na verdade, uma reconstituição da evolução urbana, jamais seria/será possível, sem o precioso contributo de outros autores.

Entende-se que o debate e a consequente valorização do Lugar, não deve remeter a uma ideologia ‘romântica’ de retorno ao passado. As intervenções dos arquitectos do séc. XXI não devem apenas contemplar a continuidade da cidade tradicional, devem sim, abandonar as leituras genéricas e superficiais, passando a reflectir e a reaproximar-se do Lugar, material ou fenomenológico, centrando-se no contexto, nas pessoas e no futuro. Só assim será possível abandonar as ideias/soluções pré-concebidas e desenvolver uma leitura precisa e eficaz, que torne as suas intervenções conscientes e bem-sucedidas. A continuidade é importante, mas mais importante é a capacidade de adaptação às novas necessidades de cada sociedade, única e dinâmica, onde por vezes, a ruptura pode demonstrar-se mais vantajosa, desde que seja uma escolha consciente, fruto de uma análise exaustiva e não de uma opinião ou de mero capricho. A identidade do Lugar está intimamente ligada à relação que as pessoas têm com o mesmo, e com a capacidade de mexer com os sentimentos individuais e/ou colectivos. Assim sendo, a identidade deve ser capaz de incorporar a história e a cultura de uma determinada sociedade, de um determinado Lugar.

2.2. A Fundação do Lugar: Torres Vedras

“Torres Vedras, antiquíssima e histórica vila da Estremadura, situada a 68 quilómetros ao norte de Lisboa, goza os benefícios de uma intensa vida comercial e agrícola (...) Sede de um rico e fértil concelho (...), a menos de duas horas da capital (...) Possuindo estabelecimentos comerciais e diversos armazéns de relativa importância, assim como várias indústrias, entre elas sobressaindo a metalurgia (...) é esta vila, ao mesmo tempo, uma estância termal, um das primeiras do país, pela natureza especialíssima das suas águas, conhecidas pelo nome de Cucos (...)” (Vieira, 2011, p. 13 e 14)

Há cerca de noventa anos atrás, era assim que Júlio Vieira descrevia a vila de Torres Vedras [Fig.47] e os principais factores pelos quais a mesma se afirmara em termos socioeconómicos, durante o séc. XX: Proximidade a Lisboa; Indústria Metalúrgica; Agricultura; Estâncias Balnear e Termal. Para traz ficou a estância termal dos Cucos [Fig.48], devido à pouca procura e estagnação das instalações. As fábricas [Fig.49], essas

foram desaparecendo aos poucos, devido à expansão da vila para as periferias e à introdução de novos modelos de fabrico.



Figura 47- Vista geral da Vila de Torres Vedras. Início do séc. XX. (BMTV, 2012)

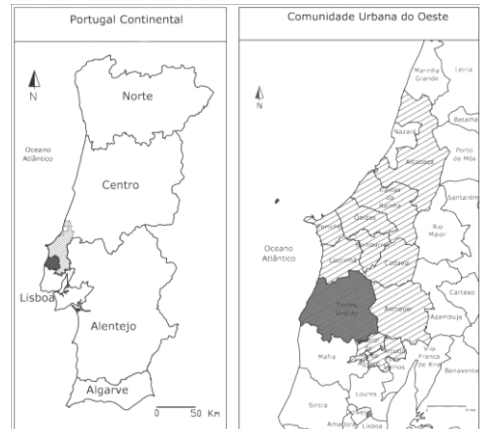


Figura 48- Termas dos Cucos, início do séc. XX. (BMTV,2012)



Figura 49 - Antigas instalações da fábrica Moagens Clemente, junto à Igreja de S. Tiago. (Autor,2013)

Figura 50 – Localização de Torres Vedras. (Luna & Amaro,2009)



A cidade de Torres Vedras é considerada a capital da Zona Oeste, localizando-se na zona Litoral da Estremadura, a cerca de 45 Km de Lisboa, através da A8 [Fig.50]. A ligação a Lisboa é secular, já que desde a ocupação romana, existe uma forte relação administrativa com a actual capital, fortalecida na Idade Média, quando a vila era um dos principais abastecedores do Mercado de Lisboa, função que ainda hoje mantém.

2.2.1. Os Montes e o Rio Sizandro: A Génese da Urbe

“Nenhum núcleo urbano surge do nada, à margem de enquadramentos humanos e geográficos. Se tal afirmação é evidente também é facilmente compreensível que as várias culturas que vão passando por qualquer povoação a vão moldando, transformando, enfim, deixando a sua marca na ossatura e no tecido urbano.” (Carvalho, 1989, p.9)



Figura 51 - Início do séc. XX. Castelo e o rio Sizandro: Uma relação secular. (BMTV,2012)

O povoado remonta à Pré-História e para entender o seu desenvolvimento, urge uma visão mais abrangente que vá para além das ‘torres velhas’ do castelo medieval, implantado no topo de um dos montes [Fig.51] que caracterizam a geomorfologia do Lugar, razão ‘*sine qua non*’ da sua origem. O rio Sizandro, que ainda hoje atravessa a urbe, teve uma forte influência no seu desenvolvimento e de todo o território, tendo sido navegável durante o Calcolítico, até à cota 25.00 [Fig.52].



Figura 52 - Mapa da Navegabilidade do rio Sizandro, durante o Calcolítico. (MMLT, 2012)



Figura 53 - Maqueta do Castro do Zambujal. (MMLT, 2012).

Figura 54 - Castro do Zambujal: Barbacã e seteiras. (Autor, 2012)



Figura 55 – Vista geral do vale, (outroa navegável). (Autor, 2012)

É neste contexto que surge o Castro do Zambujal [Fig.53, 54 e 55], cujas construções, remontam pelo menos a duas fases do Calcolítico: 2500-1700 a.C. Desta fortificação destacam-se os seguintes aspectos: desenvolvimento de sistema de muralhas e constituição de povoado. Este antigo castro situa-se junto a Varatojo, a cerca de 3 km da cidade, implantado num dos montes (a poente) que envolvem a cidade. A foz do Sizandro dista 10 km deste antigo povoado em ruínas [Fig.52], antigo local de trocas comerciais.

As escavações das ruínas iniciaram-se em 1938 e repetiram-se ao longo do séc. XX, impulsionadas pelo arqueólogo Leonel Trindade (1903-1992). As descobertas comprovam que aqui houve um povo com capacidade organizativa para desenvolver uma indústria metalúrgica, capaz de extrair e transformar o cobre: 1ª Idade do Cobre. Tratava-se de um povo autossustentável, cuja subsistência provinha da produção agrícola excedentária e do comércio das peças metálicas que produziam. Dado à sua localização e aos achados arqueológicos, nomeadamente peças de marfim, é fácil perceber que por aqui desenvolveu-se uma forte actividade comercial, tanto por terra, como por rio e mar. A riqueza alcançada através da sua organização em comunidade atraiu vários tipos de salteadores, obrigando-os a desenvolver estruturas que estarão na génese da arquitectura militar: Muralhas labirínticas; Barbacã com seteiras; Torres abobadadas. Após o processo de assoreamento,

parte do rio dá lugar a terrenos férteis, fenómeno fundamental para o desenvolvimento da agricultura local. Os primeiros povoados desta zona, começaram a desenvolver-se na sua maioria, junto ao rio ou a ribeiras. Mesmo deixando de ser navegável, o rio mantém a sua importância no desenvolvimento agrícola e urbanístico da região em geral e da vila em particular. Aos poucos, vão-se desenvolvendo técnicas de irrigação e de construção: pontes, termas, chafariz/fontes, aqueduto, diques ou azenhas [Figs.56 e 57]. No urbanismo, o rio Sizandro e a Ribeira de Alpilhão, fizeram sentir-se das mais variadas formas, sendo as inundações as que tiveram maior impacto [Fig.58].



Figura 56- Azenha da Boiaca, Séc. XIX. (BMTV,2012)



Figura 57- Ponte da Mentira, Séc. XIX. (BMTV,2012)



Figura 58- Cheias de 1983. (BMTV,2012)

São vários os documentos que comprovam os aterros efectuados ao longo dos séculos, assim, como as obras realizadas nas muralhas, e até os estragos em edifícios importantes, como o antigo Convento de Santo Agostinho e da Igreja de São Miguel, levando mesmo ao seu desaparecimento. Tudo provocado pelas constantes inundações.

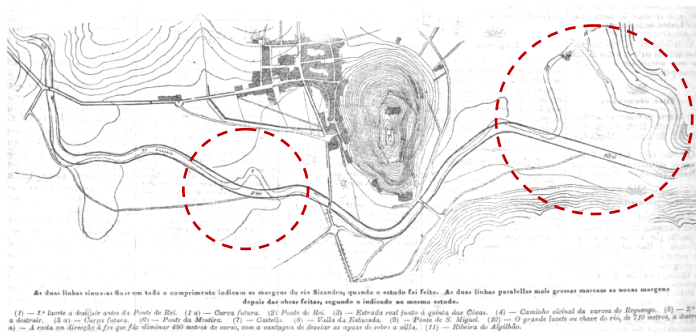


Figura 59 – Mapa do Estudo de obras de melhoramento e reconfiguração do Rio Sizandro, 1882. (CMTV,2013)



Figura 60 – Esquisso do Castelo e Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo. Encosta poente. (Autor,2012)

São muito escassos os vestígios da ocupação celta, ou pré-romana, na morfologia da vila, ao contrário da influência romana, bem visível na matriz urbana actual. Porém, as

principais premissas que estarão na génese da fundação do Lugar estão relacionadas com factores naturais: localização, orografia [Fig.60] e hidrografia [Fig.59]. Por outro lado, as questões de sobrevivência foram, igualmente importantes: abrigo, subsistência e defesa.

2.2.2. Dos Romanos à Reconquista Cristã

A ocupação romana na Estremadura inicia-se no séc. III a.C.. Devido à sua organização política e militar, a tribo Galéria conseguiu colonizar com sucesso, durante um alargado período de tempo a antiga Lusitânia. Este povo trouxe novos hábitos que alteraram o modo de vida das populações colonizadas, pelo menos aos nobres que cuidavam da administração local: luxo, conforto e segurança. Os antigos castros só ofereciam segurança, já que as habitações eram exíguas e rudimentares, encontrando-se geralmente, em zonas salientes: montes, colinas, ou morros. Um dos princípios urbanísticos dos romanos seria a implantação das cidades em zonas planas, permitindo desenvolver o traçado racional, ou 'hipodâmico', cujas ruas se apresentavam de forma paralela e ortogonal aos seus dois principais eixos, o *cardus* e o *decumanus*. Os antigos castros, na sua maioria, não permitiam tal urbanismo. Por outro lado, o império romano povoou as suas colónias com as *villae*, que eram grandes propriedades agrícolas, hoje denominadas de quintas, que acabaram por ser a semente de muitas das vilas ou cidades que chegaram até ao séc. XXI. Porém, muitos desses povoados não se encontravam implantados no mesmo local das actuais vilas ou cidades: *Conimbriga* (Coimbra) ou *Eburobrittium* (Óbidos). Julga-se que estas terão sido as principais razões para o romanos terem escolhido a actual localização da vila, em detrimento do antigo e arruinado Castro do Zambujal.

As escavações arqueológicas realizadas no centro histórico, a partir da década de 1980 deram a conhecer novos vestígios da ocupação romana, sugerindo a existência de um povoado: cerâmicas, cisternas, moedas e sepulturas. Este processo terá começado "(...) pouco depois de as tropas de Décimo Júnio Bruto terem tomado Lisboa, pelo ano 138 a. C. No castelo estabeleceram uma atalaia, cujos testemunhos mais notórios são as duas cisternas geminadas, rebocadas com opus signinum, numa das quais foi encontrada uma lápide funerária epigrafada, do século I" (Cardoso & Luna, (no prelo), p.13).

Foram várias, as urbes que nasceram segundo as influencias militares deste povo e que mantiveram a sua localização inicial: Serpa, Évora, Braga, Chaves, entre outras. A epigrafia existente comprova a relação administrativa e socioeconómica com Lisboa, tendo mesmo pertencido ao *municipium de Olisipo*, desde o ano 27 a.C. por ordem de Octaviano. *Arandis* ou *Chretina* têm sido topónimos atribuídos, a este hipotético povoado romano, fundamentados nas descrições dos geógrafos da época, no entanto, ainda por provar. No

fundo, ainda não se sabe qual o topónimo que terá estado na origem de *Turres Veteras* ou Torres Vedras.

Após a análise dos factos, entende-se que a influência do urbanismo romano é inegável, afinal, “(...) ainda hoje, no centro histórico, é claramente perceptível a malha reticular e as duas vias, sensivelmente perpendiculares e alinhadas pelos pontos cardeais, que constituem os seus elementos estruturantes: a actual rua dos Cavaleiros da Espora Dourada, antiga rua dos Mercadores (*Cardus*), que ligava o castelo à Porta da Várzea; e a Rua da Corredoura (*Decumanus*) que, passando pelo largo do castelo, ligava a zona poente da muralha à Porta da Corredoura e à estrada para Ierabriga e Olisipo”. (Cardoso e Luna, *(no prelo)*, p. 13). Apesar dos constantes aterros, avanços e recuos, esta matriz terá conseguido impor-se às vicissitudes do tempo, talvez pela sua racionalidade e adequabilidade, permitindo que estes dois eixos reguladores se perpetuassem até à actualidade. Não deixa de ser interessante, que este modelo contrarie cabalmente a ideia de que a vila terá crescido de forma orgânica e radial em torno do castelo. Dada a proximidade ao rio e ao monte da atalaia, é muito provável que a génese da actual cidade de Torres Vedras tenha sido um *vicus* romano (ALARCÃO, 2008, p.116), que ficaria a meio das principais *villae* da zona: uma na Quinta da Portucheira (Matacães), a nascente e outra na Quinta de S. Gião (Fonte Grada), a poente [Fig.61]. Por outro lado, verifica-se uma forte intenção do império de povoar esta zona, tendo em conta a presença de nobres que se instalaram em propriedades agrícolas, tendo aqui permanecido por várias gerações. Este antigo *vicus* poderia ser o garante da autonomia e soberania do território.

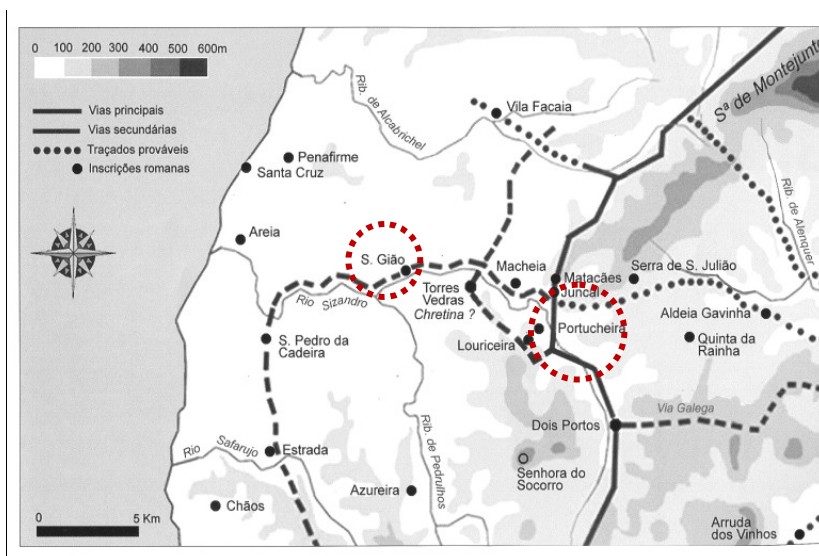


Figura 61 - Localização das antigas villae romanas: S. Gião e Portucheira. (Mantas, 2002. p. 141)

As descobertas arqueológicas corroboram esta tese, sugerindo que o povoado estaria implantado na zona baixa, a sul do antigo *oppidum* (actual castelo). As sepulturas foram encontradas extramuros, e as peças da vida quotidiana, como moedas ou cerâmicas, no interior.



Figura 62 - Rua Cavaleiros da Espora Dourada, antigo *Cardus* romano, através de uma das seteiras (sul) do castelo. (Autor,2013)



Figura 63 - Rua Cavaleiros da Espora Dourada, sentido sul-norte. (Autor,2013)



Figura 64 - Rua Cavaleiros da Espora Dourada, finais do séc. XIX, junto à antiga Porta da Várzea. (BMTV,2013)



Figura 65 - Rua Cândido dos Reis (antiga Corredoura), junto ao Chafariz dos Canos e antiga Porta da Corredoura. (Autor,2013)

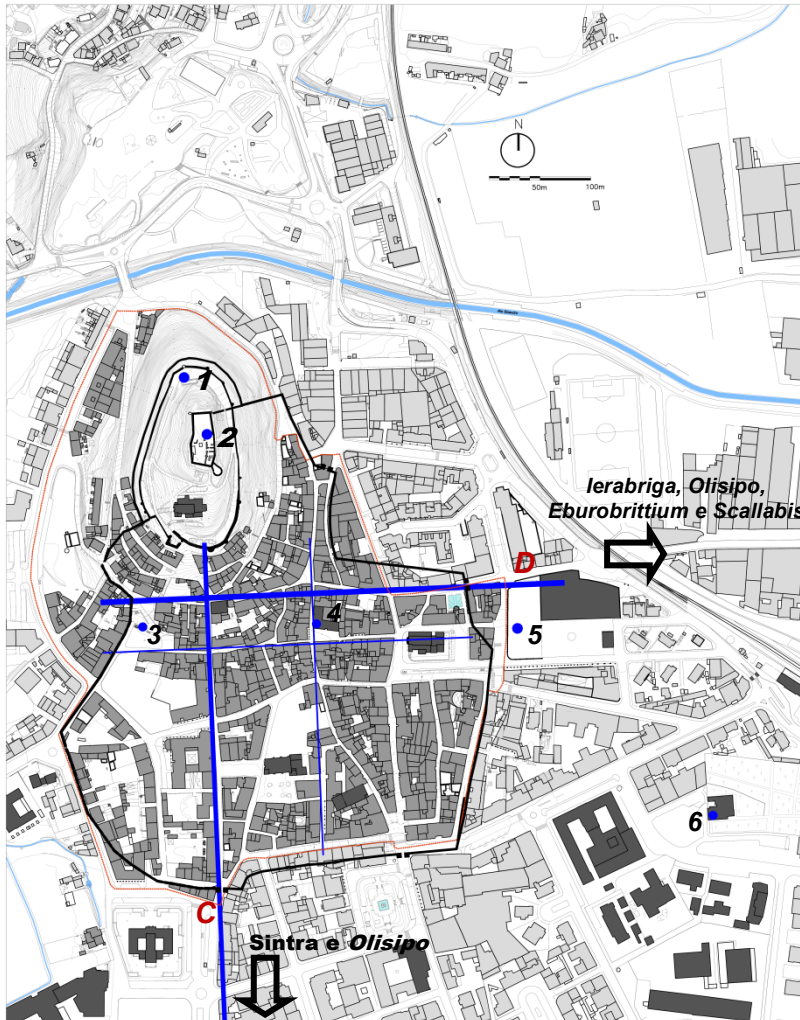


Figura 66 - Largo frontal ao antigo Paço Régio, conhecido por Paço da Rainha D. Brites. (Autor, 2013)



Figura 67 - Rua Maria Barreto Bastos. (Autor, 2013)

Talvez pela sua quase 'perfeita' perpendicularidade ao castelo e por ter estado ligado à antiga porta da Várzea, o *cardus* terá sido o eixo mais respeitado, tendo influenciado inclusive, o desenho urbano da expansão periurbana realizada no séc. XX, para a zona sul da vila [Fig.67]. Geralmente, a intersecção dos eixos *cardus* e *decumanus*, denunciava a localização do fórum, pelo menos nas urbes mais importantes. As povoações de menor dimensão teriam antes uma praça, onde geralmente funcionava o mercado, como provavelmente terá acontecido no presente caso de estudo, já que desta intersecção resulta uma pequena praça, frontal ao antigo Paço Régio [Fig.66], junto à porta do castelo e que em tempos terá contado com uma área mais generosa. Estes dois eixos percorriam a povoação até intersectarem as muralhas, onde se abriam as 4 portas da vila.



Legenda: **D** – *Decumanus*: Antiga Rua dos Canos e actual Rua Cândido dos Reis (Nascente) até à Rua de Santo António (poente); **C** – *Cardus*: Actual Rua Cavaleiros da Espora Dourada.

Descobertas Arqueológicas:

1. Duas cisternas romanas geminadas. No interior de uma das cisternas, foi encontrada uma lápide, do séc. I. (Cardoso e Luna, (no prelo). p.13)
2. Castelo – Uma ácula funerária, séc. II, uma glande de funda e uma moeda de Castulo. (Cardoso e Luna, (no prelo). p.13)
3. Largo de Santo António – Fragmentos de cerâmicas romanas. (Cardoso e Luna, (no prelo). p.14)
4. Paços do Concelho - Cerâmica campaniense. (Cardoso e Luna (no prelo). p.14)
5. Junto ao Mercado Municipal – Uma sepultura com um denário de prata do ano de 82 a.C. e uma lucerna do séc. I. (Cardoso e Luna, (no prelo) p.13)
6. Capela de S. João – Um pedestal funerário, séc. I. (Cardoso e Luna, (no prelo) p.13)

Figura 68 - Reconstituição da matriz romana e muralha Medieval, sobre planta da actual cidade. (Autor,2013)



Figura 69- Troço da muralha medieval. Alicerces compostos por blocos em cutelo. Técnica semelhante à utilizada pelos romanos. Escavações arqueológicas junto à Rua da Corredoura, 2001. (Cardoso e Luna, 2009, p.91)

Apesar de aparentemente não ter sido aprofundada esta hipótese, julga-se importante analisar a técnica construtiva utilizada nos alicerces da muralha, junto ao Chafariz dos Canos [Figs.69], onde foram encontrados blocos de pedra aparelhada, em cutelo, muito semelhante à técnica utilizada pelos romanos, seguida por uma camada superior com um tipo de pedra em bruto, técnica recorrente na época medieval. Este troço de muralha é composto por um paramento duplo, com uma secção entre 2 a 2,30m. Perante os factos, julga-se que a Porta da Corredoura (medieval), poderá ter sido a principal entrada do vicus romano, dando acesso ao cruzamento “(...) de duas importantes vias romanas, que

ligavam, respectivamente, Eburobrittium a Olisipo e Ierabriga a Sintra (...)". (Cardoso e Luna, (no prelo). p. 13)

A planta anterior [Fig.68] resulta da análise do Lugar e da articulação entre os princípios urbanísticos romanos com os documentos locais: historiografia e arqueologia. Devido à ausência de informação complementar, esta reconstituição não permite ir além da definição dos dois principais eixos reguladores que terão estado na génese da matriz urbana fundacional e a relação dos mesmos com as duas principais entradas da vila. Tendo em conta a localização dos achados arqueológicos, principalmente junto à antiga porta da corredoura, percebe-se que a área ocupada pelo *vicus* teria uma dimensão significativa.

Com a crise do séc. III, o império romano começa a perder influência e poder na Península Ibérica, reflectindo-se igualmente no urbanismo. Para um maior controlo dos colonizados, as urbes assumiam-se como um ecossistema favorável a esse mesmo controlo. Porém, com o acentuar da *Crise do Império*, a sociedade urbana vê-se obrigada a fugir da cidade, à procura de terrenos férteis onde pudessem garantir a sua subsistência. Aos poucos, começam a crescer novos povoados e o mundo rural sobrepõe-se ao urbano, agora vulnerável a ataques externos. A falta de fiscalização permite fortes alterações morfológicas, acabando por desvirtuar os princípios romanos: plano ortogonal. Não existem documentos que atestem este processo no local em análise, porém, é bastante provável que o mesmo tenha ocorrido. No culminar do processo de decadência do império romano, a Península Ibérica é finalmente conquistada e ocupada pelos muçulmanos em 711, devido à pouca resistência militar encontrada. Para além da perda da cultura militar, muitas das cidades e vilas romanas já estavam num elevado estado de degradação e algumas já não se encontravam totalmente amuralhadas. A expansão da maior parte das urbes de média ou pequena dimensão, entra assim num processo de estagnação, que durara cerca de dez séculos: séc. III até ao séc. XII-XIII, com a *Reconquista Cristã*.

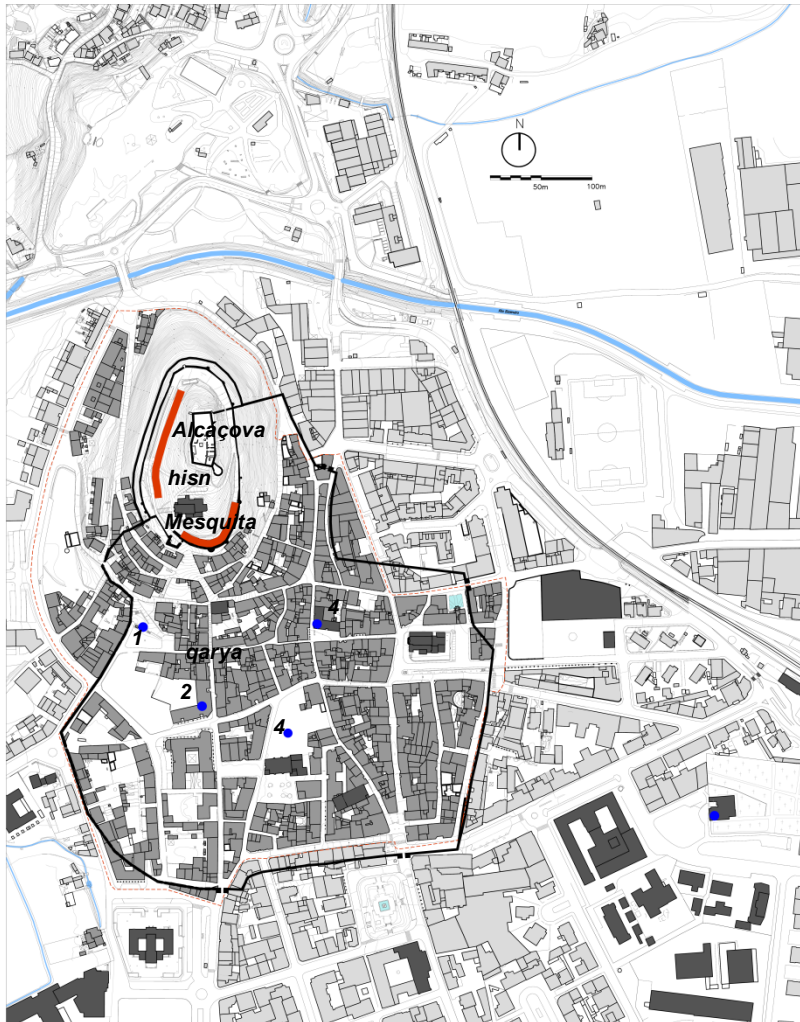
O urbanismo muçulmano fica marcado pelo aproveitamento dos recursos existentes, mas conferindo à paisagem urbana, uma nova identidade, ou seja, adaptando as pré-existências às suas necessidades, à sua cultura. Assim, alguns povoados romanos de traçado regular, implantados em zonas planas, começam aos poucos a deslocarem-se para as zonas de maior declive, onde se encontravam os antigos *oppidum*. Julga-se que em Torres Vedras, "*(...) durante a ocupação árabe, a fortaleza no alto do morro constituiu-se como um hisn, um recinto amuralhado com uma pequena guarnição, que dominava um amplo território rural*". (Cardoso e Luna, (no prelo). p. 14). Os árabes do séc. VIII tinham uma cultura agropecuária e comercial bastante evoluída e além disso, viam agora o seu território a crescer para zonas muito favoráveis aos seus interesses comerciais. Assim sendo, o primeiro grande objectivo após a conquista, seria garantir a colonização dos povos

derrotados, através da implementação de um sistema defensivo. Os povoados que despertaram maior interesse foram aqueles que os romanos tinham erigido junto a montes ou colinas, já que as antigas atalaias seriam facilmente incluídas na estratégia de defesa deste povo, transformando-se em alcáçovas, que para além do controlo militar do território, eram igualmente, o último reduto para os militares e governantes, após a invasão externa, ou de revolta da população local. Por essa razão, a maioria das alcáçovas tinha ligação directa para o exterior, permitindo uma fuga discreta e segura. A preferência pelas zonas com uma morfologia mais acidentada pode explicar, em parte, o desaparecimento de algumas urbes romanas que se encontravam exclusivamente em planícies, como terá acontecido com *Conimbriga* (Coimbra) ou *Eburobrittium* (Óbidos).

Algumas das muralhas moçárabes foram erigidas sobre as romanas, pelo menos nos locais onde essas estruturas ainda existiam. Ao isolarem-se, tiveram de desenvolver povoados autossustentáveis, com dimensões generosas que lhes permitissem boas condições de salubridade e do desenvolvimento comercial e agropecuário. Para tal, dotaram as povoações com sistemas de canalização de água potável, técnica que dominavam de forma exímia, tal como os romanos. Em Torres Vedras, não existe documentação que comprove a existência de muralhas nesta época, contudo, as investigações desenvolvidas pela historiografia e arqueologia, sugerem que na zona baixa terá existido uma *qarya* (aldeia) e no topo do morro, um *hisn* (povoado fortificado) [Fig.70], desenvolvido segundo princípios defensivos da época e em torno da alcáçova. Tendo em conta a qualidade construtiva das cisternas romanas, é provável que as mesmas tenham sido reutilizadas pelos muçulmanos. Os locais acidentados eram também, uma forma de proteger as edificações da exposição excessiva ao sol, fruto das preocupações trazidas dos países de origem. A encosta do castelo apresentava condições favoráveis para a sua instalação. É de salientar que para esta cultura, a habitação seria o elemento urbano de excelência, 'desvalorizando' a rua, que poderia ser 'sacrificada', desde que a razão fosse a ampliação de uma habitação, justificada pelo crescimento e bem-estar do núcleo familiar.

Apesar do povoado desta época se assemelhar a uma *qarya* (aldeia), julga-se que terão havido construções suficientes que permitiram a ligação entre a zona alta e a zona baixa, a sul e a nascente do castelo. O Lugar terá beneficiado da conjugação entre princípios urbanos romanos e as alterações introduzidas pela cultura moçárabe, ajudando a justificar a permanência da matriz urbana, que mesmo com as sobreposições e alterações/distorções, conseguiu manter a sua essência: os 2 principais eixos e a relação com o rio e com a fortificação mais elevada. A toponímia local permite igualmente, comprovar a influência deste povo no território torriense, como Ribeira de Alpilhão ou

Ribeira do Alcabrichel. A tradição torriense refere que terá existido uma mesquita, no local da actual Igreja de Santa Maria do Castelo, mas não existem provas documentais.



1. Largo de Santo António - Cerâmicas islâmicas (Cardoso e Luna, 2013, *et al.* p. 14)

2. Antigo Paços do Patim - Fragmentos de cerâmica, carvão e barro. Provável forno cerâmico de origem islâmica. (Cardoso e Luna, 2013, *et al.* p. 15)

3. Junto à Igreja de S. Tiago - Forno cerâmico, de origem islâmica. (Cardoso e Luna, 2013, *et al.* p. 15)

4. Paços do Concelho - 9 silos islâmicos. (Cardoso e Luna, 2013, *et al.* p. 15)

Figura 70- Planta actual com indicação da muralha medieval e das descobertas arqueológicas. A indicação da *hisn* e da *qarya*, é meramente hipotética. (Autor, 2013)

A *Reconquista* do território nacional por parte de D. Afonso Henriques, dá-se em 1147, quando conquista Santarém e Lisboa, obrigando mouros e árabes a recuar para sul. A ocupação cristã de Torres Vedras terá acontecido, provavelmente, logo a seguir a Santarém entre 1147-55 (Silva, 2008, p. 35). Os cristãos vão encontrar um conjunto de povoados com princípios urbanos em fase de consolidação, herança das culturas romana e moçárabe. Quanto mais a sul, maior o desenvolvimento e dimensão das urbes. A diferença urbana e cultural ainda hoje visível, entre o norte e sul de Portugal, começa a desenhar-se, essencialmente, com a ocupação árabe, tendo permanecido durante um maior período de tempo na zona centro e sul. A partir do séc. XI e XII, os cristãos começam a desenvolver princípios próprios de urbanização, assentes no aproveitamento parcial do legado deixado, resultando em aglomerados urbanos com uma identidade própria. Porém, nem todos os povoados tiveram de ser reconquistados através de força militar, já que muitos acabaram

por se entregar por livre e espontânea vontade, como terá sido o caso de Torres Vedras (Silva, 1998, p. 35).

Nesta época, as urbes cristãs eram, geralmente entregues a um nobre com a responsabilidade de administrá-las ao serviço do rei, como aconteceu ao povoado em análise, cuja administração foi confiada ao alcaide. Povoar era um dos principais objectivos, afinal só assim estaria assegurada a subsistência e autonomia da urbe e do seu termo. Porém, devido à decrescente demografia, provocada pelas batalhas e epidemias, tal tarefa assumia contornos demasiado complexos.

Com todas as alterações introduzidas pela *Reconquista*, as urbes cristãs sofrem significativas transformações na sua morfologia, quase todas provocadas pelas necessidades e cultura desta nova sociedade. Este é um aspecto que se repete ao longo dos séculos, já que cada povo tem uma forma distinta de ocupar o território e de se relacionar com o Lugar, onde a arquitectura se assume como elemento mediador.

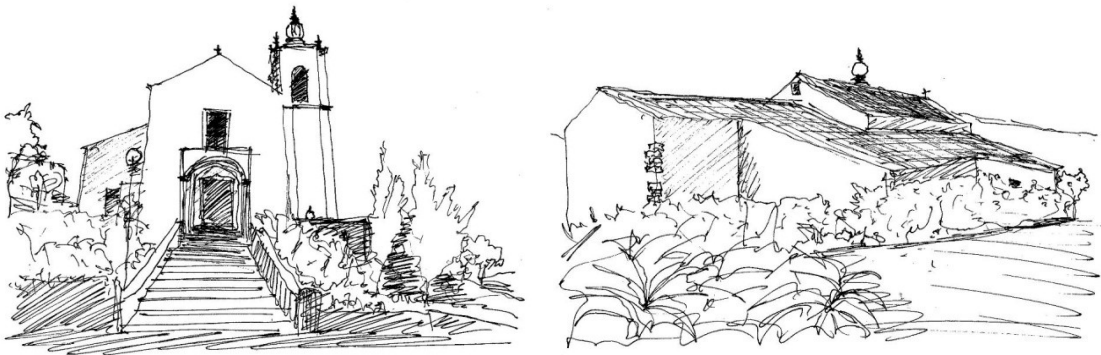


Figura 71- Esquisso. Igreja matriz de Santa Maria do Castelo, séc. XII/XIII. (Autor,2012)

No fundo, a matriz urbana do centro histórico, terá nascido da simbiose entre dois tipos de ocupação: romana e moçárabe. Os romanos terão deixado o seu cunho, principalmente na estrutura fundiária, ou seja, no desenho das ruas e quarteirões. O *vicus* romano implantava-se na zona baixa da vila, onde o terreno era plano e fértil. Contrariamente, os árabes, terão preferido a zona alta, junto ao castelo ou alcáçova, onde numa primeira fase se desenvolveu um *hisn*. Com o provável crescimento da urbe, o povoado terá descido a encosta, em direcção à zona plana, onde foram encontrados vários vestígios dessa época, ligando assim a zona alta e a zona baixa.

É neste contexto que começa a ser 'desenhada' a vila medieval, onde as quatro igrejas matrizes tiveram um papel determinante na organização do espaço, sendo que a primeira a ser construída terá sido a Igreja de Santa Maria do Castelo [Fig.71], que segundo a tradição, está assente sob uma antiga mesquita. Um das alterações significativas, implementadas pelos cristãos foi recuperar o espaço público, como local de vida colectiva.

III. LEITURA DA CIDADE: Arquitectura e Urbanismo

Apesar de se tratar de uma disciplina relativamente recente, o urbanismo confunde-se com a própria história da arquitectura e das sociedades urbanas. Porém, é apenas no século XIX, que o conceito ganha forma, através de Cerdá (1816-76), mais precisamente com o seu livro *Teoria Geral da Urbanização* (1867). Apesar de não referenciar a palavra urbanismo, classifica o espaço povoado (independentemente da escala) de *urbe* e a forma como se desenvolve (planeado ou orgânico), ele denomina de *urbanização*, ou seja, a acção de intervir no espaço. Esta obra terá resultado da sua experiência com o plano de crescimento de Barcelona (1850). Em 1963, o arquitecto Oriel Bohigas publica a obra *Barcelona, entre o Plano de Cerdá e as Barracas*, onde alerta-nos para o risco do desaparecimento da rua, como local urbano de excelência, assim como para a fragmentação das zonas habitacionais. Para o autor, estes problemas seriam fruto de intervenções, cujo modelo conceptual assentava nos princípios da *Carta de Atenas* (1933).

Conscientes de que as cidades não vivem apenas do espaço público, alguns arquitectos do século XX dedicaram-se ao estudo da habitação e à sua importância na recuperação dos núcleos urbanos decadentes e em 1956 realiza-se o X CIAM, onde o *Team X* tem oportunidade de defender a habitação como elo estruturante no tecido urbano, contribuindo para a simbiose entre o *modus vivendi* tradicional e moderno. Para tal seria necessário voltar a estudar a importância das preexistências e acima de tudo a relação entre a casa e a rua, através da dialética harmoniosa entre a arquitectura tradicional e a arquitectura moderna. Esta visão não foi consensual, tendo como principal opositor Richard Rogers que defendia a recuperação das formas tradicionais, mas introduzindo uma nova linguagem arquitectónica. Hoje, percebe-se que as diferenças não eram tão grandes como pareciam no passado. Afinal, ambos os raciocínios tinham como principal objectivo despertar os *'modernistas'* para a necessidade de respeito pelo Lugar, independentemente das suas opções arquitectónicas. Outro aspecto em comum seria a ideologia socialista como reacção ao capitalismo liberal verificado na época. Iniciava-se assim, uma nova consciência na prática arquitectónica: o contexto como alicerce das opções tomadas para intervir no Lugar.

3.1 Evolução urbana de Torres Vedras

Para um conhecimento efectivo do urbanismo do centro histórico, é necessário compreender a evolução urbana da cidade de Torres Vedras, que foi vila até 1979. A informação gráfica existente apresenta-se de forma pontual e fragmentada, pouco clara em termos de reconstituição imagética, com uma ausência clara de um fio condutor que permita

uma leitura contínua, gráfica e temporalmente. Pese embora, o forte investimento por parte da autarquia na área da historiografia e da arqueologia, a ausência de um estudo que represente a evolução urbana da cidade, desde a sua génese, até ao séc. XXI, é um facto inegável. A cartografia mais antiga, que se conhece, data do séc. XIX, desenvolvida no âmbito das *Linhas de Torres*. Tendo em conta a sua riqueza histórica e as importantes obras literárias, fruto das investigações já realizadas, apresenta-se de seguida uma tentativa de reconstituição da matriz urbana na óptica do arquitecto, alicerçada nas investigações anteriormente realizadas e na percepção directa do Lugar.

3.1.1. Vila Medieval

Após a *Reconquista* de 1147, Torres Vedras assume-se como um dos principais abastecedores do mercado de Lisboa, mas só em 1250, é que D. Afonso III, decide atribuir-lhe a primeira carta de foral. Foi o reconhecimento por parte do rei, da importância que a vila adquiria. O seu termo, zona de grande riqueza agrícola, servia igualmente, para garantir a subsistência alimentar e económica da urbe, local de trocas comerciais, de crescimento económico e segurança. Afinal, era nos centros urbanos que se encontravam a administração local e a praça/mercado, principal fonte de riqueza desta época. Conforme demonstra a toponímia, além da Praça dos Viveres, existiam os açougues, a ferraria, as olarias e os pelames (curtumes). Porém, a Rua dos Mercadores (actual Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada), junto às antigas olarias, é aquela que mais vezes é referenciada nos documentos medievais, um dos principais eixos urbanísticos desde a ocupação romana (*cardus*). Toda esta movimentação de dinheiro e mercadorias terá atraído os judeus, cuja presença é confirmada pela Rua da Judiaria, actual Rua dos Celeiros de Santa Maria, onde a tradição sugere a existência de uma Sinagoga. A Judiaria encontrava-se coerentemente próxima da Praça dos Viveres, frontal aos Paços do Concelho. A conjugação destes factores terá contribuído para a atribuição da primeira carta de Feira, em 1293, concedida por D. Dinis, a pedido de sua mãe, D. Beatriz.

Apesar da importância da agricultura, era a população urbana que garantia a independência e autonomia da vila e de todo o território, começando pela segurança e escoamento dos produtos. No fundo, havia uma dependência mútua, mas os privilegiados eram sem dúvida, os moradores da urbe, casa de rainhas e princesas, principais donatárias e detentoras do senhorio da vila, sendo D. Beatriz (1242-1303), a primeira rainha a gozar de tal privilégio. Apesar disso, a administração era garantida pelos alcaides.

No que diz respeito ao urbanismo, são retomados alguns princípios romanos: traçado regular, eixos ordenadores, orientação e localização dos edifícios e tratamento diferenciado dos edifícios públicos. No entanto, a principal diferença relativamente à

ocupação muçulmana, encontra-se na afirmação da rua como local de convívio e a Igreja como elemento referencial na organização da urbe e da própria sociedade. Para tal, foram construídos novos templos e reutilizados outros tantos. Segundo Júlio Vieira, as Igrejas Matrizes de Santa Maria do Castelo [Fig.72], S. Pedro [Fig.73] e S. Miguel já existiriam aquando da *Reconquista* e já com o estatuto de paróquias (Vieira, 2011, p.151). O seu desaparecimento, no séc. XIX, e a ausência de gravuras, não permite uma reconstituição credível da Igreja de S. Miguel, implantada junto à ponte com o mesmo nome. Segundo Madeira Torres, teria 150 palmos de profundidade e 36 de largura (Torres, 1988, p. 112), muito semelhante às outras três paróquias.



Figura 72- Igreja de Sta. Maria do Castelo, início do séc. XX. (BMTV, 2012)



Figura 74- Igreja de S. Tiago, início do séc. XX. (BMTV,2012)



Figura 73- Igreja de S. Pedro, 1ª metade do séc. XX. (BMTV, 2012)

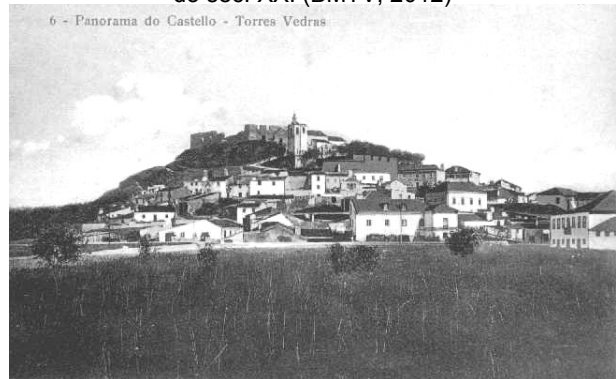


Figura 75- Vista geral da vila, a partir da Várzea, início do séc. XX. (BMTV,2012)

Quanto à Igreja Matriz de S. Tiago [Fig.74], a referência mais antiga data de 1225. Estes edifícios religiosos terão começado, provavelmente, como pequenas ermidas, que ao longo dos séculos foram crescendo e adaptando-se às circunstâncias de cada época. Porém, a orientação das portas a nascente, de influência românica, manteve-se inalterada. A importância destas quatro paróquias no ordenamento do território torriense é um facto inquestionável [apêndice I], afinal, para além da realeza, o clero era o grande proprietário, tanto na vila, como no seu termo. Ambas representavam as quatro freguesias que perduraram até ao séc. XIX.

Devido ao local onde se encontra implantado e à carga simbólica que acarreta, o Castelo [Fig.75], assumiu-se desde cedo como a principal referência arquitectónica e identitária da urbe. A sua função como atalaia remonta pelo menos à Idade do Ferro. A morfologia do monte e da fortificação foi sendo 'esculpida' ao longo dos séculos, pela natureza e pelos vários povos que por aqui passaram, mas mantendo a sua função: poder e defesa. No séc. XIV, Torres Vedras encontrava-se sobre o domínio dos castelhanos, por isso entre 1384-85, o Mestre de Aviz fez-lhe cerco. Na sequência deste acontecimento, o monarca terá pedido ao cronista do reino, Fernão Lopes, que se deslocasse à vila para a incluir nas suas crónicas, onde o autor a descreve como “(...) *hũa fortelleza aseemtada em cima de hũa fremosa mota, a qual natureza criou em tam ordenada igualdade, como sse a mão fosse feita artefiçialmente; (...) a villa tem sua çerca arredor do monte, e na mayor alteza delle esta o castello; e amtre a villa e o castello moravom tam poucos, de que nom he fazer comta; e por toda sua poboraçom era hũu gramde arravalde de muitas e boas casas, em bem hordenadas rruas ao pee do monte*” (Freire, in: Rodrigues, 1996, p. 25). Esta é a descrição mais antiga deste povoado e a mais controversa, dividindo a opinião dos especialistas, em torno da conclusão ou não da muralha da vila e da própria génese urbana - zona baixa ou zona alta?

Algumas teses defendem que para o cronista, a vila seria semelhante às urbes muçulmanas, compostas pela fortificação principal, a alcáçova destinada à administração e pela secundária, a *hisn*, onde estaria o povo e o clero. Importa realçar que Fernão Lopes terá escrito a sua crónica, quarenta anos após ter estado na vila. Tendo em conta os factos arqueológicos e a matriz urbana, julga-se que a vila seria composta por duas zonas: a zona alta e a zona baixa. No topo do morro, no interior da fortaleza, estariam os edifícios destinados à elite local: administração, clero e militares. Os elementos principais seriam a Igreja de Sta. Maria e o Castelo, destinado aos militares, ao alcaide e aos monarcas, aquando das suas passagens/estadias na vila. A zona baixa, a que Fernão Lopes denominara de arrabalde, implantava-se no sopé sul e nascente do morro do castelo. Para além das paróquias de S. Pedro e S. Tiago, era nesta zona baixa que morava e trabalhava o povo. Segundo o cronista, as casas seriam em grande quantidade e dispostas de forma ordenada, contrariando a imagem das ruas tortuosas e estreitas, pertencentes à memória colectiva. Outro elemento importante na morfologia da urbe medieval seria o antigo e desaparecido Convento de Santo Agostinho, construído no final do séc. XIV, na zona baixa, a poente da vila, cujos terrenos e edifícios eram constantemente fustigados pelas inundações provocadas pela Ribeira de Alpilhão, obrigando os eremitas a escolherem outro local para a construção do novo mosteiro, o que só viria a suceder no ano de 1544, quando ocuparam a antiga Gafaria de Santo André. Esta gafaria, tal como o nome indica, acolhia os

gafos (leprosos) e como tal, encontrava-se fora do recinto muralhado, junto ao caminho que partia da Porta de Sant'Ana para Lisboa. Mas a construção do novo convento só terá começado em 1559 (Silva, Paula, 2007, p. 35), coincidindo com a demolição do antigo, com o objectivo de reutilizarem muitos dos seus materiais. No topo norte, igualmente extra-muros, encontrava-se a Igreja Matriz de S. Miguel, junto à ponte com o mesmo nome, que ainda hoje atravessa o rio Sizandro. A sua proximidade ao rio, tornou-a vulnerável às cheias, registando vários danos, mas apesar disso, o edifício religioso resistiu ao longo dos séculos através de obras de reparação e até de reconstruções. Porém, o seu estado de degradação e sua perda de influência como paróquia, terá levado à sua ruína e consequente desaparecimento já no séc. XIX.

A primeira referência ao Paço Régio construído fora do castelo é de 1293, sendo mandado construir por D. Beatriz, vulgarmente conhecida por D. Brites. Neste edifício totalmente desaparecido, reuniram-se as cortes de 1414, onde D. João I decide conquistar Ceuta. Seria um edifício modesto, resultante da junção de várias construções que os monarcas foram adquirindo, processo que se findara no reinado de D. Dinis. Sabe-se que teria uma Capela Real (capela de S. Miguel), implantada na Calçada de St^a Maria, frontal ao edifício régio. No final do séc. XIX ainda existiam vestígios da sua ruína, acabando por ser reconstruído já no início do séc. XX, com a configuração e uso actual: habitação [Fig.76]. A sua localização e importância terão contribuído para o calcetamento dos dois principais eixos da vila. Este edifício começou a perder importância no final do séc. XVI e aos poucos começa a degradar-se, processo agravado pelo facto da corte se ter afastado da vila, no âmbito da ocupação Filipina (1580-1640), da qual não se regista qualquer visita à urbe.



Figura 76- Esquisso da Moradia que substituiu o antigo Paço Real, junto à Porta do Castelo. (Autor,2013)

Data de 1226, a primeira referência ao alcaide-mor, cuja residência oficial, pelo menos desde o séc. XV, seria o Paço do Patim [anexo 22], conhecido por Palácio dos Alcaldes ou Palácio dos Alarcões, residência oficial até 1516, data em que o alcaide-mor, D. João de Alarcão decide mudar-se para os antigos Paços Régios, no castelo, após as obras de melhoramento de D. Manuel. Porém, as Casas do Patim, como passaram a ser conhecidas, continuaram a pertencer à família Alarcão. No séc. XVIII, encontrava-se ruína e actualmente, nada resta desse importante edifício.

Da análise desenvolvida à proposta anterior [Fig. 77] (Cardoso e Luna, (no prelo). p. 11), propõe-se algumas alterações influenciadas pela documentação consultada e pela percepção directa do Lugar.



Figura 79- Ruína de uma muralha, junto ao Castelo. (Autor,2013)



Figura 80- Ruína de uma muralha, Largo do Alfazema. (Autor,2013)



Figura 81- Reconstituição da Vila Medieval, séc. XIV. (Autor,2013)

1. Hospital de Rocamador (1310) e Ermida de N^a Sr.^a. do Amial (a.1337)
2. Chafariz de S. Miguel (a.1267)
3. Ermida de S. Gião dos Sapateiros
4. Ponte de S. Miguel (sentido Santa Cruz e Ericeira)
5. Igreja Matriz de S. Miguel – séc. XIII-XIX
6. Moinhos da Ponte Pedrinha
7. Ponte Pedrinha (sentido Lourinhã, Peniche e Caldas da Rainha)
8. Campo da Feira
9. Porta dos Moinhos de Ponte Pedrinha
10. Castelo
11. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc.XII/XIII) e relógio do município.
12. Capela de S. Miguel - séc.XIV
13. Paço Régio (D. Brites) - séc XIII
14. Casa da Mercê
15. Ribeira de Alpilhão
16. Ermida de S. Francisco (séc. XIII)
17. Convento de Santo Agostinho – (a.1266-1544)
18. Igreja Matriz de S. Tiago – séc. XIII
19. Rio Sizandro
20. Ermida de Sant’Ana
21. Gafaria de Sto. André
22. Igreja Matriz de S. Pedro – séc. XIII
23. Ferraria (Rua da Ferraria)
24. Paços do Concelho (a. 1337)
25. Aqueduto e Chafariz dos Canos (a.1321)
26. Olarias (Rua da Olaria)
27. Muralha Medieval (séc. XIV)
28. Porta da Várzea (até 1734)
29. Porta de Santana (até 1641)
30. Porta da Corredoura
31. Açougue dos Clérigos
32. Açougue Público (Rua por-De-Traz do Açougue)
33. Sinagoga (Rua da Judiaria)
34. Antiga Mesquita
35. Adega do Relego (D. Dinis)
36. Pelomes/Pelames (Rua dos Pelomes)

A informação sobre a muralha da vila [Fig.81] é bastante complexa e controversa, já que são utilizadas pelo menos três denominações para a mesma estrutura: *muros*, *muralha* e *cerca*. Para agravar esta complexidade, muitas das referências levantam outra dúvida: *muralha da vila*, ou *muralha do castelo*? Data de 1411 a primeira referência ao *muro da vila* e existem documentos desse mesmo século, que nos dão a conhecer, aproximadamente, a dimensão da vila amuralhada: Porta do Corredoura (nascente) e ermida de S. Francisco (poente), perto da ribeira de Alpilhão. Porém, permanece a dúvida se a muralha terá sido concluída. Inegável, é a existência de pelo menos três portas de entrada na urbe, como a da Várzea e a Corredoura, cujos topónimos aparecem frequentemente referenciados em documentos antigos, sugerindo a existência no período Medieval. Contrariamente, sobre a porta de Sant'Ana, não existem referências, anteriores ao séc. XVI. Porém, para "(...) além das três já referidas, certos autores locais pronunciaram-se pela existência de uma quarta porta, baseando-se num documento de 1341 redigido ante a porta dos moynhos da Ponte Pedrinha". (Rodrigues, 1995, p.122). Para além desta quarta porta, e apesar de não haver qualquer referência, julga-se que terão existido dois postigos na zona poente do morro. O primeiro ficaria na intersecção do antigo *decumanos* na muralha, permitindo o acesso às hortas extra-muros e à Igreja de S. Miguel, evitando grandes e perigosos percursos. O segundo seria frontal à antiga ermida de S. Francisco, garantindo a ligação da antiga Rua do Cano Real, ao caminho para Varatojo. Considerou-se ainda, a possibilidade da muralha ter tido uma dimensão mais reduzida, antes de assumir a configuração representada na planta anterior [Fig.81]. A solução que se segue [Fig.84], resulta da sugestão deixada pelos alinhamentos definidos pela ruína da muralha, junto ao Chafariz dos Canos, onde terá existido a Porta da Corredoura [Fig.82], aliado ao facto da Trav. Quebra Costas [Fig.83] ter cerca de 2,30 de secção, igual à da muralha (a) descoberta. Importa referir, que esta hipótese colocaria as ferrarias e os pelames, extra-muros, o que não seria inédito, devido ao estigma em torno destes ofícios.

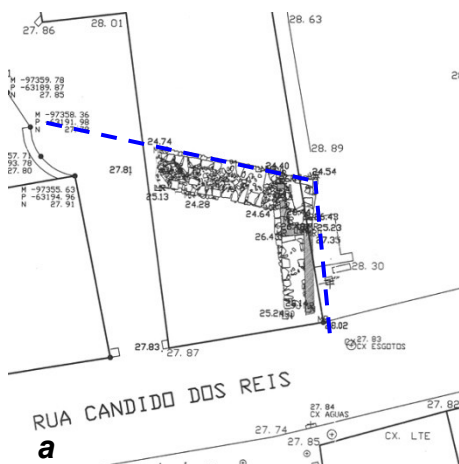


Fig. 82 - Implantação da ruína parcial da antiga porta da corredoura. (Cardoso e Luna, 2009, p. 100)



Fig. 83 - Travessa do Quebra Costas. (Autor, 2013)



1. Hospital de Rocamador (1310) e Ermida de N^a Sr.^a do Amial (a.1337)
2. Chafariz de S. Miguel (a.1267)
3. Ermida de S. Gião dos Sapateiros
4. Ponte de S. Miguel (sentido Santa Cruz e Ericeira)
5. Igreja Matriz de S. Miguel – séc. XIII-XIX
6. Moinhos da Ponte Pedrinha
7. Ponte Pedrinha (sentido Lourinhã, Peniche e Caldas da Rainha)
8. Campo da Feira
9. Porta dos Moinhos de Ponte Pedrinha
10. Castelo
11. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc.XII/XIII) e relógio do município.
12. Capela de S. Miguel - séc.XIV
13. Paço Régio (D. Brites) - séc XIII
14. Casa da Mercê
15. Ribeira de Alpihão
16. Ermida de S. Francisco (séc. XIII)
17. Convento de Santo Agostinho – (a.1266-1544)
18. Igreja Matriz de S. Tiago – séc. XIII
19. Rio Sizandro
20. Ermida de Sant’Ana
21. Gafaria de Sto. André
22. Igreja Matriz de S. Pedro – séc. XIII
23. Ferraria (Rua da Ferraria)
24. Paços do Concelho (a. 1337)
25. Aqueduto e Chafariz dos Canos (a.1321)
26. Olarias (Rua da Olaria)
27. Muralha Medieval (séc. XIV)
28. Porta da Várzea (até 1734)
29. Porta de Santana (até 1641)
30. Porta da Corredoura
31. Açougue dos Clérigos
32. Açougue Público (Rua por-De-Traz do Açougue)
33. Sinagoga (Rua da Judiaria)
34. Antiga Mesquita
35. Adega do Relego (D. Dinis)
36. Pelomes/Pelames (Rua dos Pelomes)

Fig. 84- Reconstituição da Vila Medieval, anterior à provável Ampliação do séc. XIV. (Autor,2013)

A Idade Média terá sido a época de afirmação e consolidação da matriz urbana, tendo como principais elementos referenciais, as 4 igrejas matrizes, o castelo, a praça e os 2 eixos (*cadus e decumanus*). O perímetro físico ou sensorial da muralha ter-lhe-á vincado os seus limites que perduram pelo menos até ao final do séc. XVIII, início do séc. XIX. Tratava-se de uma população maioritariamente pobre, dependente da agricultura. Mesmo os nobres, que viviam na vila, tinham como principal rendimento a agricultura e a produção de vinho.

3.1.2. Século XVI: Mudança de Paradigma

O Renascimento, com os seus princípios humanistas, trouxe a Torres Vedras um forte investimento na melhoria das condições de vida, não só da realeza, mas também da

população em geral. Os investimentos feitos por D. Manuel (1469-1521) na vila foram essencialmente em obras de melhoria: muralha e porta do Castelo [Fig.88], Paço do Alcaide [Fig.89] e igrejas. O legado de D. Manuel terá privilegiado da conjugação de três factores: A riqueza trazida das colónias, influências do renascimento e o grande terremoto de 1531. Em 1510, este monarca atribuí um novo Foral a Torres Vedras.



Figura 85 - Porta do Castelo de estilo manuelino, com arco gótico, 2 esferas armilares e o escudo real. (Autor,2013)



Figura 86 - Ruínas do antigo Paço do Alcaide, no interior do castelo. (Autor,2013)

O castelo, desde o séc. XIV que se destinava à administração e a residência temporária dos monarcas. No fundo, esta fortificação era composta por duas zonas distintas: habitação (sul) e quartel militar (norte). Neste espaço localizava-se, ainda, a prisão. Apesar da sua importância, foi apenas no “(...) reinado de D. Manuel que o castelo sofreu uma das mais importantes reconstruções e o seu palácio foi completamente restaurado para servir de residência aos seus alcaides-mores”.(Vieira, 2011, p. 121). No âmbito das obras de melhoria da fortaleza, foi colocado em 1516, um pórtico manuelino com duas esferas armilares [Fig.85]. Já o pórtico manuelino da Igreja de São Pedro [Fig.87] foi esculpido aquando da reconstrução da mesma, também no séc. XVI, por ordem de D. João III. O mesmo terá acontecido com a igreja de S. Tiago [Fig.88], nos finais do séc. XVI.

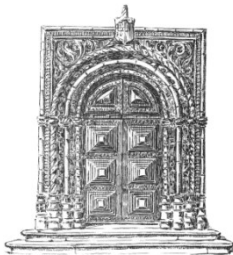


Figura 87 - Representação do Pórtico Principal da Igreja matriz de S. Pedro (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.131)



Figura 88 - Representação do Pórtico Principal da Igreja matriz de S. Tiago (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.135)

As obras no Palácio do Alcaide (1516-1520) ficaram a cargo do reputado pedreiro João de Tomar, braço-direito de Francisco de Arruda, irmão mais novo de Diogo de Arruda, ambos arquitectos do reino e responsáveis pelas obras de várias fortificações, como Portel, Mourão ou Moura. A presença de João de Tomar sugere que o projecto de reconstrução da muralha do castelo tenha sido da autoria de Francisco de Arruda, no entanto não existem documentos que o comprovem. Não se conhece, igualmente, qualquer documento que ateste a extensão destas obras à muralha da vila. Importa referir, que as obras no castelo, financiadas por D. Manuel, são as únicas que se encontram documentadas, vindo no seguimento das suas políticas: afirmação do poder central sobre o poder local. Em 1539,

decorreram novas obras no castelo, que poderão ter sido forçadas pela ocorrência do grande terramoto de 1531 que se fez sentir, também nesta vila, provocando grandes estragos no Palácio do Alcaide.



Figura 89- Aqueduto, séc. XX.
(BMTV,2012)



Figura 90- Chafariz dos
Canos, início do séc. XX.
(BMTV,2012)

Um dos problemas permanentes nesta vila, que perdurou até ao séc. XX, foi o abastecimento de água potável. Apesar de não estar atestada a data de construção do aqueduto [Fig.89], Júlio Vieira evidencia a existência de um “(...) *pergaminho com data de 28 de Abril de 1561(...)*” onde “(...) *já se fala na existência desse aqueduto, como obra antiga, feita de muito longe e com muita despesa pública até dentro da vila*”. (Vieira, 2011, p. 136). Esta estrutura canalizava as águas para a principal fonte pública da vila, ou seja o Chafariz dos Canos [Fig.90], que terá começado como uma modesta fonte, implantada junto à Porta da Corredoura, actual Rua Cândido dos Reis, servindo de paragem aos cavaleiros e suas montadas, que aqui se refrescavam após um longa jornada. A referência mais antiga a esta fonte, data de 1331, descrita num “(...) *emprazamento em pergaminho d’umas casas (...) juncto à fonte dos canos*”. (Torres, 1988, p.64). Porém a intervenção que lhe terá conferido a actual morfologia, ter-se-á realizado no ano de 1561, por ordem da infanta D. Maria, filha de D. Manuel e donatária desta vila. No que diz respeito à sua arquitectura, realça-se que o “(...) *Chafariz dos Canos é a mais monumental fonte gótica nacional que chegou até hoje*”. (IGESPAR,2013). Pela sua singularidade e beleza, encontra-se classificado como monumento nacional e tem sido beneficiado com várias obras de restauro, a mais recente, no presente ano de 2013.

Outra grande obra realizada no séc. XVI foi a construção do Convento de Nossa Senhora da Graça [Fig.91], iniciada em 1547, para acolher os monges agostinhos, que teriam abandonado o velho Convento de Sto. Agostinho. O novo convento terá englobado o antigo e exíguo edifício da Gafaria de Santo André, onde os monges se encontravam instalados, desde 1544. Devido à gafaria (hospital para leprosos), implantava-se fora da muralha da vila, no caminho que ligava a Porta de Santana a Lisboa. O edifício, de planta quadrada, continha um claustro central [Fig.92], sendo que à esquerda fica(va) a Igreja e à direita os antigos dormitórios. Trata-se de um elemento arquitectónico de estilo maneirista, cuja implantação não seguiu as influências românicas, já que o pórtico e adro estão orientados a norte, em direcção à vila. A igreja ainda mantém a sua função, já os antigos

dormitórios recebem o actual Museu Municipal Leonel Trindade. Nesta zona, encontrava-se, ainda, a ermida de Sant'Ana, que terá emprestado o nome à Porta de Sant'Ana.



Figura 91- Representação do Convento de Nossa Senhora da Graça. (BMTV,2012)



Figura 92- Esquisso. Claustro do antigo Convento, séc. XXI. (Autor,2013)

Ainda no seguimento das políticas de saúde pública, D. Manuel instituiu nesta vila, em 1520, a confraria da Misericórdia e o respectivo hospital que terá sucedido ao antigo hospital do Santo Espírito. Esta instituição permaneceu instalada na Rua Serpa Pinto (antiga Rua do Santo Espírito ou Rua da Misericórdia), até à actualidade.

A dúvida sobre os limites e até, da conclusão muralha da vila, é novamente levantada, com o episódio da possível instalação da universidade nesta vila, onde os vereadores referem “(...) em 1531, numa carta dirigida ao rei D. João III, em resposta à intenção por ele manifestada de para lá deslocar a Universidade, a Câmara de Torres exprimiu a sua preocupação e o seu desacordo por uma tal medida, apresentando como argumentos o já excessivo número de pessoas de fora aposentadas na vila à custa dos moradores, a pobreza destes, por pertencer à nobreza a maior parte das terras; e a provável turbulência dos escolares em hũa villa como esta que nom he cercada”. (Rodrigues, 1995, p.119). Ainda hoje não se sabe se a intenção de D. João III (1502-1557), seria construir um complexo de raiz, o que viria a acontecer em Coimbra (1533), ou se pretendia a instalação provisória dos alunos de Lisboa, para os proteger da grande peste de 1523. O facto de os vereadores terem referido que a vila não era cercada, poderá ter sido para demover as intenções do monarca, ou então para dar-lhe a conhecer, que a urbe necessitava de investimento régio para obras de melhoramento, incluindo a muralha.

Entretanto, em 1533, D. João III eleva a vila a cabeça de comarca e o edifício dos Paços do Concelho [Fig.94], cuja data de construção se desconhece, ganha cada vez mais importância na sua dinâmica. A primeira referência documentada à existência deste edifício, data de 1337, mas é em 1597, que sofre uma intervenção profunda. Neste edifício, para além dos serviços do poder local, funcionava ainda a prisão, que contou com obras de melhoramento em 1634. Em 1752, é reconstruído devido ao fogo causado por um prisioneiro, provocando uma perda irreparável no acervo documental. As obras só ficaram

concluídas em 1776 e a sua arquitectura, tal qual se conhece hoje [Fig.95], terá sido desenhada nessa época, excepto os vãos inferiores.

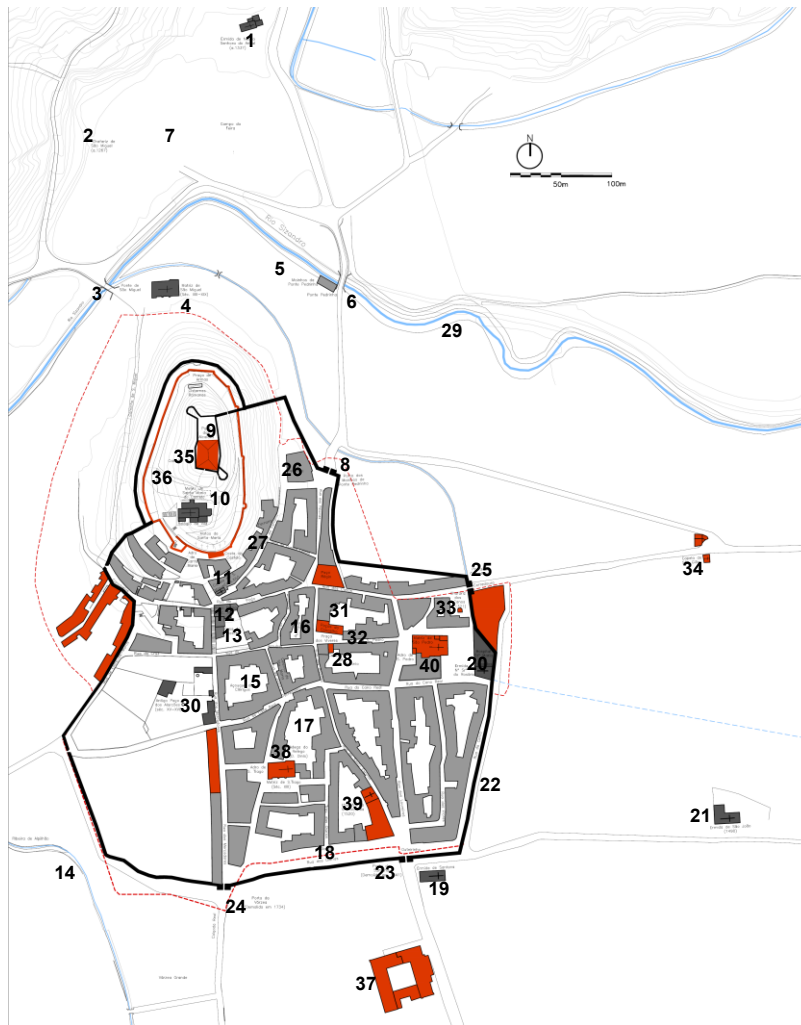


Figura 93- Reconstituição da Vila – Obras de Referência - séc. XVI-XVIII, (Autor,2013)

Na planta anterior, representam-se as grandes intervenções realizadas entre os séculos XVI e XVII, onde se encontra o edifício dos Paços do Concelho [Fig.94], tendo à sua frente a Praça dos Víveres (mercado), onde permanecera o antigo pelourinho, pelo menos até ao séc. XIX. Mais tarde passa a Praça do Município, que a partir de 1776, beneficiou de uma fonte pública [Fig.95], patrocinada por D. José I, cuja água vinha canalizada, desde o Chafariz dos Canos, como o confirma a toponímia: Rua dos Canos. Este elemento urbano ainda apresenta o seu estilo original, de influência ‘pombalina’.

1. Ermida de N^a Sr.^a do Amial (a.1337)
2. Chafariz de S. Miguel (a.1267)
3. Ponte de S. Miguel (Santa Cruz e Ericeira)
4. Igreja Matriz de S. Miguel (séc. XIII-XIX)
5. Moinhos da Ponte Pedrinha
6. Ponte Pedrinha (Lourinhã, Peniche e Caldas da Rainha)
7. Campo da Feira
8. Porta dos Moinhos de Ponte Pedrinha
9. Castelo
10. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc.XII/XIII).
11. Capela de S. Miguel - séc.XIV
12. Paço Régio (D. Brites), séc. XIII.
13. Casa da Mercê
14. Ribeira de Alpição
15. Açougue dos Clérigos
16. Açougue Público (Rua Traz do Açougue)
17. Adega do Relego (D. Dinis)
18. Olarias (Rua da Olaria)
19. Ermida de Santana
20. Hospital de Sta. Maria dos Farpados e ermida de N^a Sra. do Rosário (séc. XV)
21. Ermida de S. João (1490)
22. Muralha Medieval (séc. XIV)
23. Porta de Santana (até 1641)
24. Porta da Várzea (até 1734)
25. Porta da Corredoura
26. Pelomes/Pelames (Rua dos Pelomes)
27. Ferraria (Rua da Ferraria)
28. Capela de S. António (Séc. XVII)
29. Rio Sizandro
30. **Paço do Patim (Antigo Paço dos Alarcões, até séc. XVI)**
31. **Paços do Concelho (Reconstrução, séc. XVI)**
32. **Fonte da Praça do Município (1776)**
33. **Melhoramento do Chafariz dos Canos (séc. XVI)**
34. **Ermida de S. Gião dos Sapateiros (Séc.XVI)**
35. **Paço do Alcaide (1516-1520)**
36. **Melhoramento da muralha do castelo (1516)**
37. **Convento de N^a S^a da Graça (1547, início da construção)**
38. **Igreja de S. Tiago – séc. XIII (Reconstrução, séc. XVI)**
39. **Hospital da Misericórdia (a. 1520)**
40. **Igreja de S. Pedro, séc. XIII (Reconstrução, séc. XVI)**



Figura 94- Paços do Concelho, final do séc. XIX. (BMTV, 2012)

Figura 95- Paços do Concelho, séc. XXI. (Autor, 2013)



No ano de 1795, inicia-se o processo de arborização do Largo da Graça [Figs.96 e 97], com o objectivo de aí se criar um jardim, para a população poder usufruir de um espaço de lazer e convívio.



Figura 96- Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha (1810). (Amado, s/d, in Rodrigues, et al, 1996, p.219).

Figura 97- Antigo Largo da Graça, séc. XX. (BMTV, 2012)



O séc. XVI foi sem dúvida, o ponto de viragem, no que diz respeito à melhoria arquitectónica e urbanística da vila, tanto ao nível da estética, como do conforto e saúde. Os investimentos régios permitiram que a vila medieval se conseguisse abrir para a modernidade, mesmo sem alterar a sua dimensão e identidade. Porém, a construção do Convento de Nossa Senhora da Graça e do Largo da Graça, já indiciava um futuro crescimento urbano. As obras que mais se destacaram e que ainda hoje são uma referência para a identidade desta vila, foram sem dúvida, o Chafariz dos Canos, o Convento de Nossa Senhora da Graça e os Paços do Concelho.

3.1.3. Século XIX: Das Linhas Defensivas às Linhas do *Progresso*

O ano de 1810 terá dado a Torres Vedras uma projecção nacional e internacional, que ainda hoje faz parte da sua própria identidade: *Linhas de Defesa de Torres Vedras* [Fig.98]. No âmbito das invasões francesas, a vila integrava o sistema defensivo a norte de Lisboa, onde as *Linhas de Torres*, idealizadas pelo Duque de Wellington, contemplavam uma estrutura defensiva com uma dupla funcionalidade: proteger Lisboa de possíveis ofensivas vindas do norte do País, e/ou garantir uma fuga segura ao exército inglês, rumo a Inglaterra. O início da sua construção é anterior a 20 de Outubro de 1809, altura em que grande parte de Espanha já estaria sob o domínio de Napoleão, enquanto, que em Portugal estava montada a defesa patrocinada por Inglaterra: Wellington em Badajoz, Silveira no Douro e Beresford na Beira Baixa. Porém, Wellington receava que as tropas franceses

conseguissem invadir Portugal, e como tal, decide iniciar a construção das *Linhas de Torres*, igualmente financiadas pela Grã-Bretanha. Moralizado com as vitórias alcançadas na Áustria e em Espanha, Bonaparte ordena a invasão de Portugal em 1810, com tropas comandadas pelo Marechal André Massena, que chegou perto da vila em Outubro desse mesmo ano, mas onde não conseguiu penetrar, acabando mesmo por desistir.

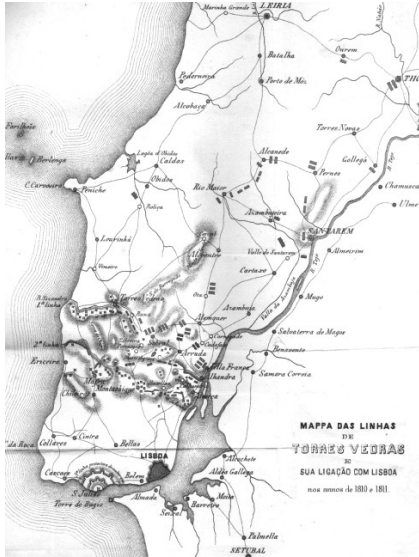


Figura 98 - Mapa das Linhas defensivas de Lisboa. (MMLT, 2012)

Figura 99 - Excerto do Mapa dos Fortes, junto à Vila, 1818. (MMLT, 2012)



Figura 100 - Forte e Capela de S. Vicente. (Autor, 2012)

Figura 101 - Forte de S. Vicente, do lado nascente (Choupal). (BMTV,2012)



Figura 102 - Castelo, a partir do Forte de S. Vicente. (Autor, 2013)

Figura 103 - Forte de S. Vicente, a partir do Castelo. (Autor,2013)



A vila recuperava assim, a sua importância geoestratégica, a nível nacional [Fig.102], ganhando uma capacidade defensiva que nunca tivera, já que apenas junto à vila, foram construídos quatro fortes [Fig.99 - 103]: S. Vicente; Olheiros; Forca; Monte de S. João. Além disso, o próprio castelo da vila [apêndice XVII], que se encontrava em ruína desde a 2ª metade do séc. XVII, foi restaurado e preparado para voltar a receber artilharia. A construção de toda a estrutura defensiva provocou uma forte alteração à paisagem da urbe e seu termo [Figs.105 e 107]: abate de árvores; aberturas de fossos e caminhos; pedreiras; limpeza de terrenos; demolição de casas. Cenário que se agravava após os

ataques do inimigo, principalmente com a destruição de vários moinhos de vento, também eles parte da identidade e da memória colectiva. A fortificação de maior dimensão e importância seria o Forte S. Vicente, que terá herdado o nome da ermida aí construída, pelo menos desde 1267. Para além das fortificações, Torres Vedras terá beneficiado com a execução da primeira cartografia do seu território [Figs.104 e 106]. [anexos 6-10].

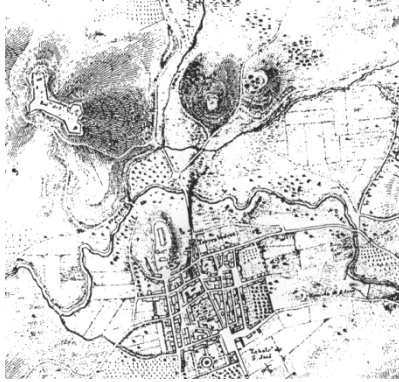


Figura 104- Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha (1810). (Amado, s/d, in Rodrigues, et al, 1996, p.219).



Figura 105 - Representação da entrada da vila, vindo de Lisboa, junto ao Convento da Graça, séc. XIX. (MMLT,2012)

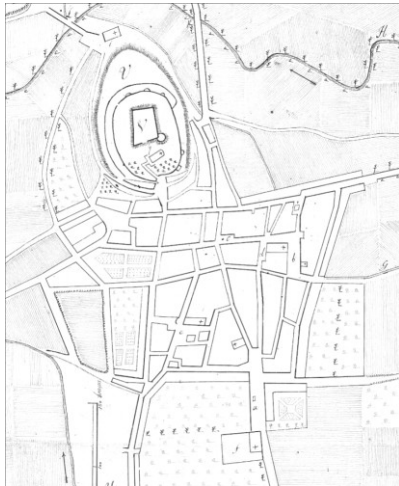


Figura 106 – Excerto da *Planta da villa de Torres Vedras e terreno adjacente*, 1809. (GEAEM/DIE, 2669-3-34-47, s/d, in: Cardoso e Luna, (no prelo), p. 10)



Figura 107 – Representação da entrada norte da vila, vindo da Lourinhã, próximo do antigo Matadouro Municipal, séc. XIX. (MMLT,2012)

Em 1846, a vila foi novamente palco de acções militares, no âmbito da ‘*Patuleia*’, sucedendo à revolta da ‘*Maria da Fonte*’. A Câmara era presidida por Francisco Tavares de Medeiros, um ‘liberal’ activo, pertencente à elite local, que aparentemente apoiava a revolução vinda do Porto. Talvez por esses factos, aliados à privilegiada localização da vila, em relação a Lisboa, os revoltosos Conde de Bonfim e Mouzinho de Albuquerque, decidiram ocupar o castelo e os fortes de S. Vicente e da Forca. O objectivo seria tentar travar as tropas da rainha, lideradas pelo Duque de Saldanha, que começou a levar de vencida esta batalha, desde muito cedo. Perante a força demolidora das tropas reais, o Conde de Bonfim é obrigado a refugiar-se no castelo [Fig.108], sem quaisquer mantimentos, onde já se encontrava Mouzinho de Albuquerque gravemente ferido pelas balas do inimigo. A vila foi saqueada pelas tropas da rainha e nessa madrugada de má memória, registaram-se vários estragos no interior da urbe. No dia 23 de Dezembro, Mouzinho de Albuquerque é

transportado para a casa onde estivera anteriormente aquartelado [Fig.109 e 110], acabando por aí falecer no dia 27, sendo posteriormente sepultado na Igreja de S. Pedro.



Figura 108- Vista geral da zona sul da vila e a relação entre castelo e Forte de S. Vicente. (BMTV,2012)



Figura 109- Edifício onde terá falecido Mouzinho de Albuquerque, actual café A Brasileira, Largo de S. Pedro. (BMTV, 2012)



Figura 110 - Actual café A Brasileira, junto ao Largo de S. Pedro. (Autor, 2013)



Figura 111 - Suporte publicitário de empresa de transportes, finais do séc. XIX. (BMTV, 2012)



Figura 112 - Feira do Gado, finais do séc. XIX - Várzea. (Vedrografias, 2010)

Para além das alterações introduzidas pelas campanhas militares, começava-se a desenhar um novo eixo de crescimento urbano, com o início da construção da alameda da Várzea, em 1851, que partia da antiga Porta da Várzea [Fig.108], sentido a Lisboa. Por outro lado, o ano de 1886 marca o início da ‘revolução industrial’ torriense, com a chegada do comboio à estação de caminho-de-ferro, erigida na periferia nascente, sendo também ela, um novo polo de atracção urbanística. Os transportes eram, até então, assegurados pela força animal [Fig.111]. Apesar da sua ruralidade [Fig.112], Torres Vedras teve a oportunidade de contactar com as inovações da *revolução industrial*, mais cedo que a maioria das outras urbes, já que em 1873, chegava ao Largo da Graça, o *Larmanjat* [Fig.114], que herdara o nome de Joseph Larmanjat, engenheiro francês responsável pela sua construção. Este meio de transporte foi inaugurado em França, em 1868 e trazido para Portugal pelo Duque de Saldanha, cujo objectivo seria ligar Lisboa a Torres Vedras, seguindo depois para Caldas da Rainha e Leiria. Existia outro trajecto, que ligava o Lumiar a

Sintra [Fig.113]. Aparentemente tinha vantagem sobre o comboio, já que era um monocarril, que poderia circular em caminho próprio, tornando-o mais flexível e económico.

Os traçados de Lisboa a Sintra e de Lisboa a Torres Vedras do caminho de ferro Larmanjat e do actual



Figura 113 - Mapa dos traçados do Larmanjat. (VIALIVRE.ORG, S/D)

Figura 114 - Representação do Larmanjat. (jfvfrosario.no.sapo, s/d)

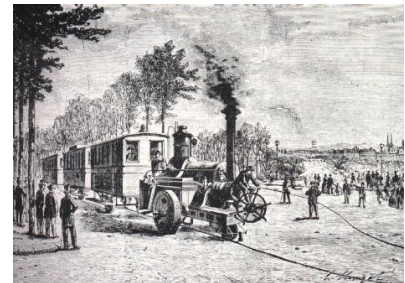
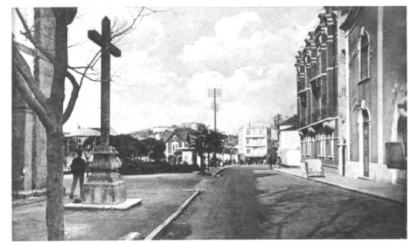


Figura 115 - Recolha do Larmanjat. (BMTV,2012)

Figura 116 - Entrada sul da vila, ao lado da igreja da Graça. (BMTV, 2012)



Porém, a falta de segurança, outrora imputada às carruagens de tracção animal, passou a sentir-se neste novo transporte: descarrilamentos constantes, e atropelamentos de pessoas e gado. Tudo isto provocava um enorme transtorno aos utilizadores, reflectido nos sucessivos atrasos. O local de recolha do *Larmanjat* [Fig.115] situava-se no denominado *Bairro Tertuliano*, paralelo ao Largo da Graça [Fig.116], que começava afirmar-se cada vez mais como a principal entrada da vila. Os constrangimentos anteriormente referidos, aliados ao início das obras do caminho-de-ferro, ditaram o seu fim, em 1875. A 30 de Dezembro de 1886, chegava a primeira locomotiva à estação de comboios [Fig.117]. O ‘encurtar de distâncias’ trouxe algum progresso, começando por atrair alguma elite ‘lisboeta’, que aqui procurava as termas dos Cucos e a bela Praia de Santa Cruz. Esta dinâmica socioeconómica atraiu novos investimentos ao nível dos transportes, com as primeiras *carreiras de camionetas* para Lisboa e para a referida Praia. A estação de caminho-de-ferro torna-se no principal polo de atracção dos investidores e dado à sua distância em relação ao centro, houve a necessidade de ligar esses dois polos. Para o efeito foram construídas as duas primeiras vias que se afirmariam como as principais avenidas da primeira década do século XX: Actuais Av.Tenente Valadim e a Av. 5 de Outubro (antiga Avenida Casal Ribeiro) [Fig. 120]. No entanto, a Av. Tenente Valadim, só no séc. XX, é que conheceu a actual configuração, já que anteriormente, ela não comunicava com a Av. Casal Ribeiro [Fig. 120],

passando sim, pelo interior do *Bairro da CP* [Fig. 119], iniciado no final do séc. XIX. A Av. Casal Ribeiro passou a ligar duas zonas fundamentais da vila: Estação [Fig.117] e Largo da República [Fig.118].



Figura 117 - Inauguração da Estação do Caminho-de-ferro da vila. (BMTV, 2012)



Figura 118 - Antigo Largo da República-início do séc. XX. (BMTV, 2012)



Figura 119 - Habitação dos funcionários do Caminho-de-ferro. (Autor,2013).

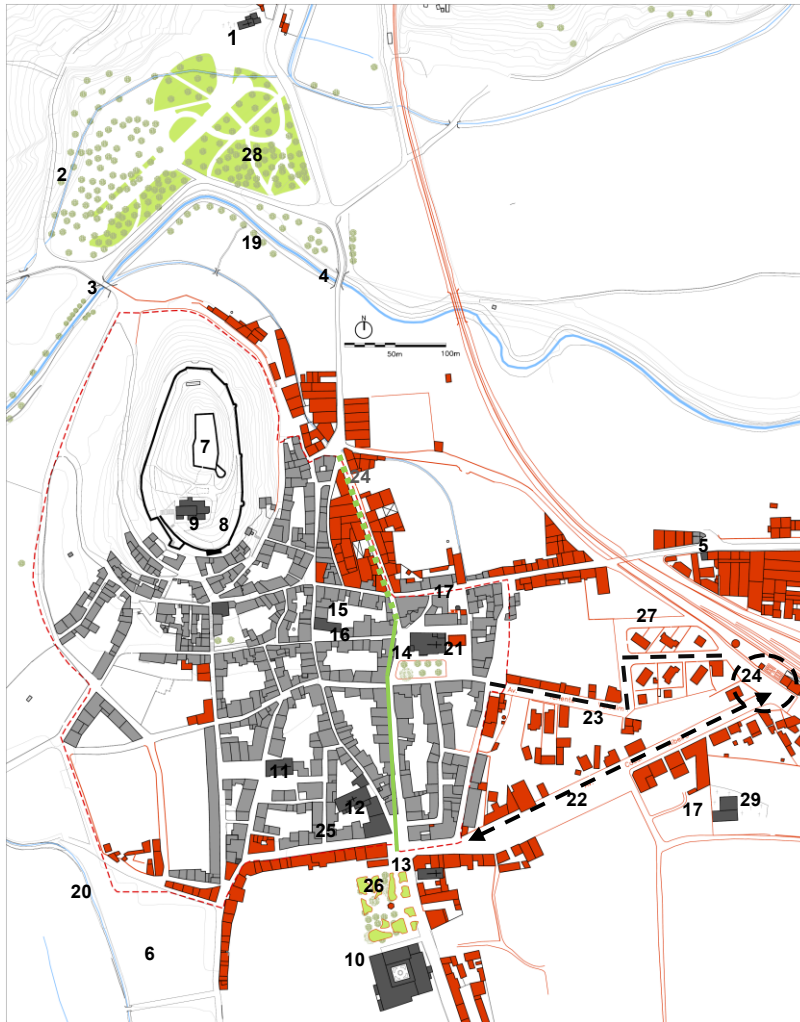


Figura 120 - Antiga Av. Casal Ribeiro (Av. 5 de Outubro), direcção ao antigo Largo D. Carlos I (Praça 25 de Abril). (BMTV, 2012)



Figura 121 - Zona de armazéns, a nascente do Castelo. Início do séc. XX. (BMTV, 2012)

Começam a surgir novas indústrias [Fig. 121], com maior capacidade de produção, agora aliada ao facto de poderem exportar os seus produtos, factor determinante para atrair empresários dos concelhos vizinhos, que aqui se estabeleceram e criaram vários postos de trabalho. A 'Rua da Estação' [Fig.122] assume-se como a mudança de paradigma do urbanismo da vila torriense. A nível habitacional, destaca-se as moradias isoladas, onde morava a elite. Para além de se apresentar com dimensões mais generosas (16 a 26m de largura), era dotada de passeios e árvores e no dia 28 de Janeiro de 1888, passa a contar com iluminação pública a gás. A iluminação de algumas vias, através dos candeeiros a petróleo, já vinha a ser testada desde 1862, voltando a ser recuperada entre 1891 e 1912, devido aos problemas provocados pelas instalações a gás. Só em 1912 é que começam a ser executadas as infraestruturas necessárias para que a iluminação pública fosse garantida pela electricidade. Ainda nas últimas décadas do séc. XIX, começa-se a desenhar uma nova centralidade comercial, promovida pela inclusão de um novo equipamento, junto à Igreja de S. Pedro: Mercado do Peixe (1880) [Fig.123]. Com a mudança da *Feira do Gado* para a Várzea, o Choupal é transformado num Parque Verde [Fig.124].



1. Ermida de N^a Sr.^a do Amial (a.1337)
2. Chafariz de S. Miguel (a.1267)
3. Ponte de S. Miguel (sentido Santa Cruz e Ericeira)
4. Ponte da Mentira (sentido Lourinhã, Peniche e Caldas da Rainha)
5. Ermida de S. Gião dos Sapateiros (Séc.XVI)
6. Campo da Feira
7. Castelo
8. Muralha do castelo
9. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc.XII/XIII) e relógio do município.
10. Convento de N^a S^a da Graça (1547, início da construção)
11. Igreja Matriz de S. Tiago – séc. XIII (Reconstrução, séc. XVI)
12. Hospital da Misericórdia (a. 1520)
13. Ermida de Santana
14. Igreja Matriz de S. Pedro – séc. XIII (Reconstrução, séc. XVI)
15. Paços do Concelho (Reconstrução, séc. XVI)
16. Fonte da Praça do Município (1776)
17. Chafariz dos Canos (a.1321)
18. Ermida de S. João (1490)
19. Rio Sizandro
20. Ribeira de Alpilhão
21. Mercado do Peixe (1880-1930)
22. Av. Casal Ribeiro (1888)
23. Rua Tenente Valadim (décadas de 1880-90)
24. Estação do caminho-de-ferro (1886)
25. Rua Dias Neiva com ligação aos 'Polomes' (2^a metade do séc. XIX)
26. Largo da Graça
27. Bairro da 'CP'. Finais do séc. XIX, início do séc. XX
28. Parque do Choupal
29. Cemitério Municipal (1848)

Fig. 122 - Reconstituição do crescimento urbano da vila, durante o séc. XIX. (Autor, 2013)

- Rua Dias Neiva
- ← - - - - - Av. 5 de Outubro (antiga Av. Casal Ribeiro)
- - - - - Av. Tenente Valadim (antiga Rua Tenente Valadim)



Figura 123- Antigo Mercado do Peixe, junto à Igreja de S. Pedro, séc. XIX-XX. (BMTV, 2012)



Figura 124- Parque do Choupal, início do séc. XX. (BMTV, 2012)

A planta anterior [Fig.122] representa o desenvolvimento urbano da vila durante o séc. XIX. A 1^a metade do século fica marcada pela construção dos fortes de S. Vicente, da Forca de Olheiros e de S. João, no âmbito do sistema defensivo *Linhas de Torres Vedras*.

Por outro lado, é na última metade que se terá verificado o início do crescimento periurbano, com a chegada do comboio, em 1886, obrigando o antigo núcleo medieval a prolongar-se para nascente – Estação do Caminho-de-ferro. De facto, a génese da reconfiguração urbana da vila é indissociável à chegada do comboio, mas por outro lado, as alterações significativas à toponímia local ficaram a dever-se, essencialmente aos episódios militares, nacionais e locais: Rua e Largo Mouzinho de Albuquerque; Largo Wellington; Rua Serpa Pinto; Rua Almirante Gago Coutinho, entre tantos outros exemplos.

3.1.4. Século XX: De Vila, a Cidade

Apesar do desenvolvimento trazido pelo comboio e pelas indústrias, Torres Vedras chegava ao séc. XX com uma matriz socioeconómica fortemente rural, sentida não só na sua dimensão e cultura, mas também na paisagem urbana, onde o campo ainda penetrava a urbe e as igrejas se mantinham como elementos referenciais da sua morfologia [Fig.125].



Figura 125- Vista geral, início do séc. XX, destacando-se as igrejas e o Convento da Graça. (BMTV, 2012)



Figura 126 - Turistas, junto ao Chafariz dos Canos. (BMTV, 2012)



Figura 127 - Transportes de Aluguer de Ruy da Costa Lopes: Torres Vedras – Santa Cruz. Largo da Graça, séc. XX. (BMTV, 2012)

O ruído das carroças vai-se desvanecendo, substituído pelo zumbido das locomotivas.. Para além das vias de comunicação mais generosas, o ‘progresso’ também traz novas tipologias, como os hotéis [Fig. 129], comércio e oficinas de automóveis [Figs.127 e 128], dos quais ainda se mantém o Hotel Império [Fig. 131]. No final do séc. XIX, início do séc. XX, surge um novo elemento no quotidiano dos torrienses: o automóvel [Fig. 126]. Este novo veículo começa, aos poucos, a retirar importância ao comboio. Este processo, apesar de lento, provoca uma profunda transformação urbanística, reforçando estimulando o crescimento periurbano, ou seja, fora dos limites da já desaparecida muralha.

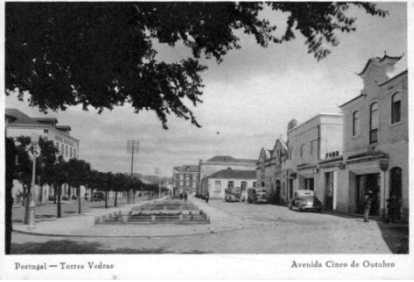


Figura 128 - Av. Casal Ribeiro. (BMTV, 2012)

Figura 129 - Av. Casal Ribeiro, com o desaparecido Hotel Central (Esq.) e o actual edifício dos Paços do Concelho (Dir.). (BMTV, 2012)



Os negócios ligados à produção de vinho, também aproveitaram esta nova oportunidade, levando Abel Pereira da Fonseca a instalar na Av. Tenente Valadim [Figs. 130 e 132], um dos seus maiores armazéns vitivinícolas, aproveitando para transportar o vinho para Lisboa, onde o exportava por via marítima. O desenvolvimento industrial também se reflectiu no centro histórico, com a instalação de duas empresas, perto da igreja de S. Tiago e que tiveram um papel importante no desenvolvimento socioeconómico da vila: *Moagens Clemente* e *Casa Hipólito*. A empresa *Casa Hipólito, Lda* [Figs.133 e 134] fundada pelo industrial António Hipólito, em 1900, iniciou-se como uma pequena latoaria de utensílios de apoio à vitivinicultura, até que em 1910, inicia a produção de pulverizadores, inspirados nos modelos das marcas francesas ‘Gobet’ e ‘Vermorel’.



Figura 130 - Av. Tenente Valadim, aqui já ligada à Av. Casal Ribeiro. (BMTV, 2012)

Figura 131 - Carnaval de Torres Vedras, junto ao Largo da Graça e Hotel Império. (BMTV, 2012)



Figura 132 - Armazéns Abel Pereira da Fonseca - Av. Tenente Valadim. (BMTV, 2012)

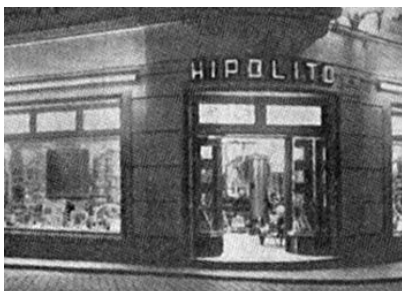
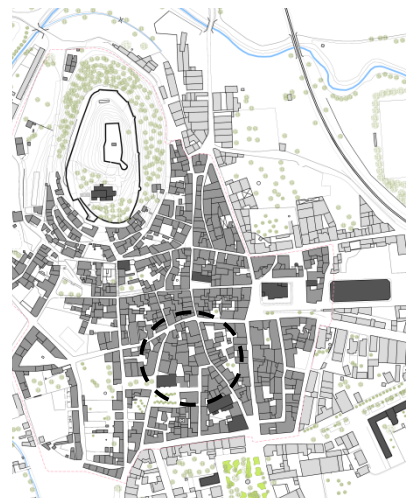


Figura 133 - Loja da Casa Hipólito. (BMTV, 2012)

Figura 134 - Quarteirão ocupado pelas instalações da Casa Hipólito, Lda. (Autor, 2013)



Após alguns anos, a empresa afirma-se a nível nacional, começando a aumentar a quantidade e variedade de produtos, dos quais se destacaram as lanternas e fogões a petróleo, cuja produção teve início em 1933. Estes novos produtos garantiram sua

internacionalização, através da exportação dos utensílios. As suas instalações ocupavam grande parte do quarteirão junto à Igreja de S. Tiago, chegando mesmo, a encostar à própria igreja. Aquando do seu fecho definitivo em 1990, grande parte do processo de fabrico, decorria em instalações localizadas na periferia da urbe. No entanto, devido ao atribulado processo de falência da empresa, o antigo complexo instalado no centro histórico, permaneceu expectante ao desenrolar dos acontecimentos. Esta demora levou à ruína e destruição dos edifícios, criando um 'vazio urbano' numa zona nuclear do caso de estudo, localizada junto a uma das principais ruas comerciais (Rua Serpa Pinto) e à Igreja de S. Tiago. Actualmente, transformado em parque de estacionamento público [Figs.135-137], este espaço continua à espera de um futuro melhor, certamente comprometido pela actual crise económica, na certeza porém, de que se trata de uma zona privilegiada, até pela dialética que mantém com o castelo [Fig. 137].



Figura 135- Local das antigas instalações da desaparecida Casa Hipólito. (Autor, 2013)



Figura 136- Estacionamento junto à Igreja de S. Tiago (local da antiga Casa Hipólito). (Autor, 2013)



Figura 137- Vista privilegiada sob o Castelo (local da antiga Casa Hipólito). (Autor, 2013)



Figura 138- Bombeiros Voluntários, no antigo Paços do Concelho, 1904. (BMT, 2013)

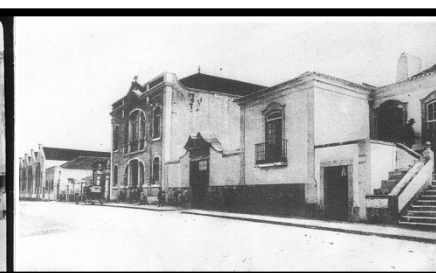


Figura 139- Teatro-Cine, Av. Tenente Valadim, 1923. (BMTV, 2013)

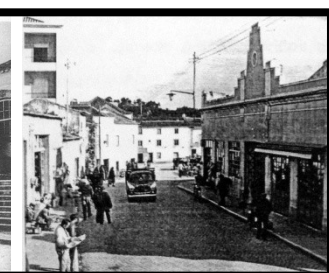


Figura 140- Mercado Municipal, 1930. (BMT, 2013)

Para além da industrialização, deu-se a instalação de novos equipamentos: Bombeiros Voluntários [Fig.138], Teatro-Cine Ferreira da Silva [Fig.139] e Mercado Municipal [Fig.140]. O antigo Mercado Municipal estava implantado ao lado (poente) do actual edifício. Os Bombeiros Voluntários instalaram-se no piso térreo do antigo edifício dos Paços do Concelho em 1904 e só em 1934, é que conseguiram um novo quartel, já desaparecido, que se encontrava implantado ao lado dos CTT, na rua António Batalha Reis.

Ainda em 1934, foi contratado o arquitecto Miguel Rosa Jacobetty (1901-1970), para desenvolver o projecto de requalificação do Largo da Graça [Fig. 141]. Para além de ter sido o autor do projecto do Estádio Nacional do Jamor (1944), destacara-se no processo de urbanização do Bairro de Alvalade (Lisboa), nomeadamente com o projecto do denominado Bairro de S. Miguel (1949-51). O principal objectivo da edilidade torriense seria a afirmação deste jardim (Largo da Graça), como local público de excelência, ou não fosse ele o principal polo da administração local da época: Paços do Concelho, Tribunal, Serviços Municipalizados, C.T.T, Finanças [Anexo 14].

O crescimento urbano da vila sofre uma mudança de paradigma na década de 1940, com a construção de um bairro habitacional na zona sul, junto ao antigo Convento da Graça. Depois da Av. Casal Ribeiro e Av. Tente Valadim, trata-se da primeira intenção clara e programada de iniciar um processo de urbanização, cujo autor do projecto foi novamente Jacobetty. A última proposta conhecida, data de 1947 [Fig.142]. Trata-se de um plano ambicioso, que terá começado, primeiramente com a execução do bairro junto ao antigo Convento, onde se destacam os princípios urbanísticos do *Estado Novo*, por um lado e por outro, a forma clara e objectiva como o arquitecto representa a matriz urbana do centro histórico, transmitindo a sua génese racional. [anexos 14-17].

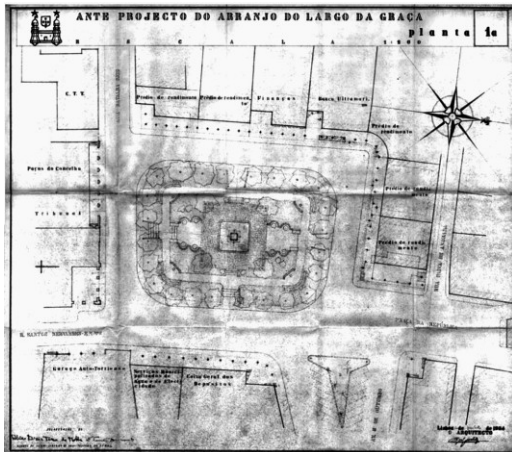


Figura 141- Anteprojecto para o Largo da Graça (Jacobetty, 1934). (DGOTDU, 2012)



Figura 142 - Plano de Urbanização de Torres Vedras (Jacobetty, 1947). (DGOTDU, 2012)

Em 1979, ano da ascensão da vila a cidade, o crescimento urbano continua essencialmente para sul, afastando cada vez mais os novos bairros, do centro histórico, que inicia um processo de estagnação que se prolongará até ao séc. XXI. O séc. XX ficou marcado pelo crescimento periurbano, tanto para sul (habitação, serviços e ensino), como para nascente (transportes, comércio, serviços e industria). Além disso, destaca-se o facto de haver alguma preocupação no processo de urbanização, encarando a urbe como um todo e não como uma soma das partes. No entanto, para além de não se ter respeitado o plano na íntegra, verifica-se um crescente afastamento em relação ao centro, o que de certa

forma se compreende, devido à localização do mesmo: limitado a norte pelo morro do castelo, a nascente pela linha de caminho-de-ferro e a poente pela várzea.

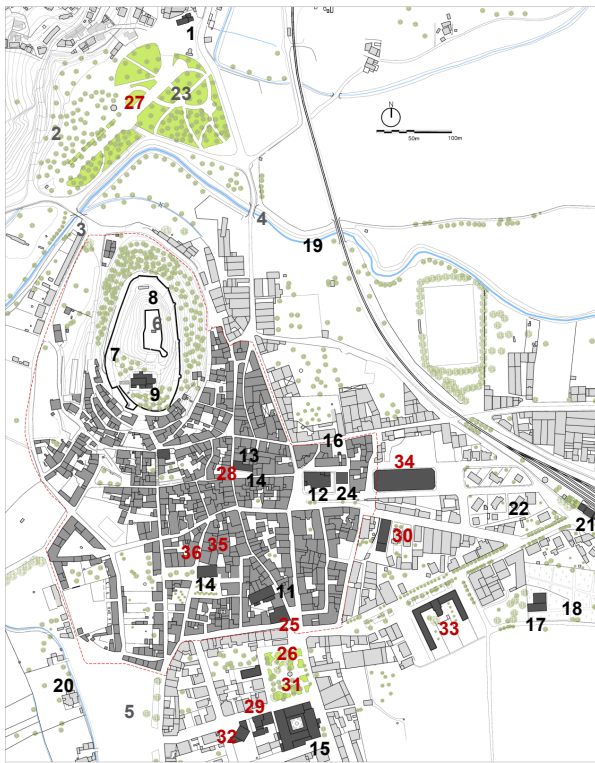


Figura 143- Planta, 1ª metade do séc. XX. (Autor, 2013)

1. Ermida de N^a Sr.^a do Amial (a.1337)
2. Chafariz de S. Miguel (a.1267)
3. Ponte de S. Miguel (sentido Santa Cruz e Ericeira)
4. Ponte da Mentira (sentido Lourinhã, Peniche e Caldas da Rainha)
5. Campo da Feira
6. Castelo
7. Muralha do castelo
8. Cisternas Romanas
9. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc.XII/XIII) e relógio do município.
10. Igreja Matriz de S. Tiago – séc. XIII (Reconstrução, séc. XVI)
11. Igreja da Misericórdia (Séc.XVII)
12. Igreja Matriz de S. Pedro – séc. XIII (Reconstrução, séc. XVI)
13. Paços do Concelho (Reconstrução, séc. XVI)
14. Fonte da Praça do Município (1776)
15. Convento de N^a S^a da Graça (1547, início da construção).
16. Chafariz dos Canos (a.1321)
17. Ermida de S. João (1490)
18. Cemitério Municipal (1848)
19. Rio Sizandro
20. Ribeira de Alpilhão
21. Estação do caminho-de-ferro (1886)
22. Bairro da «CP». Finais do séc. XIX, início do séc. XX
23. Parque do Choupal
24. Mercado do Peixe (1880-1930)
25. **Escola Comercial António Augusto Cabral**
26. **Coreto – Graça**
27. **Coreto - Choupal**
28. **Bombeiros Voluntários (Paços do Concelho, 1904-1930)**
29. **Edifício dos CTT**
30. **Teatro-Cine Ferreira da Silva (1923)**
31. **Melhoramento do Largo da Graça (década de 1930)**
32. **Quartel de Bombeiros Voluntários (1930)**
33. **Edifício Municipal (1918) – Escola Comercial e Associação Física.**
34. **Mercado Municipal (1930)**
35. **Casa Hipólito**
36. **Moagens Clemente**

Principais edifícios da 2ª metade, até 1979:

37. **Palácio da Justiça**
38. **Escola Secundária Henriques Nogueira**
39. **GNR**

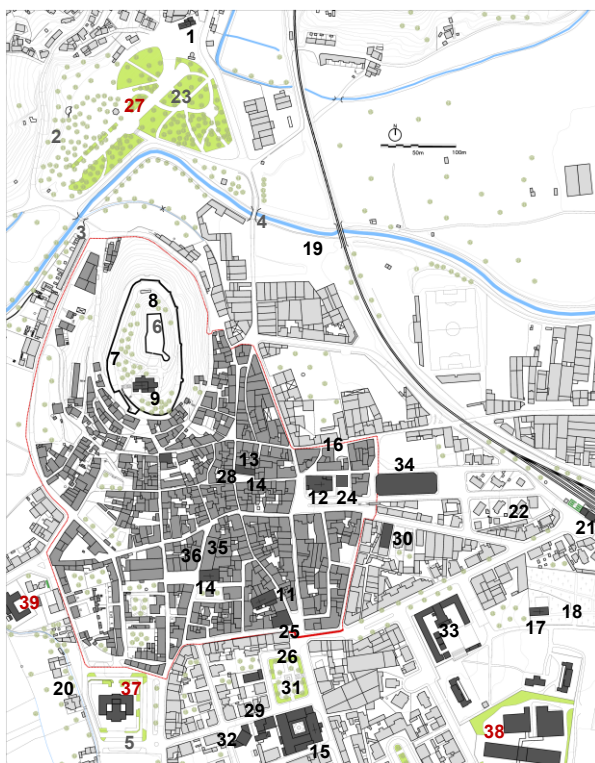


Figura 144- Planta, 2ª metade do séc. XX (até 1979). (Autor, 2013)

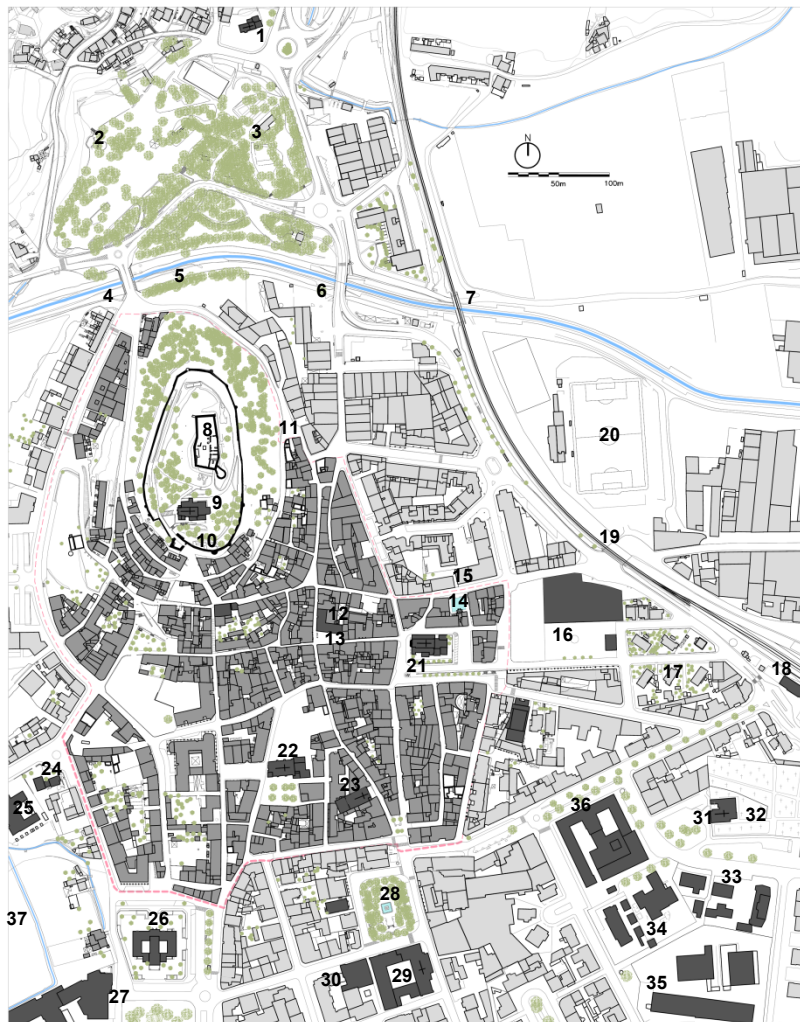
3.2. Morfologia Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras do Séc. XXI

Manfredo Tafuri, Carlo Aymonino, Léon Krier ou Aldo Rossi, são alguns dos muitos arquitectos que se dedicaram ao estudo da morfologia urbana, cujas obras reflectem a forma distinta de cada um, em perceber e representar os casos de estudo. Leitura sensorial ou fenomenologia são termos/conceitos que ganharam maior importância a partir das décadas de 1950-60, sobretudo como reacção ao urbanismo desenvolvido pelos arquitectos do movimento moderno, para os quais o Lugar não condicionava as opções tomadas, revelando a sua total confiança num modelo conceptual de valor universal que poderia ser reproduzido em qualquer Lugar.

Conhecer a identidade de um centro histórico, requer uma profunda análise ao Lugar, onde os edifícios singulares têm um papel determinante na morfologia urbana, construída pelas pessoas e para as pessoas, fruto de uma evolução espontânea das sociedades ao longo dos séculos. Os edifícios singulares/referenciais são os elementos que estruturam o tecido urbano: Castelo, Paços do Concelho, Igrejas, Chafariz dos Canos, entre outros. Estes edifícios antigos destacam-se pela sua qualidade estética e pela passagem de testemunho da memória colectiva. Além disso, são pontos focais que permitem um melhor sentido de orientação a quem percorre o espaço e estão, geralmente, associados a espaços públicos de excelência: Jardins, largos ou praças. Porém, a essência deste centro histórico não são os edifícios eruditos, mas sim a arquitetura vernacular, já que representa a maior parte do edificado. Estes núcleos urbanos são uma estrutura complexa, que deve ser lida e transmitida como um único objecto, composto por várias peças, onde cada uma tem uma função, afinal, o que importa é a simbologia e harmonia do conjunto, composto por engenharia e arquitectura, por estética e tectónica, por cheio e vazio, tudo materializado numa série de elementos urbanos, distribuídos segundo uma determinada hierarquia: Igrejas, praças, largos, ruas, casas, entre outros. A relação entre geografia e arquitectura, observador e Lugar, é fundamental para a sistematização deste tipo de leitura urbana.

Os núcleos urbanos dividem-se, essencialmente em duas zonas distintas: Espaço público e espaço privado. As zonas públicas são os principais elementos geradores de intervenção/apropriação colectiva. Porém, as zonas privadas, são as principais células do tecido urbano e como todas as células, sentem a necessidade de se regenerarem. Apesar da importância do conjunto, seja ele cheio ou vazio, interior ou exterior, forma ou função, há que admitir a importância da forma na preservação da memória colectiva. É toda esta complexidade que caracteriza a morfologia urbana, que só pode ser compreendida, tendo em conta a evolução da sua matriz fundacional e a confrontação entre tradicional e moderno. A interacção entre observador e Lugar é fundamental para o conhecimento da sua Identidade.

3.2.1. Matriz Urbana: O Centro e a Cidade



1. Ermida de N^a Sr.^a do Amial (a.1337)
2. Chafariz de S. Miguel
3. Parque do Choupal
4. Ponte de S. Miguel (sentido Santa Cruz e Ericeira)
5. Rio Sizandro
6. Ponte Mentira
7. Ponte Metálica, Caminho-de-ferro
8. Castelo
9. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc. XII/XIII) e relógio do município.
10. Muralha do Castelo
11. Provável Ruína da Muralha Medieval (Largo do Alfazema)
12. Paços do Concelho (a. 1337)
13. Fonte do Município (séc. XVIII)
14. Chafariz dos Canos (a.1321)
15. Ruína da Muralha Medieval
16. Mercado Municipal – séc. XXI
17. «Bairro da CP» -séc. XIX-XX
18. Estação dos Comboios – séc. XIX
19. Caminho-de-ferro – séc. XIX
20. Estádio José Manuel Marques – séc. XX
21. Igreja Matriz de S. Pedro – séc. XIII
22. Igreja Matriz de S. Tiago – séc. XIII
23. Igreja da Misericórdia -séc. XVII
24. Estradas de Portugal – séc. XX
25. Guarda Nacional Republicana – séc. XX
26. Palácio da Justiça – séc. XX
27. Quartel de Bombeiros – 1981
28. Praça 25 de Abril – séc. XIX
29. Igreja da Graça e Museu Municipal Leonel Trindade
30. Edifício dos CTT (séc. XX)
31. Capela de S. João -1490
32. Cemitério – 1846
33. Equipamento Escolar – séc. XX
34. Equipamento Escolar – séc. XX
35. Escola Secundária Henriques Nogueira – séc. XX (1987)
36. Câmara Municipal – séc. XX e séc. XXI
37. Ribeira de Alpilhão

Figura 145- Planta da cidade, séc. XXI (Autor, 2013)



Figura 146 - Evolução urbana do centro histórico de Torres Vedras e sua relação com a restante cidade. (Autor, 2013)

3.2.2. Limites: Uma Reflexão Crítica

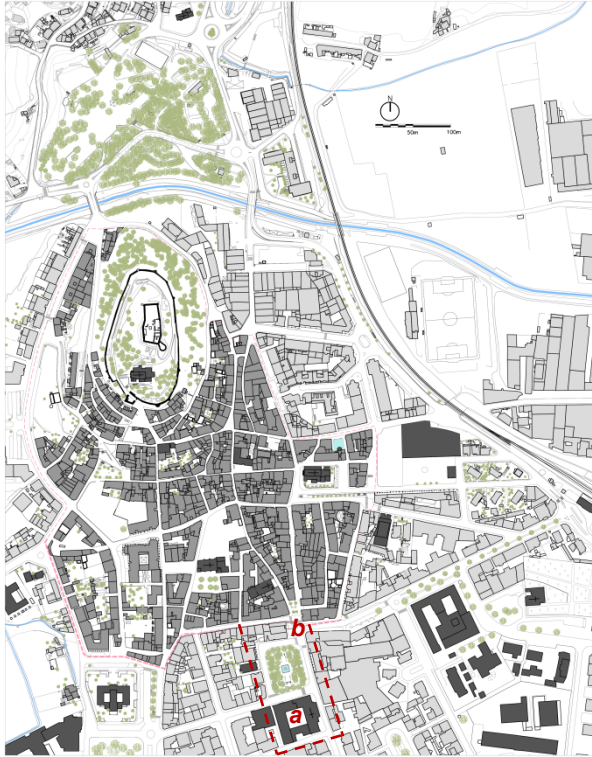


Figura 147- Planta da cidade, séc. XXI (Autor, 2013)



Figura 148- Esquisso da Igreja do Convento de Nª Sr.ª da Graça. (Autor, 2013)



Figura 149 - Esquisso do Hotel Império – Ligação entre Praças: República e 25 de Abril (Graça). (Autor, 2013)

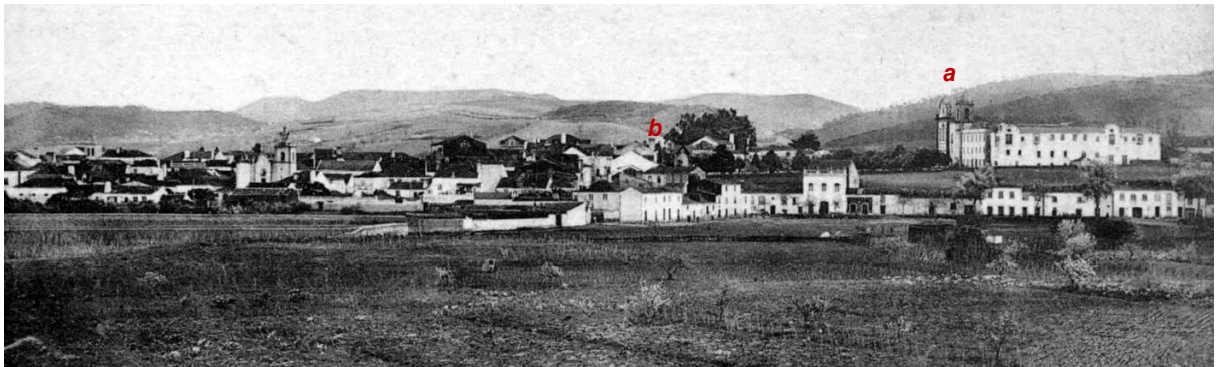


Figura 150 - Vista geral da vila, sentido poente-nascente, início do séc. XX. (BMTV, 2013)

A actual Praça 25 de Abril, mais conhecida por Jardim/Largo da Graça, não é tão antiga como o Convento de Nª Sr.ª da Graça (séc. XVI), pelo menos tal como a conhecemos. Apesar disso, é inegável a importância deste espaço na ligação da vila ao Convento. Hoje é essencialmente, um local de passagem, tendo como principais utilizadores os idosos que aproveitam os bancos de jardim e a sombra para conviverem. Devido ao seu valor histórico e à ligação física com o centro, entende-se que deveria pertencer ao conjunto classificado, não só pela importância que teve no passado, mas principalmente pelo valor que tem no presente, afinal trata-se de um documento histórico, que nos reporta não só à história do actual edifício, mas também à sua 1ª fundação, no séc. XIV, junto à Várzea.

3.2.3. Elementos Desaparecidos



1. Ermida S. Gião dos Sapateiros
2. Igreja Matriz de S. Miguel (séc. XII/XIII)
3. Paço do Alcaide (séc. XVI-XVII)
4. Capela de S. Miguel (séc. XIV-?)
5. Paço Régio (séc. XIV-?)
6. Casa da Mercê (?)
7. Paço do Patim/ dos Alarcões (?)
8. Ermida de S. Francisco (?)
9. Convento de Santo Agostinho (séc. XIV-1544)
10. Adega do Relego (?)
11. Açougues (?)
12. Paço Régio (Casa Tavares) (?)
13. Capela de Santo António (séc. XVII-XIX)
14. Ermida de N^a Sr^a do Rosário (?)
15. Mercado Municipal (1930- 2008)
16. Mercado do Peixe (1880-1930)
17. Passo (Sr. dos Passos) de Santana (até séc. XX)
18. Ermida de Santana (até séc. XIX)
19. Recolha de Larmanjat (1873-75)
20. Gafaria de Santo André (até. Séc. XVI)

[ver anexo 21]

Figura 151- Planta da cidade, séc. XXI. (Autor,2013)



Figura 152- Antigo mercado do Peixe, por trás da Igreja de S. Pedro (Largo Wellington). (BMTV,2013)



Figura 153 - Antigo Mercado Municipal, construído em 1933. (BMTV,2013)



Hotel Império

Antigo Passo

Figura 154 - Praça da República, início do séc. XX. (BMTV,2013)

3.2.4. Espaço Público

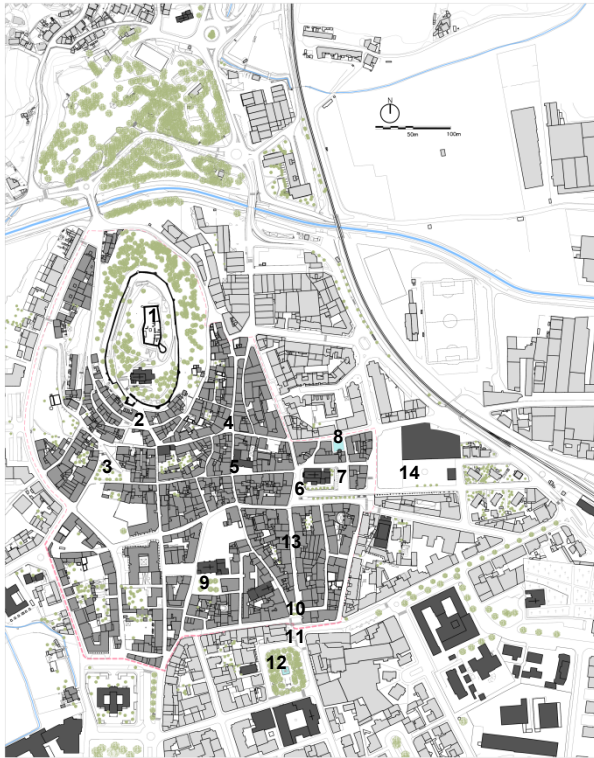


Figura 155 - Localização: Espaço Público. (Autor, 2013)



Figura 156 (1) - Jardim do Castelo. (Autor,2013)



Figura 157 (2) - Largo Cor. Morais Sarmento. (Autor,2013)



Figura 158 (3) - Largo de Santo António. (Autor,2013)



Figura 159 (4) - Largo Frei Eugénio Trigueiros. (Autor,2013)



Figura 160 (5) - Praça do Município. (Autor,2013)



Figura 161 (6) - Largo de S. Pedro. (Autor,2013)



Figura 162 (7) - Largo Wellington. (Autor,2013)



Figura 163 (8) - Largo Infante D. Henrique. (Autor,2013)



Figura 164 (9) - Praça Machado dos Santos. (Autor,2013)



Figura 165 (10) - Praça da República. (Autor,2013)



Figura 166 (11) – Pr. da República e Rua Paiva de Andrade (antiga rua das Olarias). (Autor,2013)



Figura 167 (12) – Praça 25 de Abril. (Autor,2013)



Figura 168 (13) – Rua 9 de Abril. (Autor,2013)



Figura 169 (14) – Mercado Municipal. (Autor,2013)

3.3. A Imagem do Lugar: Um Outro Olhar



Figura 170 – Esquisso – Igreja de Santa Maria do Castelo. (Autor,2012)



Figura 171 – Esquisso – Largo Mouzinho de Albuquerque. (Autor,2012)



Figura 172 – Esquisso – Igreja de S. Pedro (Autor,2013)



Figura 173 – Esquisso – Igreja de S. Pedro e Largo Wellington. (Autor,2013)

A fenomenologia, sendo uma forma de percepção do espaço, não pode restringir-se à sua tridimensionalidade (espaço), é necessário introduzir a 4ª dimensão (tempo): espaço-tempo. Só com o movimento, conseguimos várias perspetivas e uma leitura sensorial e meticulosa do espaço, resultante do contacto directo entre observador e caso de estudo [apêndice XIX]. Esta análise permite, igualmente, conhecer aspectos singulares, como a cor, os revestimentos ou a tectónica [apêndices XI-XVI].



Figura 174 – Esquisso – Igreja de S. Tiago e Praça Machado dos Santos. (Autor,2013)



Figura 175 – Esquisso – Rua José Eduardo César. (Autor,2013)



Figura 176 – Esquisso – Início da Rua 9 de Abril. (Autor,2013)



Figura 177 – Esquisso – Paços do Concelho (Autor,2013)



Figura 178 – Esquisso – Chafariz dos Canos e Largo Infante D. Henrique. (Autor,2013)

Só através desta simbiose, entre arquitecto e contexto, será possível conhecer a verdadeira Identidade do Lugar, questão fundamental para quem pretende intervir num centro histórico, afinal, “(...) *projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem (...)*” (Távora, 2006, p.74).

CONCLUSÃO

Ao abordar o tema património arquitectónico, torna-se incontornável o estudo as teorias 'românticas' de Ruskin e de Viollet-le-Duc, acima de tudo pela forma diferenciada como eles defendiam a intervenção no património. Ruskin, o inglês conservador que era contra a introdução de novos elementos, defendia a conservação absoluta da matéria e do estilo, mas ao mesmo tempo opunha-se às imitações. Viollet-le-Duc, o progressista francês, 'pai da arquitectura moderna', aceitou a introdução de novos elementos, encontrando no ferro a oportunidade de aproveitar o que para ele seria o maior legado da arquitectura gótica: a estrutura. Nascia assim no final do séc. XIX, duas visões distintas de valorização do património: inglesa e francesa. Os actuais conceitos de património e memória colectiva estão alicerçados nas teorias desses dois pensadores do séc. XIX.

A presente dissertação apoiou-se nestas teorias, mas de forma crítica, tentando absorver o que de melhor cada uma tem para oferecer ao exercício da arquitectura do séc. XXI. Independentemente das questões ideológicas, ambos contribuíram para uma abordagem revolucionária sobre a arquitectura: percepção sensorial do espaço, a génese da fenomenologia. A fenomenologia esteve na base da metodologia de percepção do espaço em análise.

O espaço físico é o reflexo da história e identidade de cada povo, logo os centros históricos são o melhor portador desse legado. Muitos desses núcleos antigos encontram-se decadentes e despovoados devido à sua estagnação: impossibilidade de adaptação; ruptura com a cidade moderna; legislação muito rígida; acesso automóvel. Por outro lado, essa estagnação também foi influenciada pela ausência de um planeamento que defendesse e promovesse a sua integração nas dinâmicas de crescimento urbano das cidades. Muitos dos planos de crescimento periurbano não tiveram em conta a identidade do Lugar, desligando as zonas novas das zonas antigas. Ao longo do séc. XX foram redigidos vários documentos com o objectivo de alertar entidades públicas e privadas para a necessidade de reabilitação do património. Num primeiro momento, os seus autores concentraram-se na conservação dos monumentos ou edifícios isolados, mas rapidamente perceberam que o conjunto urbano é aquele que melhor preserva a memória colectiva. O ponto de viragem dá-se com a elaboração da Carta de Veneza de 1964, que introduz o conceito de *conjunto arquitectónico*, surgindo como que uma reacção à *Carta de Atenas* de 1933, que contempla os princípios urbanísticos de carácter universal, difundidos pelo movimento Moderno: construir de raiz de forma funcional e racional. Com a *Carta de Veneza*, o património deixa de ser valorizado apenas pela sua beleza ou imponência e passa a ser um elemento transmissor do legado histórico de cada Lugar.

No âmbito desta crescente valorização do património, surge o plano de reabilitação do centro histórico de Bolonha, na década de 1970, que demonstrou ser possível passar da teoria, à prática com sucesso, mesmo num espaço de grande dimensão. A gestão integrada, através da cooperação entre entidades públicas e privadas, ter-lhe-á dado uma projecção internacional. Porém, a valorização da arquitectura não erudita, só se manifesta, formalmente, através da *Carta Europeia do Património Architectónico*, de 1975, onde se constata uma tomada de consciência de que a história de cada nação encontrava-se materializada, sobretudo, nos conjuntos urbanos com uma arquitectura mais modesta, dita vernacular. Em 1987, a *Carta de Washington* alertava para a necessidade de defesa das cidades históricas, afinal são elas o maior repositório da história de cada nação, representativo da sua identidade. Por essa razão, este documento centra-se na necessidade de reabilitação de cidades, vilas, centros ou bairros, portadores de memória colectiva, mas de forma integrada e sustentável, através da utilização do património e não da sua ‘museificação’.

Apesar das normais divergências, a maioria da legislação ou directivas desenvolvidas partiram da tomada de consciência dos seguintes problemas: falta de habitantes; recessão do comércio tradicional; especulação imobiliária; problemas de acessibilidades; condições de habitabilidade; degradação do património; identidade e memória coletiva. Cada cultura, cada sociedade, tem necessidades diferentes, exigindo soluções igualmente distintas: respeito pela identidade de cada edifício/Lugar. Quanto à forma de intervenção, julga-se fundamental a capacidade de inovar sem ter de comprometer a singularidade/identidade, seja de um edifício ou de um Lugar. Para tal é necessário ter consciência dos problemas, mas acima de tudo, ter a coragem de combatê-los, definindo estratégias concertadas por forma a salvaguardar o património existente. Este combate só pode ser ganho através da educação, formação e principalmente pela “(...) *utilização ética das nossas heranças edificadas (hoje comercializadas sob o vocábulo de património)*(...)” ou pela “(...) *participação colectiva na produção de um património vivo (...)*” (Choay, 2011, p.51).

Qualquer centro histórico para ser classificado como tal, e distinguir-se do núcleo antigo, tem de lhe ser reconhecidas características distintas: antiguidade secular de edifícios singulares; homogeneidade urbanística e arquitectónica; simbolismo cultural; identidade e memória coletiva. Um centro histórico é um espaço físico e sensorial que compõe a morfologia urbana. Aqui, mais do que em qualquer outro sítio, não existem formas isoladas, o que importa é o valor do conjunto.

O plano de reabilitação do centro histórico de Torres Vedras assenta sobre os princípios de gestão integrada, através do programa *Torres ao Centro* que resulta de uma

parceria entre a autarquia e algumas associações locais. O objectivo desta parceria é dinamizar esta zona 'deprimida' da cidade, através da reabilitação de alguns edifícios, onde serão instaladas as associações. Paralelamente, foram reabilitados espaços públicos, geradores de vida colectiva: praças, largos e ruas.

A crise económica que vivenciamos tem provocado uma transformação profunda na sociedade do séc. XXI, obrigando a reconfiguração das nossas cidades. A 'gentrification' é uma iniciativa espontânea de revitalização dos centros históricos, que pode e deve aliar-se a outras iniciativas, mas para isso é necessário criar condições para que as pessoas possam voltar ao centro das cidades. Para tal é necessário 'coser a cidade nova à cidade antiga'. Em Torres Vedras já se verificam novas dinâmicas no centro histórico, promovidas essencialmente pela qualidade do espaço público: zonas pedonais; esplanadas; feira rural; concertos ao ar livre; uso de bicicleta. Presencia-se, igualmente, a reabilitação de alguns edifícios privados, na maioria junto aos largos reabilitados pela autarquia. Apesar de já ser notório um maior fluxo de pessoas pelas ruas, por outro lado, não se pode deixar de salientar o forte abandono dos espaços comerciais instalados no piso térreo dos edifícios, para o qual, é necessário ter em conta a crise económica e a abertura de grandes superfícies comerciais instaladas na periferia da cidade. Tendo em conta que as obras realizadas são recentes, julga-se precoce qualquer avaliação das políticas adoptadas, todavia é inegável que o centro histórico torriense se encontra num profundo processo de reconfiguração urbana, que permite pelo menos uma reflexão crítica.

Do estudo realizado, verifica-se que a orografia, aliada à hidrografia terão estado na génese do Lugar, já que o monte onde se encontra implantado o castelo, assim como o rio Sizandro, assumiram-se desde cedo como as principais premissas do desenvolvimento do povoado. Afinal, o castelo contou com uma presença humana quase contínua, desde a Idade do Ferro, até à 1ª metade do séc. XIX. Por outro lado, o rio, para além de ter sido navegável, foi uma das principais fontes de subsistência dos vários povos que por aqui passaram. Em termos urbanísticos, o rio e a ribeira de Alpilhão, assumiram-se como uma barreira ao crescimento urbano, devido às consequentes cheias e proximidade à urbe, acabando por definir os seus limites, a nascente, a norte a poente.

A matriz urbana fundacional deve-se ao *vicus* romano instalado na zona baixa, mais precisamente aos dois eixos reguladores do espaço: *cardus* e *decumanos*. Estes dois eixos perpetuaram-se ao longo dos séculos e ainda hoje se evidenciam na malha urbana da cidade. Da ocupação muçulmana, não existem dados morfológicos que comprovem a sua presença, apara além da toponímia (Ribeira de Alpilhão), dos achados arqueológicos e da possibilidade do castelo ter sido uma alcáçova árabe, secundado por uma *hisn* (povoação fortificada). Julga-se que a encosta do castelo terá sido povoada ainda nesta época, com o

desenvolvimento de uma *qarya* (aldeia) de dimensões consideráveis, ligando a zona alta à zona baixa.

A vila medieval deixou-nos um legado bem mais rico e complexo, porém, fortemente marcado pela influência do clero, tanto na organização administrativa, como no desenho urbano, já que as Igrejas seriam os principais eixos reguladores do espaço. Entende-se a atribuição da génese da cidade à Idade Média, porque de facto é nessa época que o Lugar se desenvolve e assume-se como vila, atingindo os limites que correspondem quase integralmente ao perímetro do actual centro histórico. Porém, é no séc. XVI, com o renascimento e com o investimento régio, que a vila beneficia de obras estruturais, que melhorarão significativamente a organização administrativa e a qualidade de vida da população. Desta época destacam-se os Paços do Concelho, o Chafariz dos Canos [apêndice XVIII] e o Convento de Nossa Senhora da Graça.

Um dos marcos históricos da então vila, foi a construção das *Linhas de Torres* no início do séc. XIX, dando ao Lugar uma projecção nacional e internacional, através da recuperação do estatuto militar. Para além do prestígio, terá beneficiado ainda, da execução da primeira cartografia, das obras de restauro do castelo que já se encontrava em ruína e da construção de vários fortes, destacando-se o Forte de S. Vicente. Ainda no séc. XIX, mas já em 1886, a vila assiste à chegada do Comboio, que preconizou a primeira expansão da então vila amuralhada, para a zona nascente, ligando a estação, ao centro da vila. Nasceram assim as duas primeiras avenidas: Av. 5 de Outubro e Av. Tenente Valadim.

Só no séc. XX, com o plano de urbanização da zona sul, desenvolvido pelo arquitecto Miguel Jacobetty, é que a vila sofre o primeiro grande crescimento para a zona sul, nos terrenos ladeados pela *Várzea Grande* e junto ao Convento de Nossa Senhora da Graça. Este plano resultou na construção de um bairro habitacional, composto por moradias e edifícios de rendimento. Apesar do desenvolvimento urbano, a vila manteve a sua ruralidade, até à década de 1980. Em 1979 a vila ascende a cidade e em 1985, é aprovado o primeiro PDM, permitindo acelerar o seu processo de urbanização. A várzea e o rio definiram que esse crescimento só poderia ser para sul, afastando cada vez mais a cidade nova do centro, contribuindo para o abandono e degradação da zona antiga. Esta situação agravou-se com a rigidez do anterior plano de salvaguarda do centro histórico que esteve em vigor sensivelmente durante duas décadas.

O traçado urbano resulta da intersecção de duas zonas geomorfologicamente distintas: monte e planície. A zona alta e a zona baixa apresentam características urbanísticas distintas. Enquanto, que, junto ao castelo e na encosta do monte os quarteirões apresentam-se com uma forma orgânica, tentando acompanhar a topografia existente, já na zona plana, verifica-se que os dois principais eixos (*cardus* e *decumanus*) permaneceram ao

longo dos séculos, praticamente intocáveis e ladeados por quarteirões que apresentam alguma regularidade, típica de um plano ortogonal.

Perante as reconstituições urbanísticas realizadas, verifica-se que a matriz urbana do centro histórico, não corresponde à imagem difundida durante o século XX e ainda alimentada no séc. XXI: urbanismo orgânico, que se desenvolveu de forma radial em torno do castelo, resultando em ruas estreitas e tortuosas. Este modelo conceptual não se verifica, julgando-se incompreensível continuar a cultivar este tipo de memórias artificiais. Existe de facto, uma matriz urbana cujos princípios racionais dão-se a conhecer pelos seus eixos reguladores, bem perceptíveis tanto na cartografia, como no contacto directo com o Lugar. Apesar da sua capacidade impar de reconfiguração ao longo dos séculos, o actual desenho urbano do centro histórico provém, maioritariamente da Idade Média e contraria irrefutavelmente, a ideia de um urbanismo orgânico e desordenado, à excepção das construções mais próximas ao castelo. No entanto, os dois principais eixos reguladores do espaço terão sido gizados anteriormente, ou seja durante a ocupação romana. Tal constatação, não significa que tenha sido um elemento estático, pois verificaram-se alterações importantes, como avanço ou recuo de edifícios, demolições de balcões e escadas, aterros ou abertura de travessas. No entanto, não comprometeram a essência da sua matriz fundacional, logo a sua identidade.

A presente investigação cumpre o objectivo de conhecer a identidade do centro histórico de Torres Vedras, através da sua análise morfológica e da reconstituição do desenvolvimento da sua matriz urbana. O conhecimento da sua génese fundacional, assim como a sua evolução urbanística, demonstra que o centro histórico em análise, nunca foi um elemento estático que permaneceu imutável desde a Idade Média até ao séc. XX. Pelo contrário, a sua matriz teve uma evolução dinâmica, correspondendo às necessidades da sociedade ou aos 'caprichos' da natureza.

Os estudos e as propostas apresentadas não pretendem afirmar-se como verdades absolutas, mas sim, como o início de um processo de representação do desenvolvimento urbano da cidade, através de uma planta-base, rigorosa e acessível aos contributos de outros investigadores. Afinal, o conhecimento da morfologia urbana é como a própria cidade, dinâmico, com muitos caminhos por percorrer e outros tantos vazios por preencher.

BIBLIOGRAFIA

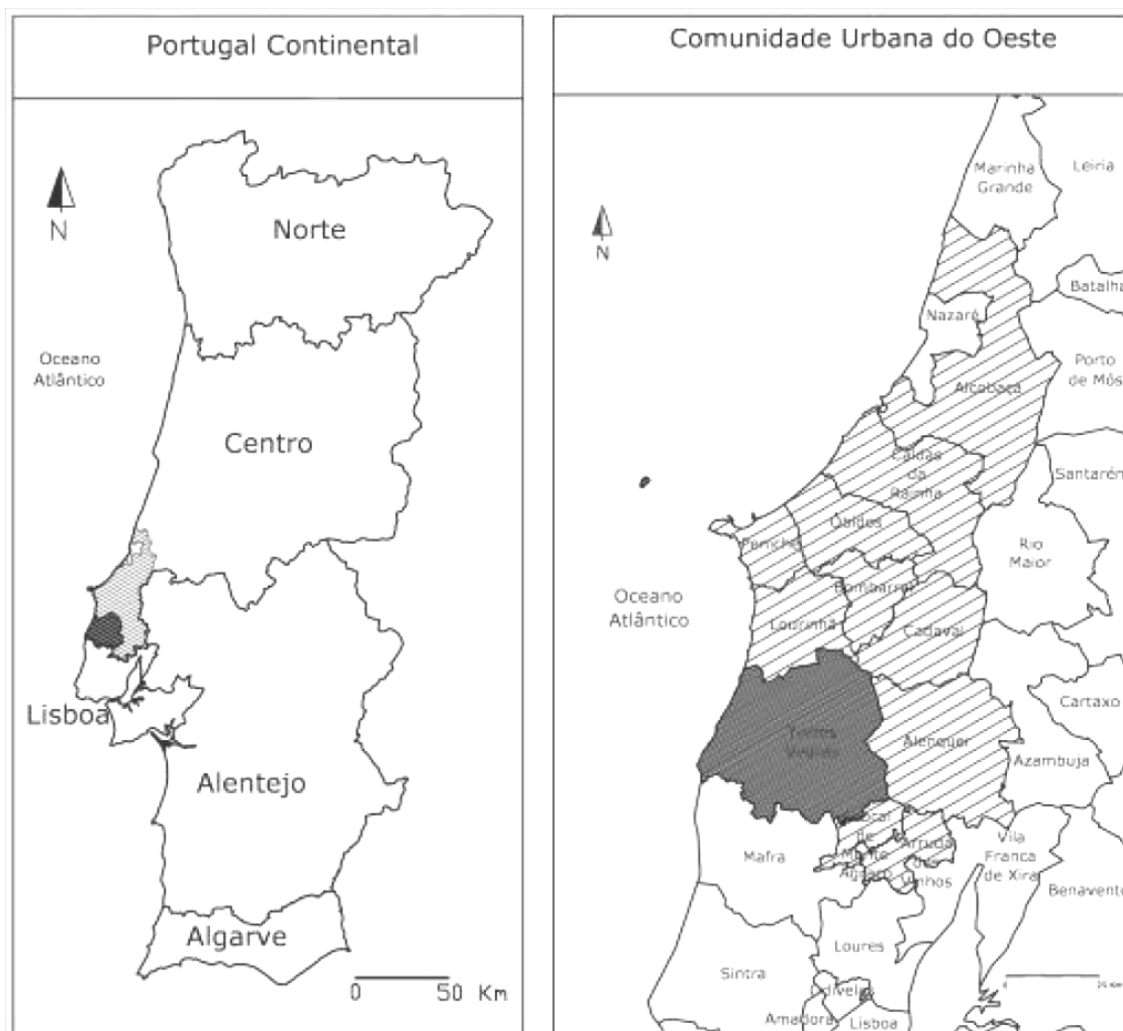
- ANDRADE, M. A. (2003). *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- BOURDIN, A. (2011) - *O Urbanismo Depois da Crise*. Lisboa: Livros Horizonte. (edição original 2009).
- C.M.T.V. *Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras*. [200?]. Obtido em 10 de Março de 2012; de Câmara Municipal de Torres Vedras: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/ordenamento-territorio/pp/pprchtv/>
- CARDOSO, G. & Luna, I. (no prelo). *A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieva*. Torres Vedras. (2013).
- CARITA, H. (1990). *Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CARITA, H. (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, S. L. (1989). *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CHOAY, F. (2011). *As Questões do Património: Antologia Para um Combate*. Edições 70. (edição original 2009).
- CONSELHO DA EUROPA. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. [1975] Obtido em 23 de Dezembro de 2012, de IGESPAR: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>
- CULLEN, G. (2008)- *A Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70. (edição original 1971).
- HAROUEL, Jean-Louis. (2004) - *História do Urbanismo*. 4ª Edição. Campinas, SP: Papyrus Editora. (edição original 1990).
- ICOMOS. *Carta de Veneza – Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios*. [1964]. Obtido em 2 Fevereiro de 2013, de IGESPAR: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf
- ICOMOS. *Carta de Washington – Carta sobre a Conservação das Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas*. [1987]. Obtido em 2 Fevereiro de 2013, de Wordpress: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-washington.pdf>
- I.N.E. *Reabilitação do Parque Habitacional 2001-2011*. [2013]. Obtido em Jul. 2013, de Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=157291361&att_display=n&att_download=y

- KRIER, L. (1990) **Arquitetura: Escolha ou Fatalidade**. Lisboa: Estar-Editora.
- LAMAS, J. M. R. G. (2010). **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (edição original 1990).
- LUNA, I. (2009). **Convento de Santo Agostinho. Torres Vedras. Relatório da Escolha de Espólio**. Torres Vedras: CMTV.
- LUNA, I. (2009). **S Tiago. Torres Vedras. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos**. Torres Vedras: CMTV.
- LUNA, I. (2009). **Porta da Corredoura. Torres Vedras. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos**. Torres Vedras: CMTV.
- LYNCH, K. (2008). **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70. (edição original 1960)
- MACIEL, M. J. (2006). **Vitrúvio - Tratado de Arquitectura**. Lisboa: IST Press.
- MANTAS, V. G. (2000). **A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras**. In *Turres Veteras I: Actas de História Medieval*. Torres Vedras: Câmara Municipal; Lisboa: Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano.
- MANTAS, V. G. (2000). **A população da Região de Torres Vedras na Época Romana**. In *Turres Veteras IV: Actas de Pré-História e História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal; Lisboa: Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano.
- MATOS, V. A. M. (2007). **O Caminho-de-ferro em Torres Vedras: Impacto da Sua Chegada**. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras.
- MONTEIRO, M. C. (coord.). (2011). **As Linhas de Torres Vedras: Um sistema defensivo a norte de Lisboa**. Lisboa: PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.
- MUNTANÕLA THORNBERG, J. (1996). **La arquitectura como lugar**. Barcelona: ed. UPC.
- NESBITT, Kate (org). (2006). **Uma Nova Agenda para Arquitectura: antologia teórica 1965-1995**. São Paulo: CosacNaify.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1984). **Genius Loci. Towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli.
- NUNES, A. L. P. (2005). **Dicionário de Arquitectura Militar**. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- RODRIGUES, A. M. S. A. (1995). **Torres Vedras: A vila e o termo nos finais da Idade Média**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- RODRIGUES, A. M. S. A. (1996). **Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos Sobre Torres Vedras Medieval**. Cascais: Patrimonia.

- RODRIGUES, C. T. & Mira, G. A., Leitão, J.R. (1996) **Torres Vedras – Passado e Presente**. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras.
- RODRIGUES, M. J. M. (coord.). (2002). **Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura**, Lisboa: Quimera Editores.
- ROSSI, A. (2001). **A Arquitectura da Cidade**. Lisboa: Edições Cosmos.(edição original 1966).
- SANTOS, N. A. & Santos, L. F. A. **Leitura Sociológica do Centro Histórico de Torres Vedras**. [2003]. Obtido em Setembro de 2012, de C.M.T.V.: http://cmtvdata.info/ficheiros/urbanismo-pp/pprchtv-2010/Doc_Anexos/Vol_V/Leitura_Sociologica_CH/Doc-II_R-Estatisticos.PDF
- SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Carta de Atenas - Conclusões da conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos**. [1931]. Obtido em 22 de Dezembro de 2012, de IGESPAR: <Http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>
- SILVA, C. G. (2008). **Torres Vedras, Antiga e Medieval**. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras.
- SILVA, C. G. (2008). **Lisboa Medieval: a organização e estruturação do espaço urbano**. Lisboa: Edições Colibri.
- SILVA, C. G. (no prelo). **O Sítio da Casa do Castelo**. Torres Vedras (2013).
- SILVA, H. P. & Calado, M. (2005). **Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura**. Lisboa: Editorial Presença.
- SILVA, P. C. (2007). **O Convento da Graça de Torres Vedras a comunidade eremítica e o património**. Torres Vedras: LIVRODODIA Editores.
- SOUSA, J. M. C. (1958). **Fontes Medievais de História Torreana**. Torres Vedras: C.M.T.V.
- TÁVORA, F. (2006). **Da organização do espaço**. 7ª Edição. Porto: FAUP Publicações. (edição original 1964)
- TORRES, M. A. M. (1988) - **Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres-Vedras. fac-simile** da 2.ª ed. de 1862. Torres Vedras: Santa Casa da Misericórdia (edição original 1819).
- UNESCO. **Recomendação de Nairobi**. [1976]. Obtido em 19 de Dezembro de 2012, de IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>
- VIEIRA, Júlio (2011) - **Torres Vedras antiga e moderna**. 2ª Edição. Torres Vedras: Livraria LIVRODODIA, (edição original 1926).

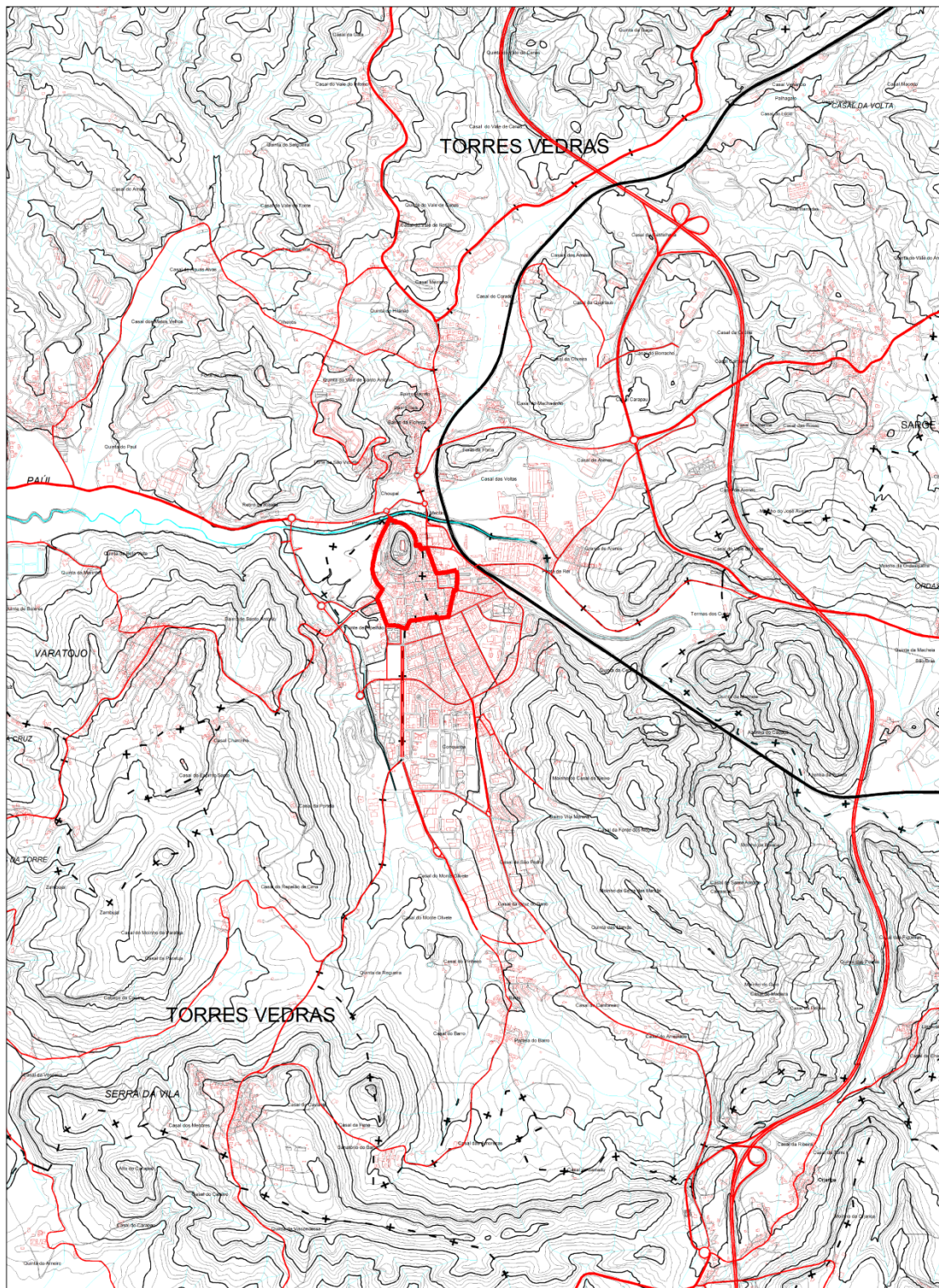
ANEXOS

1. Mapa de Portugal e da Zona Oeste



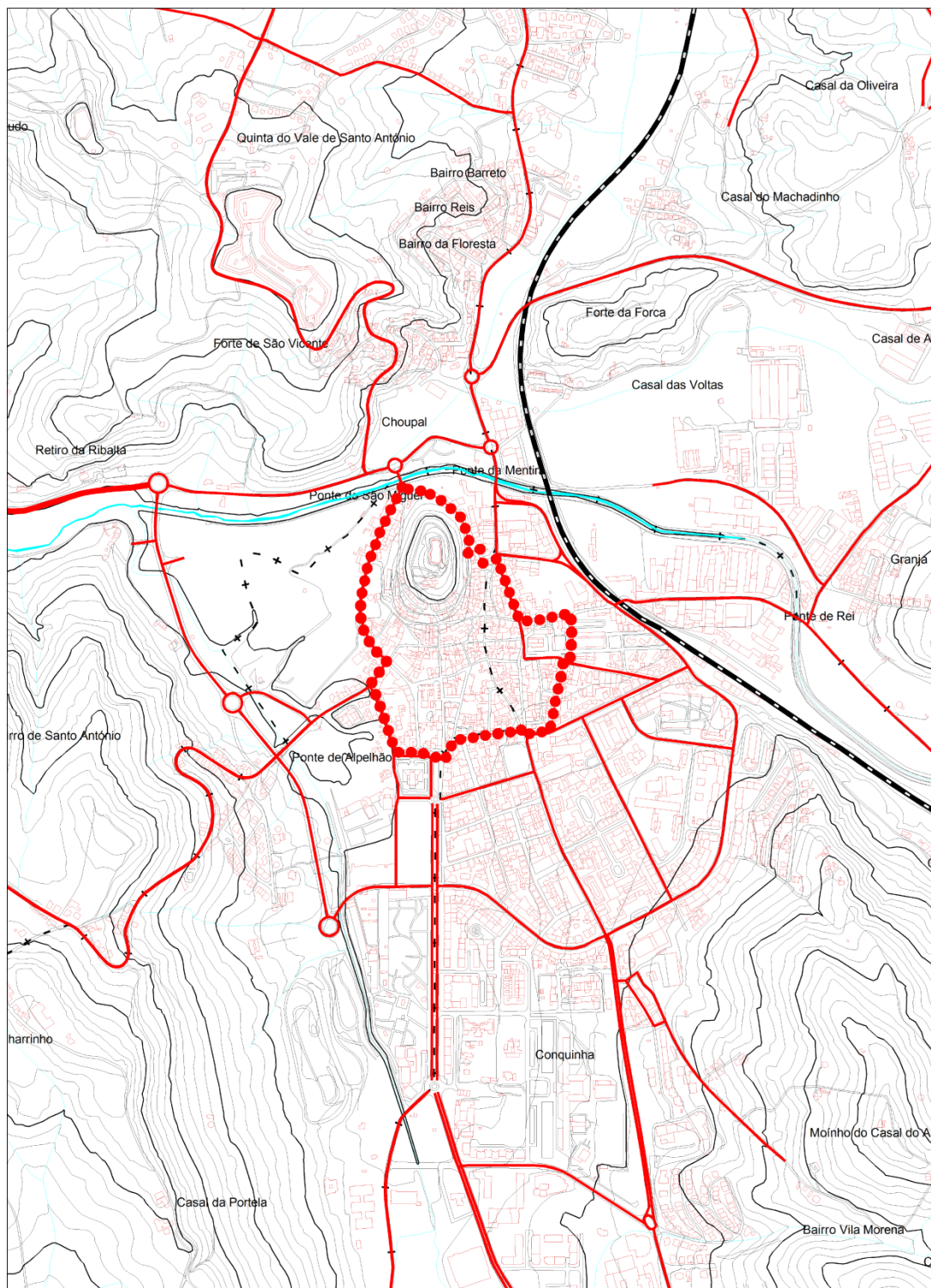
Localização de Torres Vedras. (Luna & Amaro, 2009)

2. Planta de Localização do Centro Histórico de Torres Vedras



(CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, *Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras*.(2010). Obtido em 10 de Março de 2012, de Câmara Municipal de Torres Vedras: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/ordenamento-territorio/pp/pprchtv/>)

3. Planta de Enquadramento



(CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, **Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras**. (2010). Obtido em 10 de Março de 2012, de Câmara Municipal de Torres Vedras: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/ordenamento-territorio/pp/pprchtv/>)

4. Ortofotomapa do Centro Histórico de Torres Vedras



(CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, *Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras*. (2010). Obtido em 10 de Março de 2012, de Câmara Municipal de Torres Vedras: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/ordenamento-territorio/pp/pprchtv/>)

5. Ficha-tipo do edificado

PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS

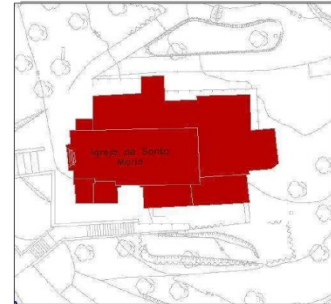
FICHA DO EDIFICADO

Nome do Inquiridor DOT - CMTV
 Código de Georeferenciação 4401B
 Grau de Protecção do Plano Castelo

Código do Quarteirão 44
 Código da Parcela 4401
 Código do Edifício B

1. Dados Gerais

Freguesia Santa Maria Classificação Imóvel Notável
 Travessa do Castelo N.º a _____ Sentido Tipológico Religioso
 _____ N.º a _____ Época de Construção <= Séc.XVIII
 _____ N.º a _____ Estado de Conservação Bom
 _____ N.º a _____ N.º Pisos (Acima da Cota de Soleira) 1
 Número de Proprietários 1 Área de Implantação (m2) 512
 Número de Locatários 1 Área Bruta de Construção (m2) 512
 Situação Actual do Edifício: Em Obras
 Devoluto Integral



Escala: 1/ 1000

2. Dados Tipológicos

Fracções

Tipo de Organização Fracção Única
 Número Total de Fracções 1

Distribuição Funcional:

Devoluta 0
 Habitação 0
 Serviços 0 Tipo de Serviço _____
 Comércio 0 Tipo de Comércio _____
 Equipamento 1 Tipo de Equipamento Religião
 Indústria 0 Tipo de Indústria _____
 Armazém 0 Tipo de Armazém _____
 Serviços Públicos 0 Tipo de Serv. Público _____
 Tipo de Hotelaria _____
 Tipo de Associação _____

Síntese de Funções

Cave _____
 Rés-do-Chão Equipamento
 1.º Andar _____
 2.º Andar _____
 3.º Andar _____
 4.º Andar e Subsequentes _____
 Sótão _____
 Garagem
 Tipo de Utilização _____
 Piso _____

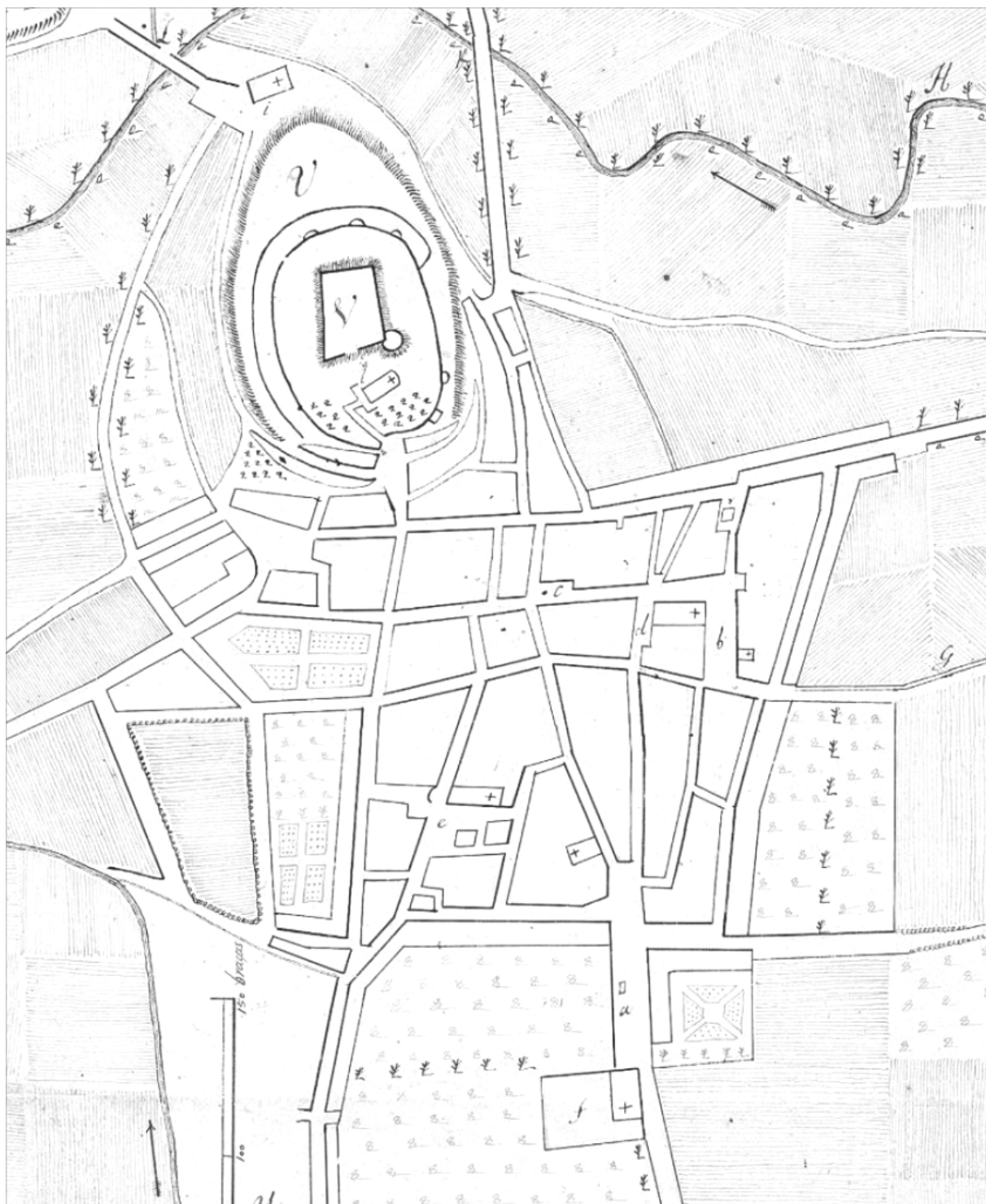
Observações



594

(CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, *Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras*. (2010). Obtido em 10 de Março de 2012, de Câmara Municipal de Torres Vedras: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/ordenamento-territorio/pp/pprchtv/>)

6. Excerto da *Planta da villa de Torres Vedras e terreno adjacente, 1809*



(GEAEM/DIE, 2669-3-34-47, s/d, in: Cardoso e Luna, (no prelo), p. 10)

7. Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha, 1810



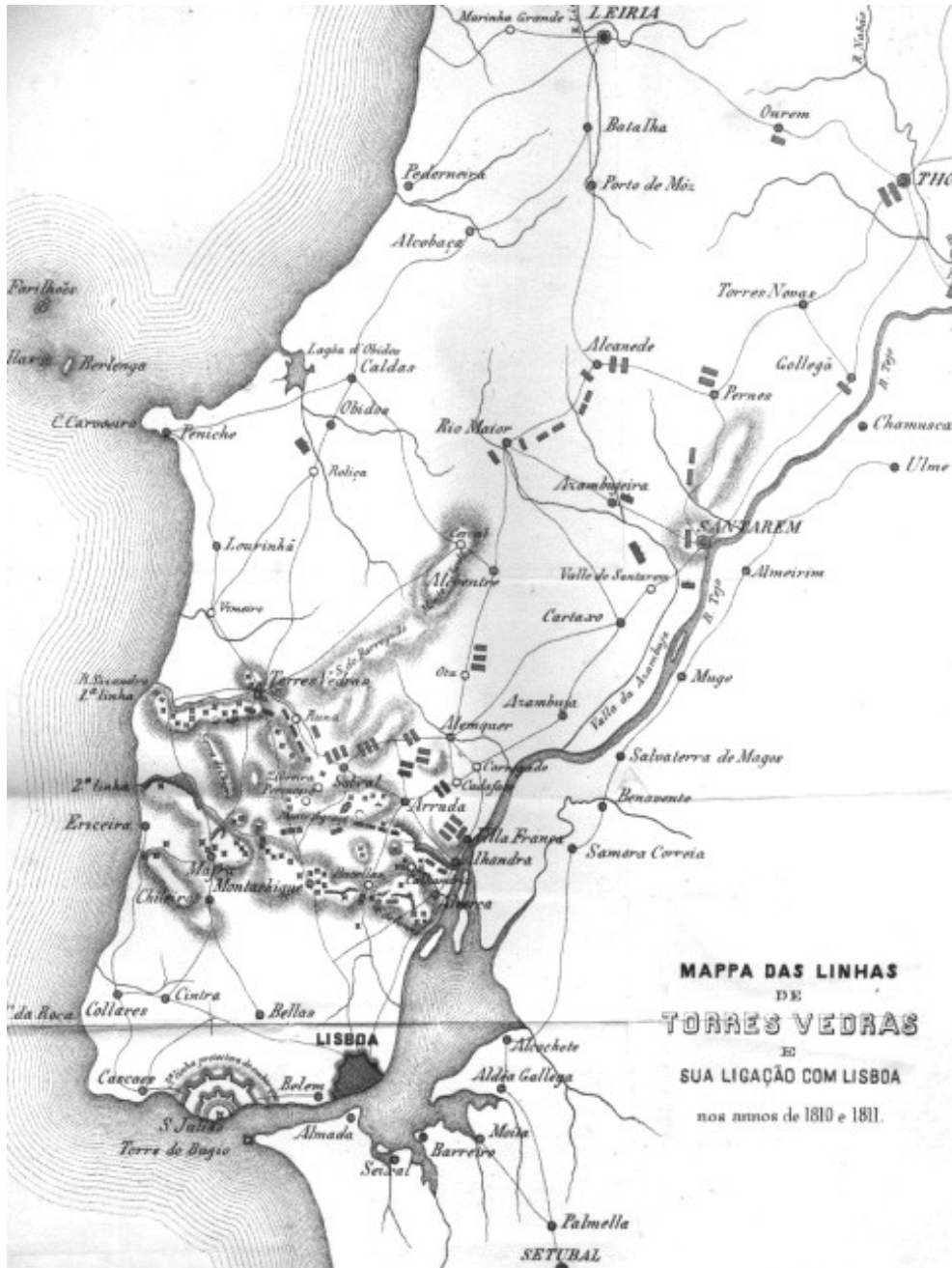
(Amado, s/d, in Rodrigues, et al, 1996, p.219)

8. Excerto do Mapa dos Fortes, junto à Vila, 1818



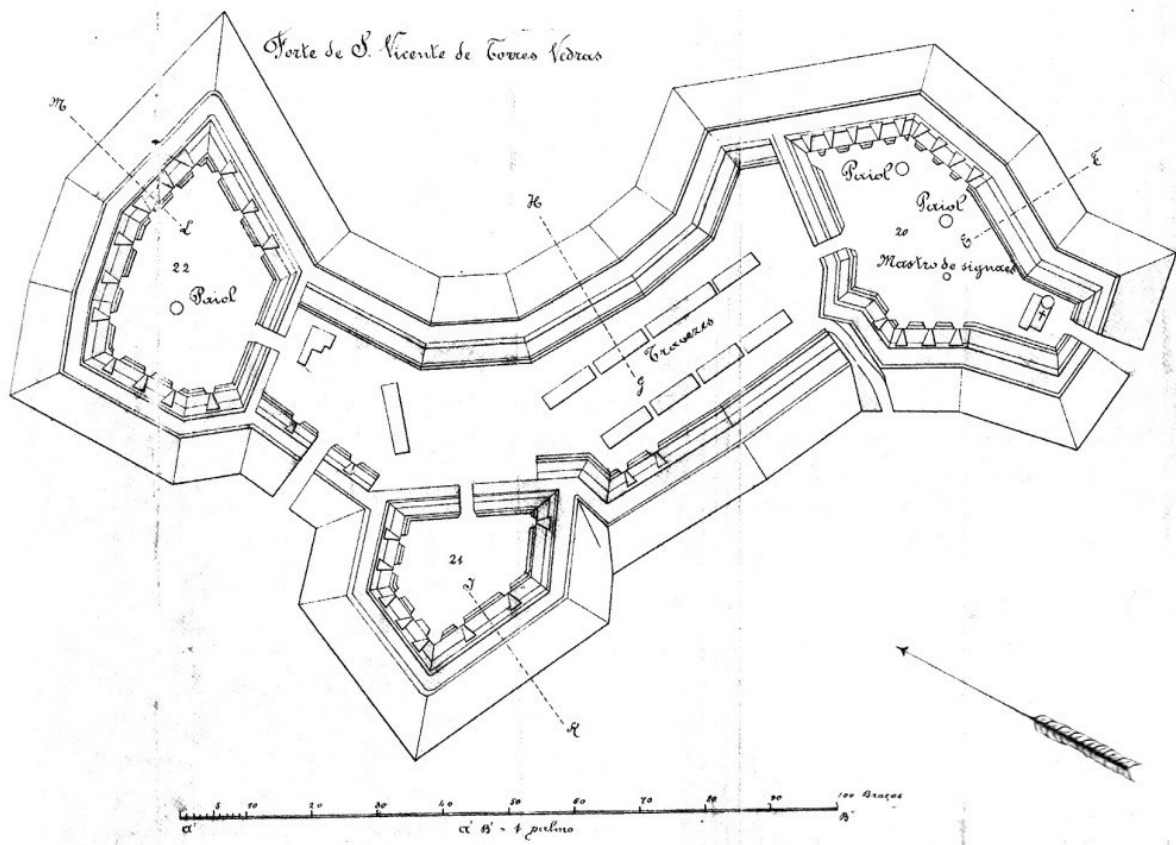
(MMLT, 2012)

9. Mapa das Linhas defensivas de Lisboa



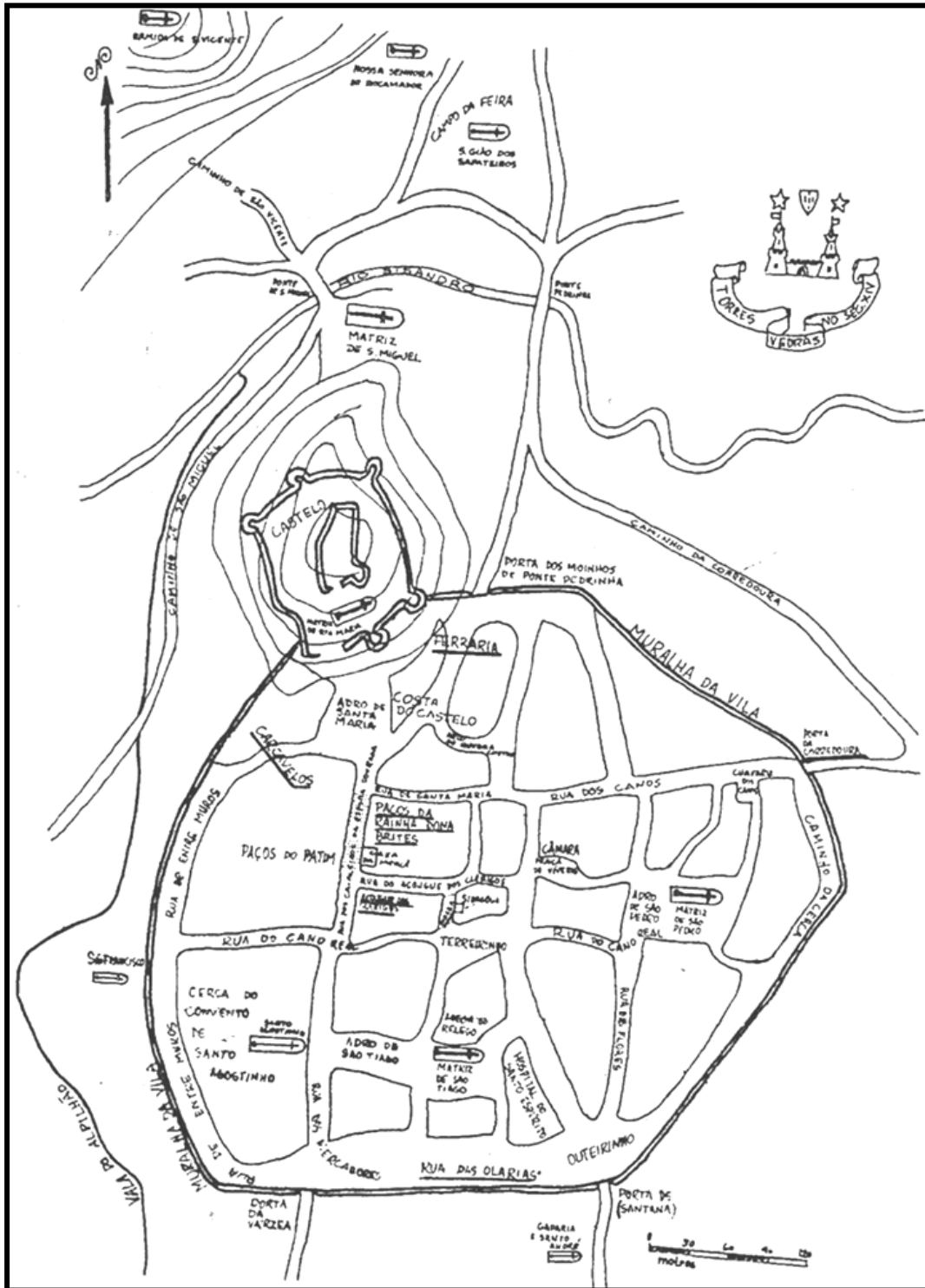
(MMLT, 2012)

10. Planta do Forte de S. Vicente



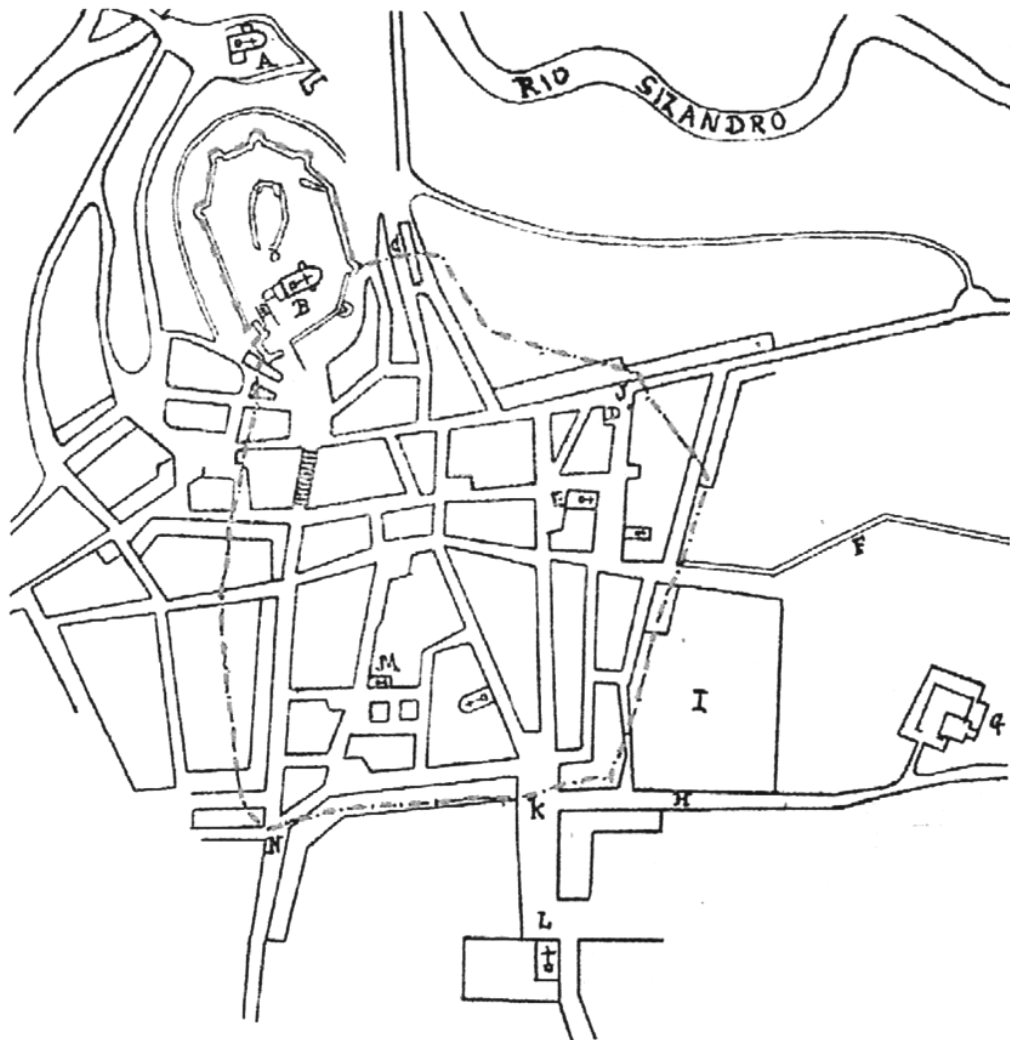
(MMLT)

11. Esboço topográfico da Vila Medieval – Séc. XIV



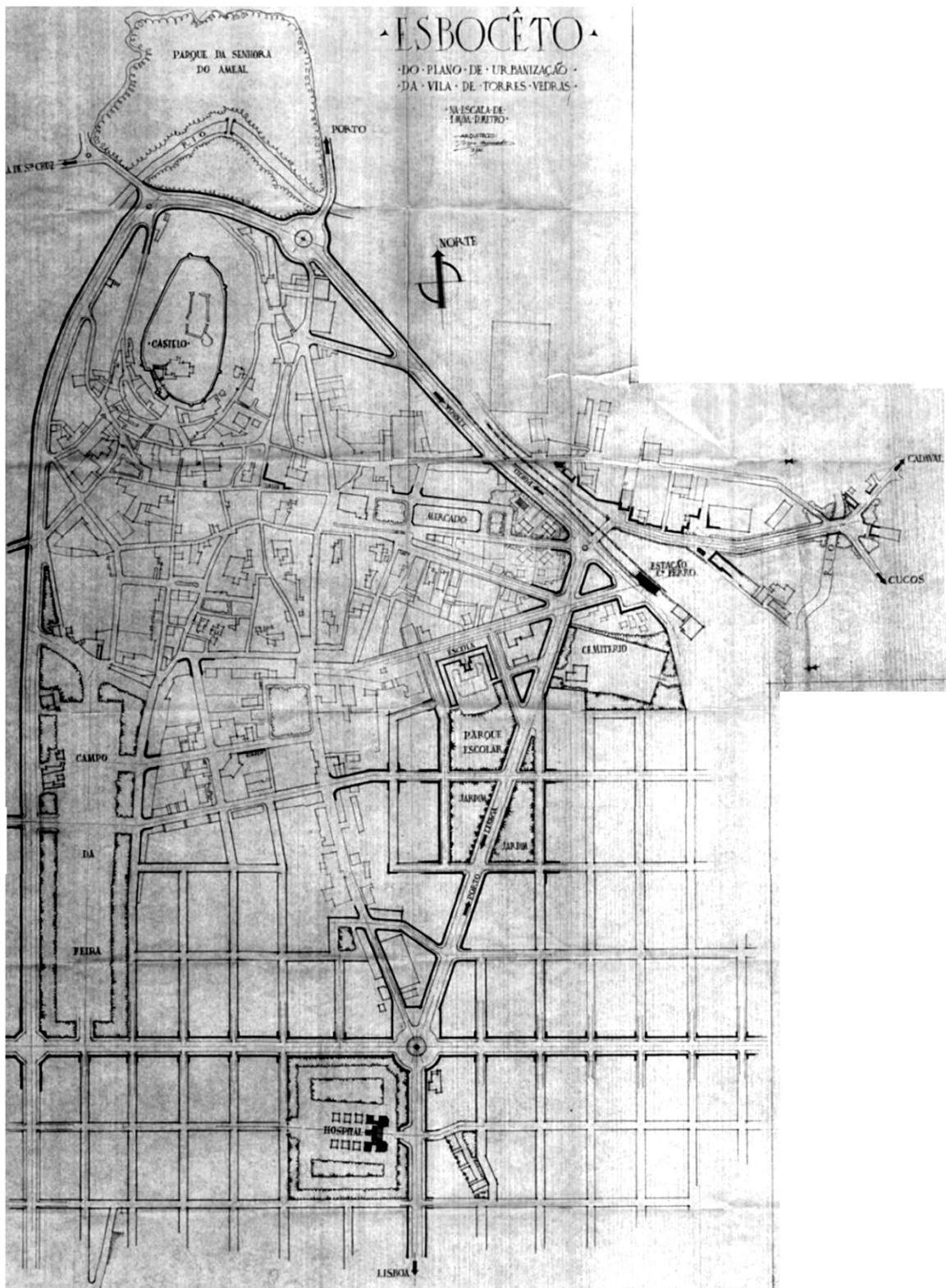
(Clemente, 1974 in: Rodrigues, 1996, p. 51)

13. Reconstituição da Vila Medieval desenvolvida por Júlio Vieira



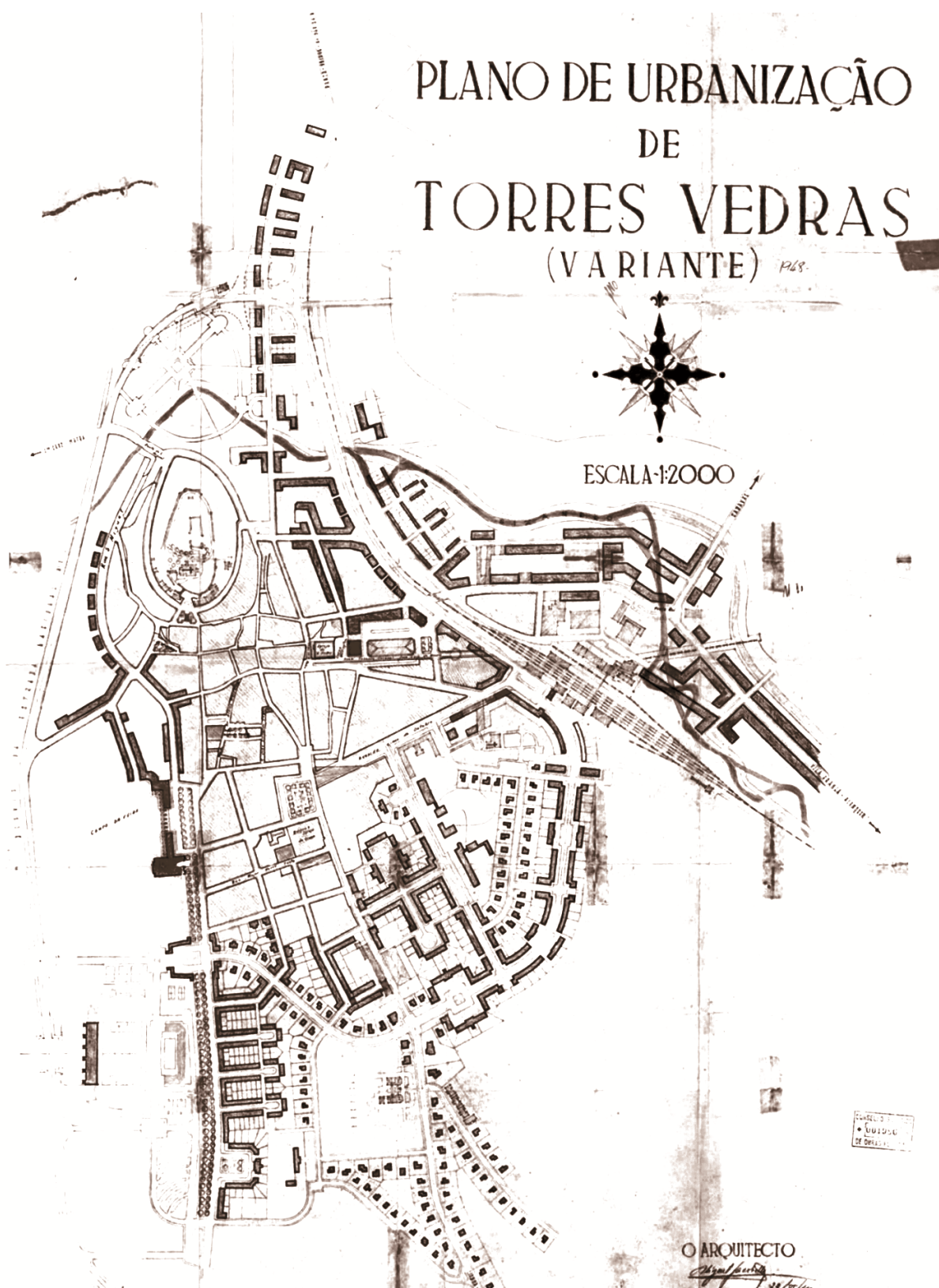
(Vieira, 2011, p. 118)

15. Estudo de Urbanização da Vila – Arq. Miguel Jacobetty, 1941



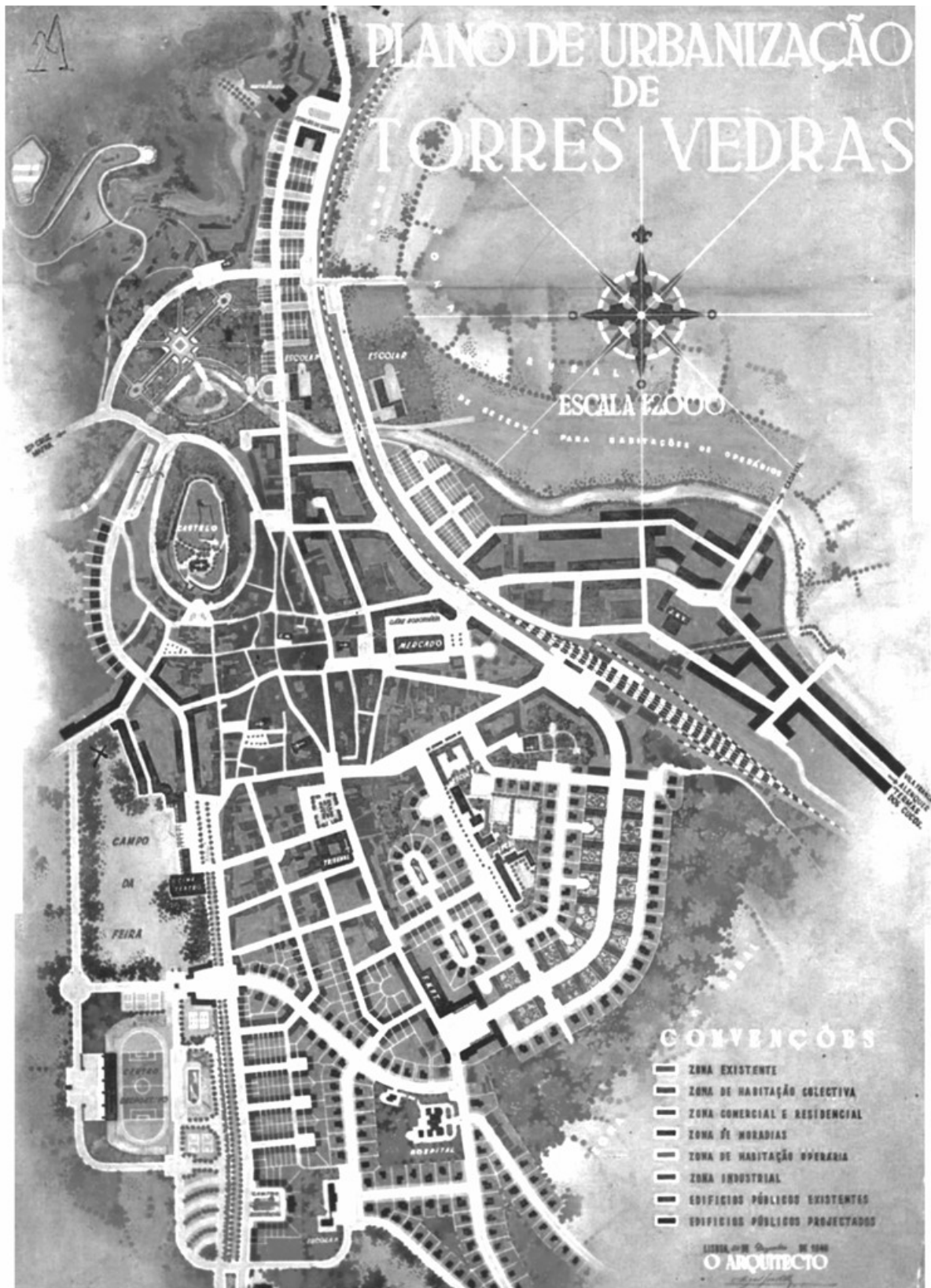
(DGOTDU, 2012)

16. Estudo de Urbanização da Vila – Arq. Miguel Jacobetty, 1942



(DGOTDU, 2012)

17. Plano de Urbanização da Vila – Arq. Miguel Jacobetty, 1947



(DGOTDU, 2012)

18. Fotografia aérea da Vila, 1948



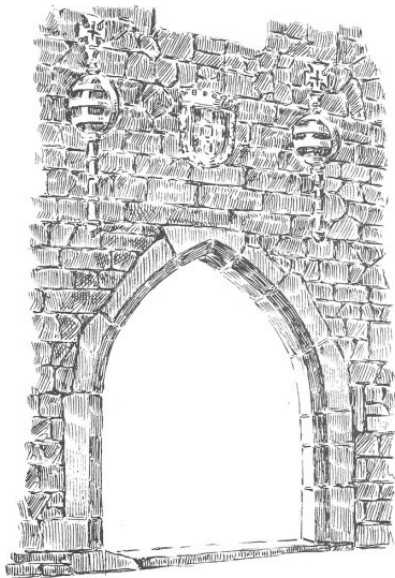
(IPG, 2012)

19. Reconstituição da Vila Medieval intramuralhas, da autoria do Arq. Jorge Martins (C.M.T.V.) e Dra. Isabel de Luna. (M.M.L.T.). (2013)



(Cardoso e Luna, (no prelo) p. 11)

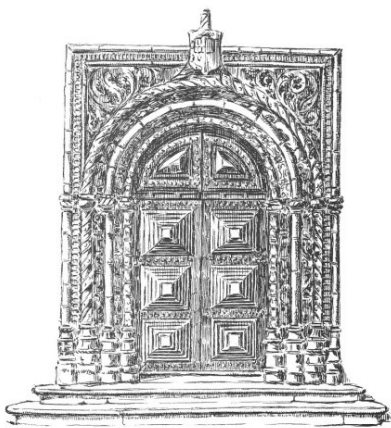
20. O Estilo Manuelino no Centro Histórico



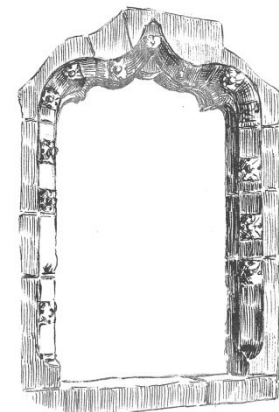
(Esq.)- Pórtico do Castelo de Torres Vedras (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.130)



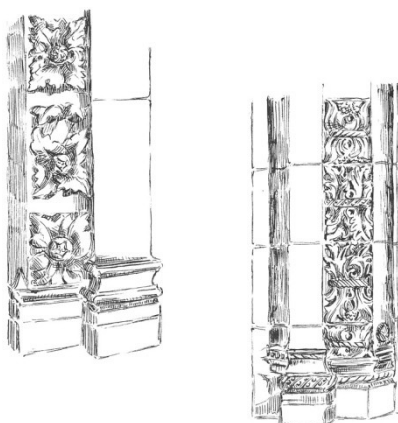
(Dir.)- Pórtico Principal da Igreja matriz de S. Tiago (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.135)



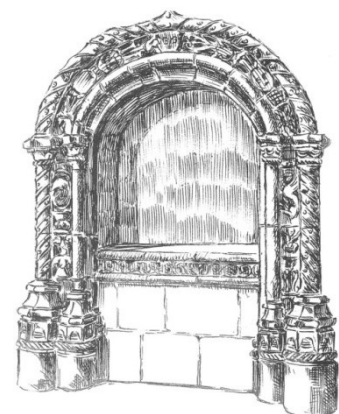
(Esq.)- Pórtico Principal da Igreja matriz de S. Pedro (Séc. XVI). (Bastos, s/d, p.131)



(Dir.)- Porta exterior do lado do evangelho, Igreja de S. Pedro. (Bastos, s/d, p.133)



(Esq.)- Pormenores do Arco Triunfal da Igreja de S. Pedro. (Bastos, s/d, p.132)



(Dir.)- Edícula no altar-mor, do lado da Epístola, Igreja de S. Pedro. (Bastos, s/d, p.133)

21. A Desaparecida Praça Mouzinho de Albuquerque (início do séc. XX)



Antiga Praça Mouzinho de Albuquerque e início da Rua 9 de Abril. (BMTV, 2013)



Local, onde existiu a praça, antes do alargamento do Largo de S. Pedro (Autor, 2013)

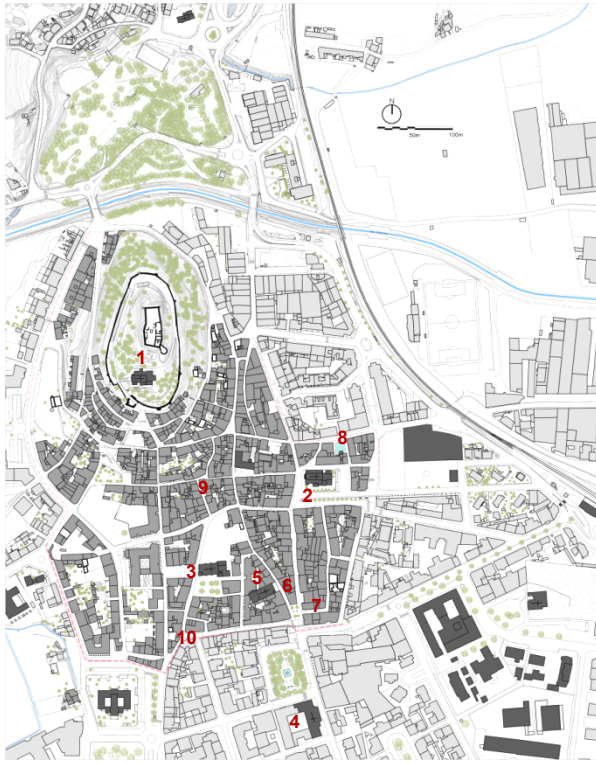
Praça Mousinho d'Albuquerque, Torres Vedras



Antiga Praça Mouzinho de Albuquerque e à direita, o edifício onde existe, actualmente, o café *A Brasileira*. (BMTV, 2013)

APÊNDICES

I. Elementos Religiosos

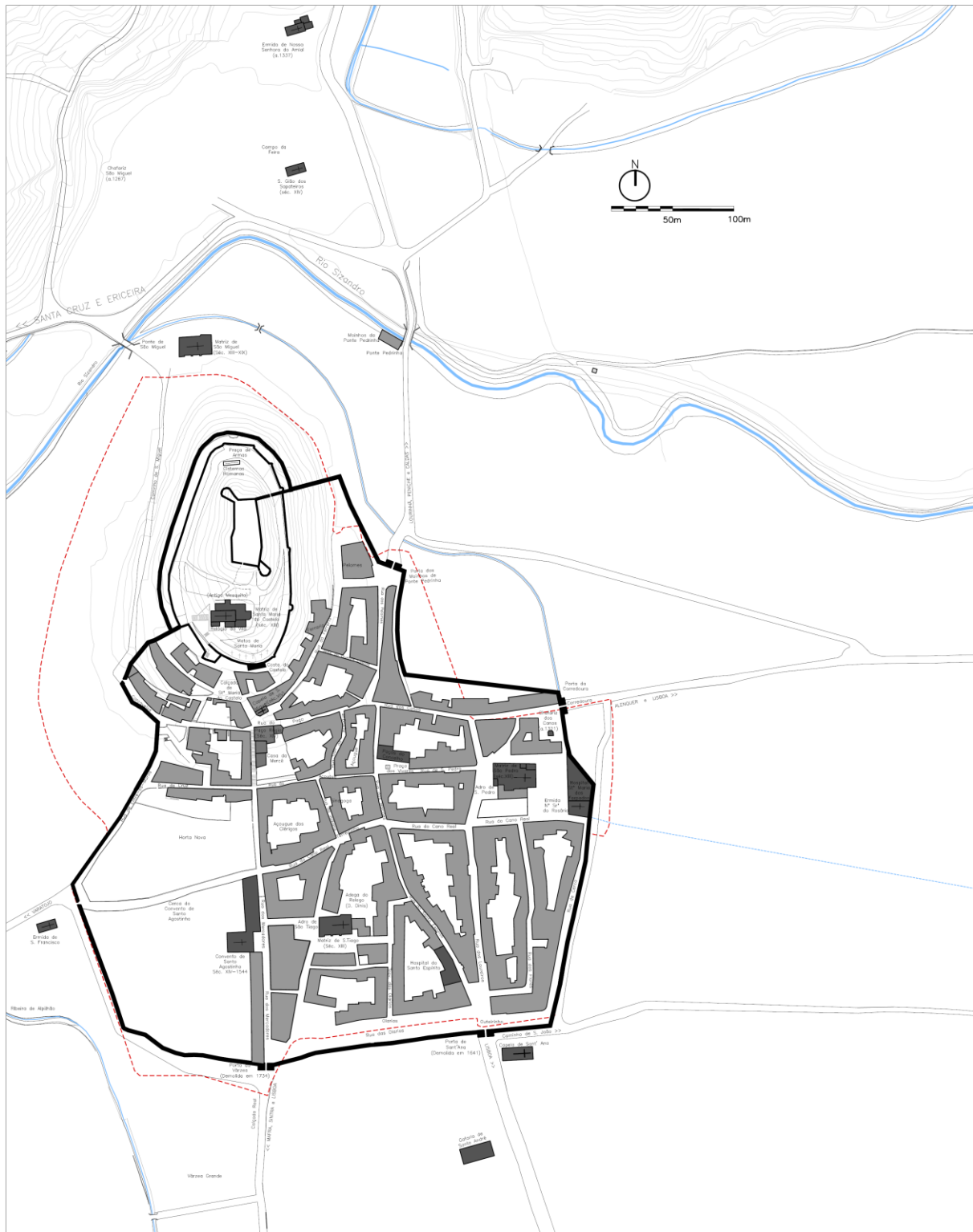


1. Igreja Matriz de Sta. Maria do Castelo (séc.XII/XIII) e relógio do município.
2. Igreja Matriz de S. Pedro – séc. XIII
3. Igreja Matriz de S. Tiago – séc. XIII
4. Igreja da Misericórdia (séc. XVII)
5. Igreja de Nossa Sr.^a da Graça-séc. XVI
6. Passo da Misericórdia
7. Passo, Rua António França Borges
8. Passo, junto ao Chafariz dos Canos
9. Passo, Rua Celeiros de D. Maria
10. Passo, Rua Maria Barreto Bastos

Planta de Localização.



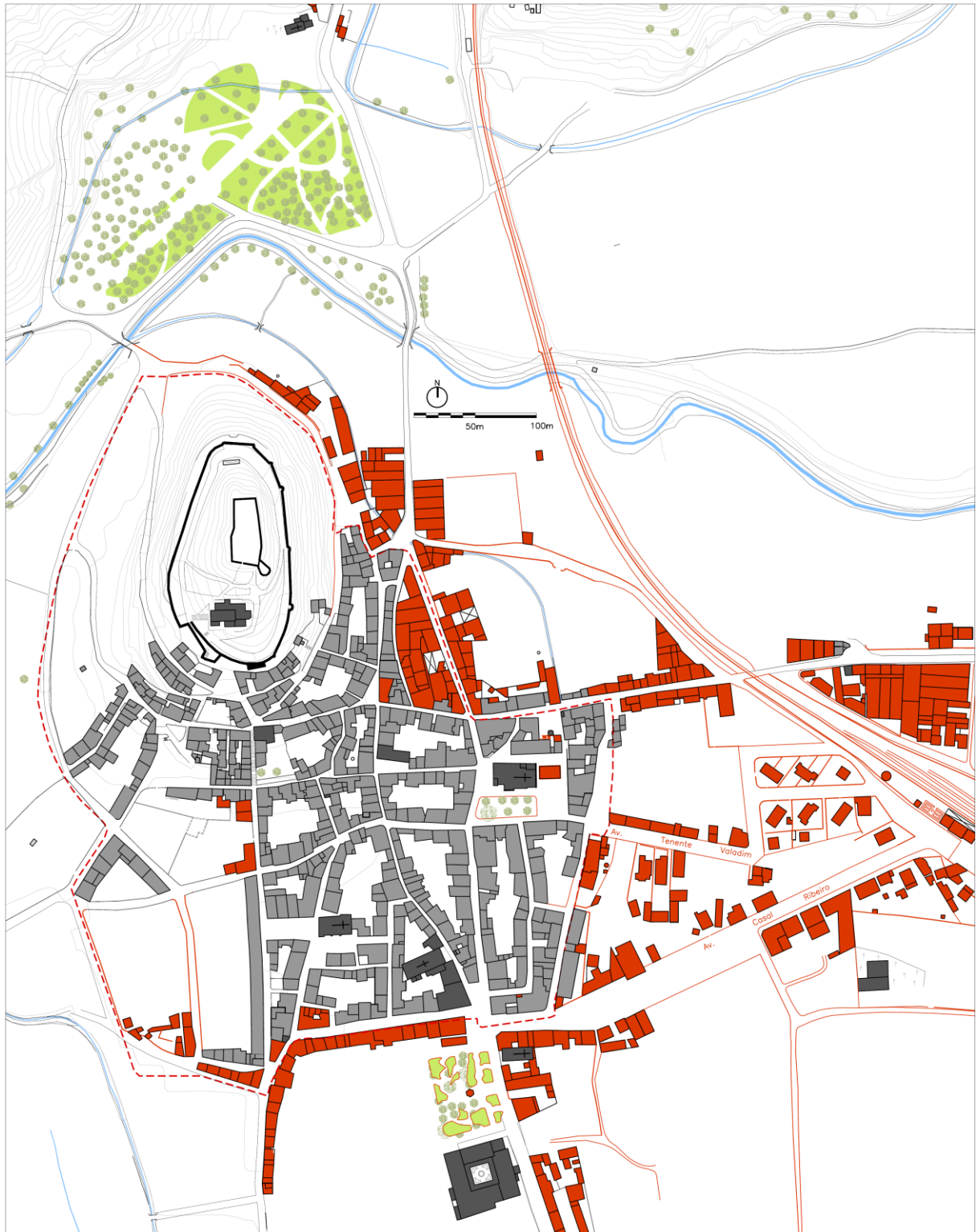
III. Planta da Vila do séc. XIV



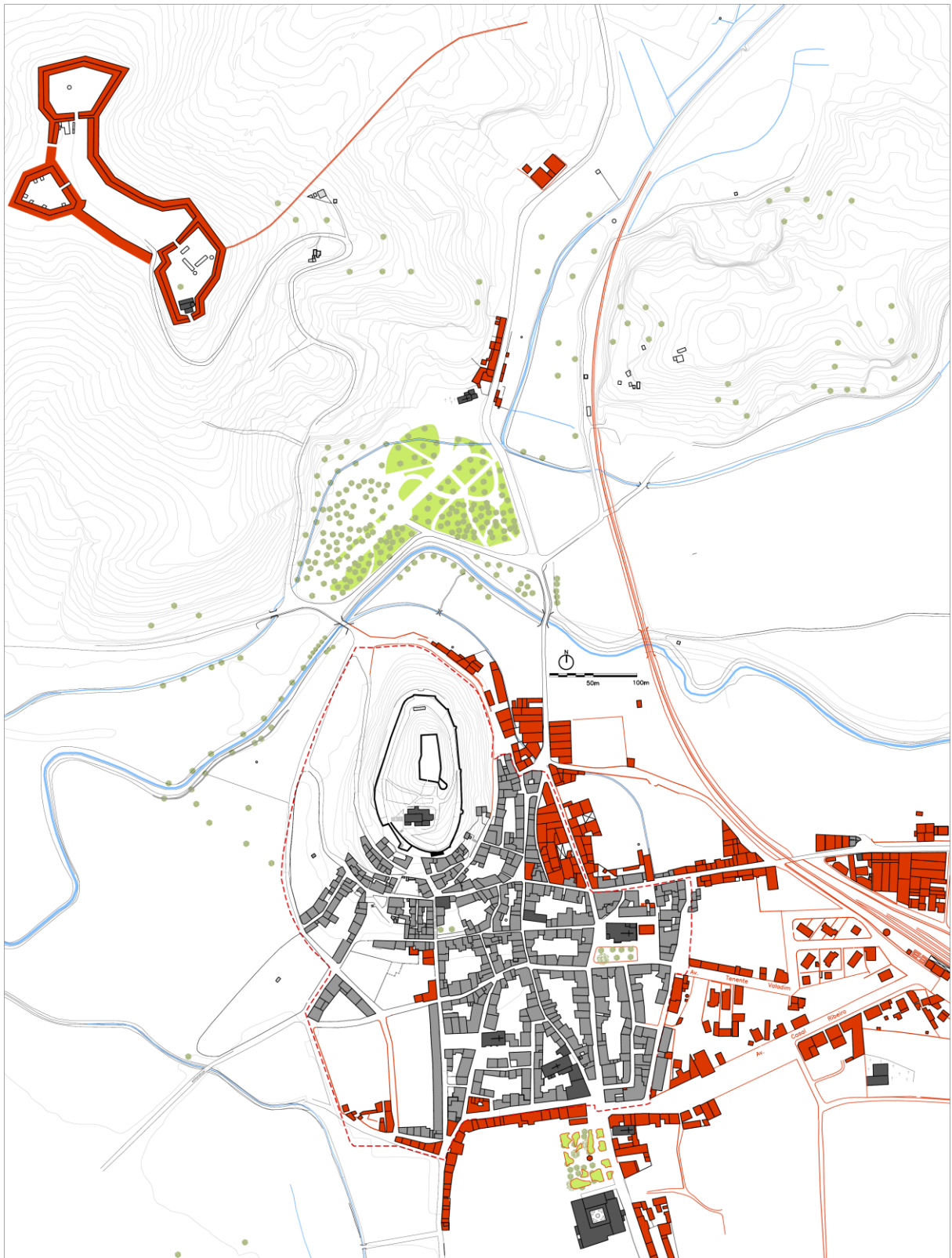
IV. Planta da Vila (séc. XVI-XVIII)



V. Planta da Vila – Início da expansão periurbana (séc. XIX)



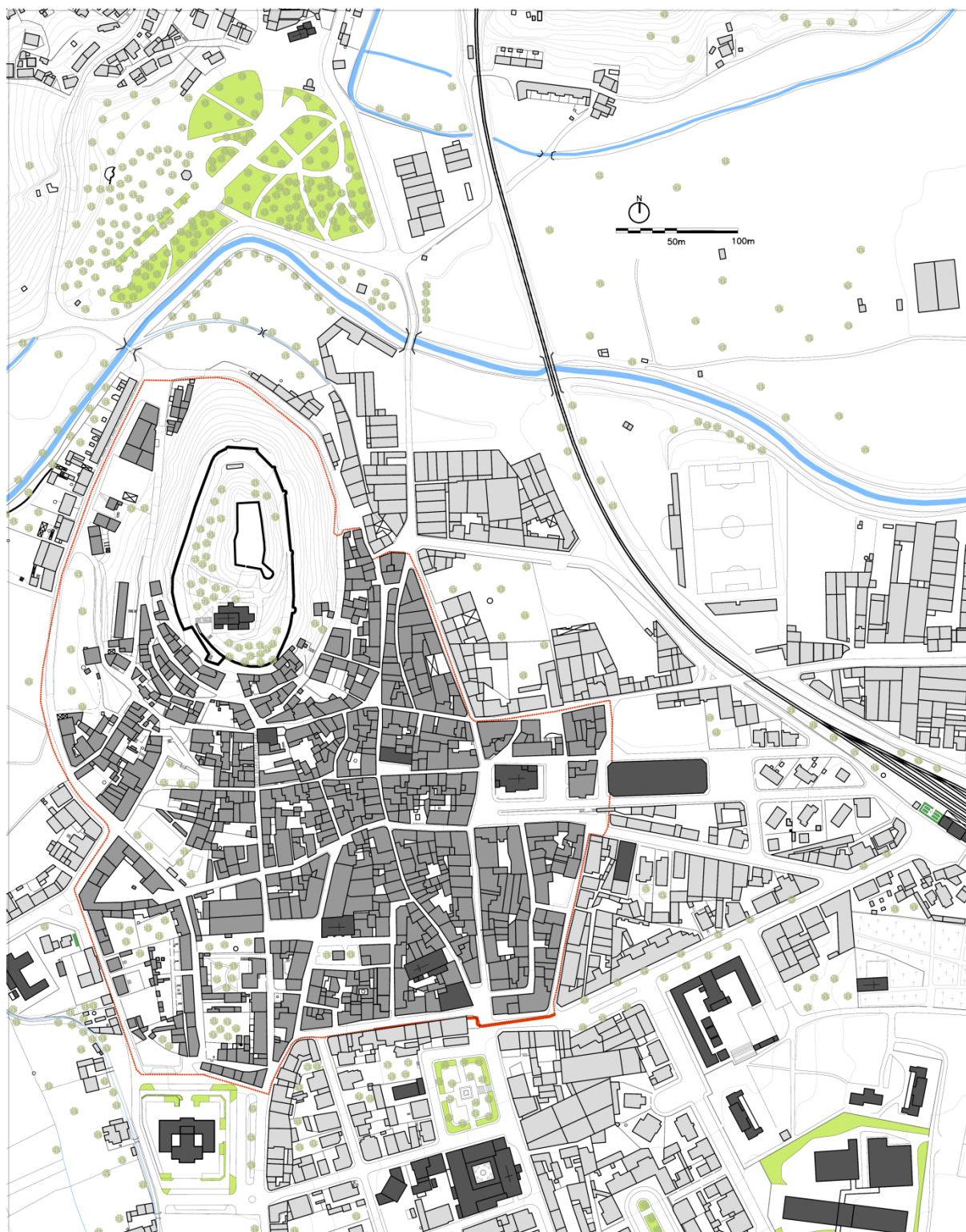
VI. Planta da Vila – O centro e o Forte de S. Vicente (séc. XIX)



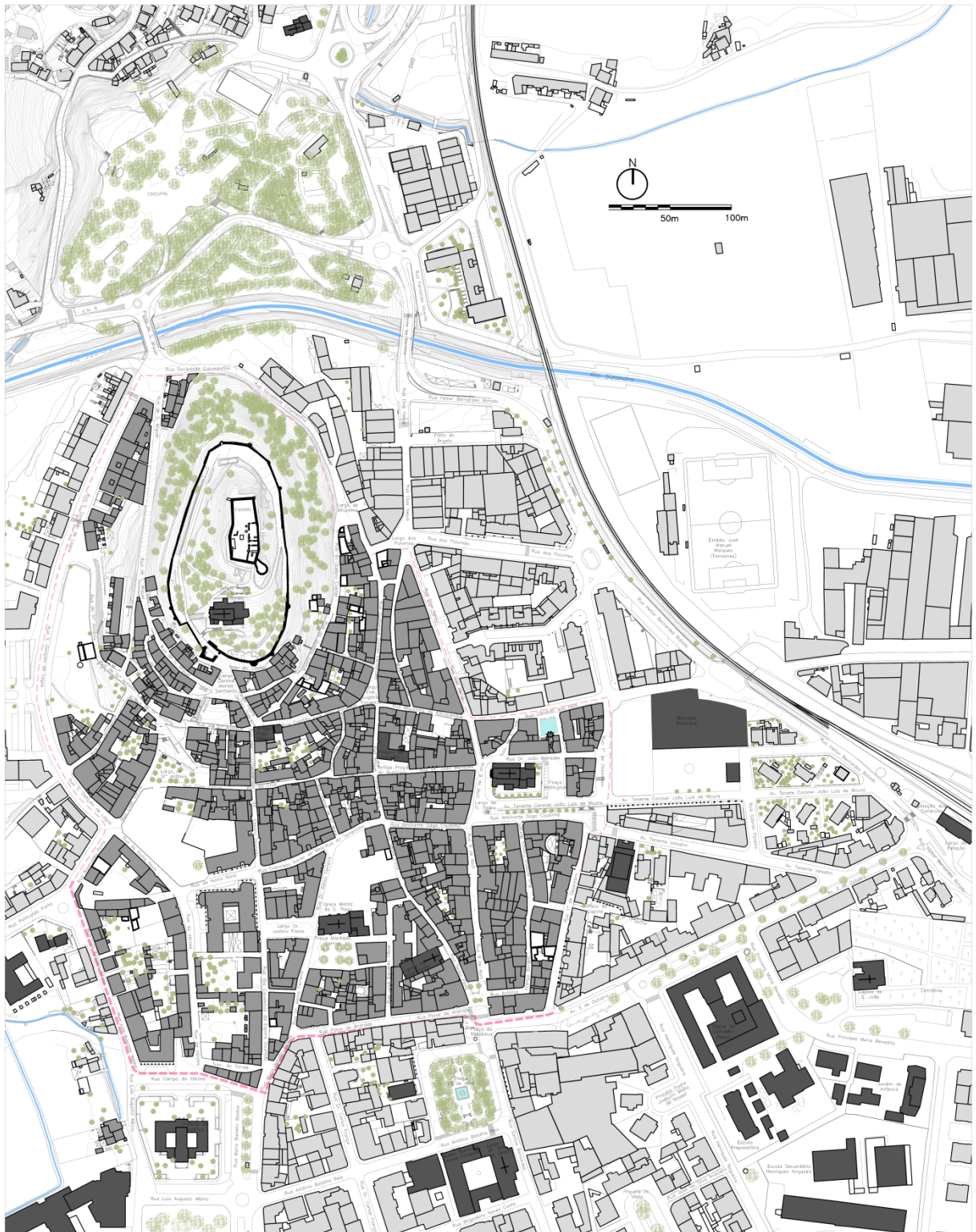
VII. Planta da Vila – 1ª metade do séc. XX



VIII. De Vila, a Cidade – 2ª Metade do séc. XX

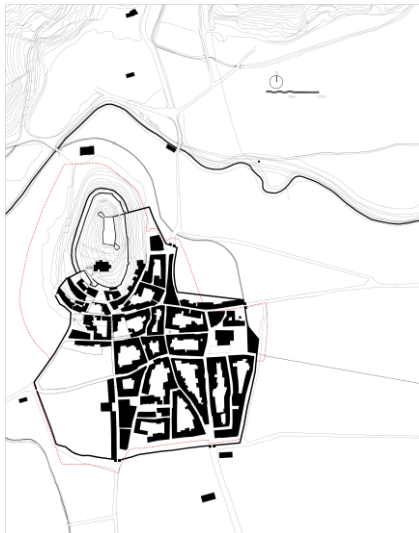


IX. Centro Histórico do séc. XXI



X. Evolução Urbana

Séc. XIV



Séc. XVI



Séc. XIX



Séc. XX (1ª metade)



Séc. XX (2ª metade)



Séc. XXI



XI. Tectónica - Azulejos



Rua Serpa Pinto



Rua Capitão Luis Boto Pimentel

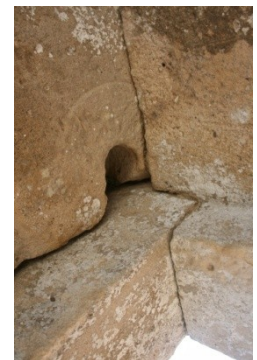


Claustro do Convento de N.ª Sr.ª da Graça

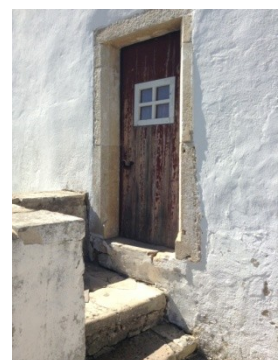
XII. Tectónica – Castelo e Igreja de Santa Maria do Castelo



Muralha do Castelo



Antigo Paço Régio (interior da fortificação)



Igreja de Santa Maria do Castelo

XIII. Tectónica - pormenores



XIV. Tectónica – Vãos (I)



Rua 9 de Abril



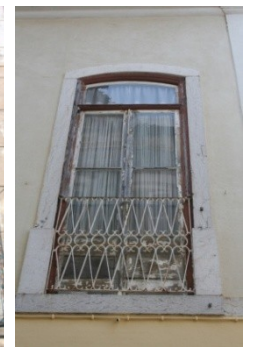
Rua 9 de Abril



Rua Serpa Pinto



Rua Serpa Pinto



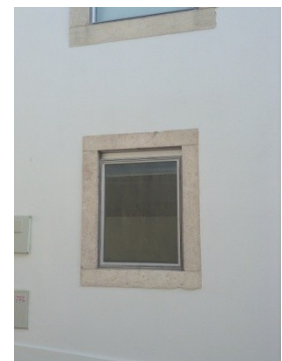
XV. Tectónica – Vãos (II)



Rua de S. Miguel



Rua da Cruz



Rua Traz do Açogue



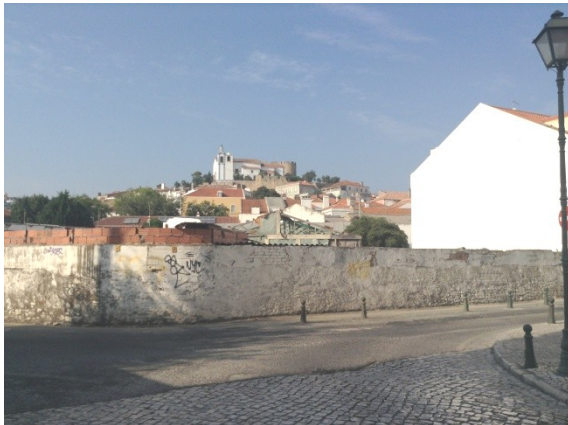
Rua Celeiros Santa Maria

XVI. Tectónica – Coberturas



XVII. O Castelo: Ponto Focal





XVIII. Chafariz dos Canos



XIX. Esquissos Analíticos

